

LUIZ PAULO RIGUEIRA DE MORAIS

**COMUNIDADE RURAL NOIVA DO CORDEIRO: ESTRUTURAS DE UM SISTEMA
ECONÔMICO BASEADO NO VÍNCULO COMUNITÁRIO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

Ficha catalográfica preparada pela **Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M828c
2018

Morais, Luiz Paulo Rigueira de, 1990-
Comunidade rural noiva do cordeiro : estruturas de um sistema econômico baseado no vínculo comunitário / Luiz Paulo Rigueira de Moraes. – Viçosa, MG, 2018.
vii, 102f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Wesley Silva Xavier.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.99-102.

1. Comunidades agrícolas. 2. Etnologia. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de Pós-graduação em Administração. II. Título.

CDD 22 ed. 307.72

LUIZ PAULO RIGUEIRA DE MORAIS

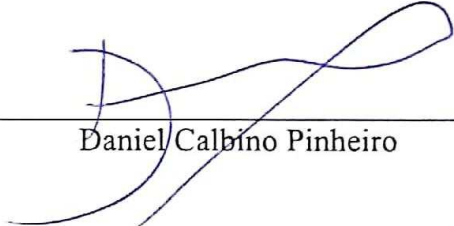
**COMUNIDADE RURAL NOIVA DO CORDEIRO: ESTRUTURAS DE UM
SISTEMA ECONÔMICO BASEADO NO VÍNCULO COMUNITÁRIO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

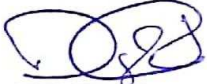
APROVADA: 22 de fevereiro de 2018.



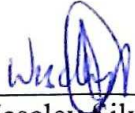
Alan Ferreira de Freitas



Daniel Calbino Pinheiro



Douglas Mansur da Silva



Wesley Silva Xavier
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos inúmeros filósofos, sociólogos, antropólogos, administradores e demais pensadores que, através da história, vêm construindo o conhecimento que aqui lhes apresento.

Agradeço ao povo mais que especial da comunidade Noiva do Cordeiro, pelo acolhimento, por ter se tornado uma segunda família e por ter me apresentado uma nova lógica de vida.

Agradeço imensamente à minha família, meus pais e minha irmã, que sempre me deram apoio incondicional a todas as minhas escolhas, ao Pedro que com todo amor, carinho e paciência percorreu esse trajeto ao meu lado, e a todos os demais que mesmo com o inevitável distanciamento sei que sempre pude contar.

Agradeço aos meus queridos amigos e aos inúmeros envolvidos na minha trajetória de vida. Aos colegas, professores e funcionários do DAD-UFV, meu muito obrigado pelo acolhimento, pelos bons momentos, pelos inúmeros ensinamentos e pelas muitas risadas que demos nesses últimos dois anos.

Agradeço também as inúmeras contribuições teóricas feitas pelos professores Alan Freitas e Alair Freitas que, através da sociologia, me apresentaram um universo de possibilidades de análise e de aprendizado junto à comunidade.

Um agradecimento especial aos membros da banca, tanto pela disponibilidade quanto pelas muitas reflexões e discussões que tornaram meus resultados mais robustos e completos.

Por fim, agradeço ao meu Orientador Wesley Xavier. Em especial por ter se tornado meu amigo e por entender e estimular meu modo de pensar, mas principalmente por ter me apresentado a comunidade Noiva do Cordeiro, me proporcionando essa que foi uma das experiências mais ricas da minha vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do livro a ser entregue para a comunidade	40
Figura 2 - Contracapa do livro a ser entregue para a comunidade	40
Figura 3 - Imagem de satélite da propriedade da comunidade Noiva do Cordeiro	42
Figura 4 - Vista da Chegada e do início da comunidade.....	43
Figura 5 - Árvore genealógica simplificada da comunidade Noiva do Cordeiro.....	44
Figura 6 -Foto atual da comunidade vista de cima.....	45
Figura 7 - Centro de Lazer da comunidade	51
Figura 8 - Centro de Lazer da comunidade	51
Figura 9 - Estrutura física da Escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade	52
Figura 10 - Estrutura física da escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade	52
Figura 11 - Estrutura física da escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade.....	53
Figura 12 - Estrutura física da escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade.....	53
Figura 13 - Estrutura física da fábrica, supermercado e outras atividades	54
Figura 14 - Estrutura física da fábrica, supermercado e outras atividades	54
Figura 15 - Fachada da antiga casa de Maria Senhorinha	55
Figura 16 - Fundos da antiga casa de Maria Senhorinha	55
Figura 17 – Auditório da Casa Mãe ou casa de Delina	55
Figura 18 - Casa Mãe ou casa de Delina vista dos fundos	56
Figura 19 - Vista geral da casa coletiva Amarela.....	56
Figura 20 - Horta comunitária.....	57
Figura 21 - Galinheiro da comunidade.....	57
Figura 22 - Galpão de milho	57
Figura 23 - Curral da comunidade	57
Figura 24 - Caixa d'água da comunidade, 180.000 litros de capacidade	58
Figura 25 - Torre de Celular e de Internet 3G da comunidade.....	58
Figura 26 -Mapa das estruturas físicas principais da comunidade	59
Figura 27 - Propriedade do Virassol – Área de Lavoura da comunidade e suas estruturas	68
Figura 28 - Propriedade do Virassol – Cozinha da área de Lavoura da comunidade	68
Figura 29 - Colheita de pimenta – mulheres	69
Figura 30 - Colheita de pimenta – mulheres	69
Figura 31 - Separação das pimentas para embalagem. Mesa central da Casa Mãe.....	70
Figura 32 - Separação das pimentas para embalagem. Mesa central da Casa Mãe.....	70
Figura 33 - Homens na quebra do milho.....	70
Figura 34 - Fábrica de costura da comunidade	72
Figura 35 - Fábrica de costura da comunidade	72
Figura 36 - Fábrica de costura da comunidade	72
Figura 37 - Arrumação da cozinha central após almoço	76
Figura 38 - Área de lavagem das louças após almoço	76
Figura 39 - Mutirão para construção de casas.....	78
Figura 40 - Casa recém-construída na comunidade, local onde me hospedei durante a pesquisa.	78
Figura 41 - Coral das Noivas durante apresentação na Sexta da Viola.....	83
Figura 42 - Crianças em período de aulas na escola da comunidade	85
Figura 43 - Crianças em período de aulas na escola da comunidade	85
Figura 44 - Recepção de convidados vindos de Montes Claros.....	90
Figura 45 - Recepção de convidados vindos de Montes Claros.....	90

LISTA DE SIGLAS

CEASA – Centro Econômico de Abastecimento - Sociedade Anônima

DAD – Departamento de Administração

EAD – Ensino à distância

UFV – Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

MORAIS, Luiz Paulo Rigueira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2018. **Comunidade rural Noiva do Cordeiro: Estruturas de um sistema econômico baseado no vínculo comunitário.** Orientador: Wesley Silva Xavier.

O presente texto refere-se à pesquisa etnográfica desenvolvida junto à comunidade rural Noiva do Cordeiro, localizada no município de Belo Vale – MG. Os três meses de vivência junto ao grupo me permitiram identificar formas diferenciadas de integrações econômicas e sociais. Com o apoio de teorias organizacionais e sociológicas, tornou-se possível o entendimento dessas relações, evidenciando ser tanto possível quanto real a existência de um sistema econômico baseado no vínculo comunitário e na busca por um bem estar coletivo. Seus processos econômicos não se mostram retrógrados ou desorganizados, pelo contrário, se apresentam como alternativas a muitas das dinâmicas reprodutoras das diferenças sociais nas sociedades de mercado. O reconhecimento no trabalho, a construção de uma base produtiva e intelectual e os aspectos da dádiva observados nas relações produtivas e sociais foram pontos de análise para explicar a manutenção e a reprodução da lógica comunitária. Através de princípios, estruturas e instituições muito próprias, nos quais o dinheiro atua em uma dimensão bastante reduzida e a fraternidade numa dimensão bastante aumentada, a comunidade tem conseguido sua sobrevivência e relativa tranquilidade, mesmo que inserida em uma sociedade predominantemente de mercado. Não negando a lógica capitalista, mas aproveitando de sua estrutura para a disseminação de sua própria lógica produtiva, a comunidade Noiva do Cordeiro se mostra como um caso único, a ser cada vez mais explorado e entendido. Suas práticas e exemplos podem ser de grande valor para pensarmos os problemas no meio rural e para encontrarmos soluções cada vez mais justas de produção e de distribuição de bens.

ABSTRACT

MORAIS, Luiz Paulo Rigueira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2018. **Rural community Noiva do Cordeiro: Structures of an economic system focused on the group bonding.** Advisor: Wesceley Silva Xavier.

The present text refers to the ethnographic research developed in the rural community Noiva do Cordeiro, located in the municipality of Belo Vale - MG. The three months of experience with the group allowed me to identify different forms of economic and social integration. With the support of organizational and sociological theories, it became possible to understand these relationships, showing that it is both possible and real to have an economic system based on community bonding and the search for collective well-being. Their economic processes do not turn out to be retrograde or disorganized; on the contrary, they present themselves as alternatives to many of the reproductive dynamics of social differences in market societies. Recognition in the work, the construction of a productive and intellectual base and the aspects of the gift observed in the productive and social relations were points of analysis to explain the maintenance and the reproduction of the community logic. Through its very own principles, structures and institutions, in which money operates in a very small dimension and fraternity in a greatly increased dimension, the community has achieved its survival and relative tranquility, even if inserted in a predominantly market-based society. Not denying the capitalist logic, but taking advantage of its structure for the dissemination of its own productive logic, the community of Noiva do Cordeiro shows itself as a unique case, to be increasingly explored and understood. Their practices and examples can be of great value for us to think about problems in the countryside and to find ever more just solutions for the production and distribution of goods.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1. Modos de produção, capitalismo e alternativas.....	8
2.2. A Economia Substantiva de Polanyi, suas formas de integração e estruturas de apoio	16
2.2.1 A ascensão do mercado e da Economia Formal.....	16
2.2.2 Planificação dos conceitos da Economia Substantiva de Polanyi	20
2.2.3 Estruturas de apoio necessárias aos processos de integração	23
2.3. Geração de vínculos e as prestações de dádivas.....	25
3. PERCURSO METODOLÓGICO	30
4. ANÁLISE DAS DINÂMICAS COMUNITÁRIAS DA NOIVA DO CORDEIRO	42
4.1. Caracterização da história da comunidade e de seu sistema econômico.....	42
4.2. Dinâmicas do atual sistema econômico da comunidade	64
4.2.1. O reconhecimento no trabalho	64
4.2.2. Distanciamento das operações de mercado	72
4.2.3. Fortalecimento da identidade e a formação dos jovens.....	82
4.2.4. Sistema normativo, coesão e coerção de condutas.....	86
5. CONCLUSÕES SOBRE A PESQUISA E SOBRE O SISTEMA ECONÔMICO DA COMUNIDADE NOIVA DO CORDEIRO	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

1. INTRODUÇÃO

A inspiração para estudar um sistema econômico de organização e de produção alternativas ao capitalismo surgiu ainda no início dos meus estudos na Administração Pública e nos Estudos Organizacionais. Especificamente em meados de 2015, por uma série de fatores pessoais e profissionais, decidi experimentar a vida em uma zona rural na comunidade do Botafogo, no município de Teixeira–MG, e me envolvia cada vez mais nas atividades associativas que emergiam entre as famílias dos pequenos produtores rurais da região. Motivado a auxiliar nas dinâmicas que observava entre meus vizinhos, por muitos meses foquei minhas investigações em teorias e casos empíricos sobre movimentos associativos, seus esforços no combate às assimetrias geradas pelo capitalismo e suas características principais de formação e de manutenção de novos modelos produtivos e organizacionais.

Durante esse percurso teórico me deparei com um vasto número de experiências e teorias que se assimilavam com as práticas que de perto acompanhava em minha realidade. Muitos eram os pontos em comum, tanto na formação e nas práticas de sucesso, quanto nos inúmeros entraves aos quais essas experiências eram submetidas, limitando seu potencial em garantir reais melhorias de vida aos envolvidos nas dinâmicas associativas. Tais limitações foram se mostrando não só de ordem prática como também de ordem teórica, em que ficava claro que as organizações em busca do cooperativismo e do associativismo encontravam dificuldades em transpor a barreira organizacional e em atingir um nível de socialização realmente capaz de afetar os aspectos não só da vida produtiva, mas também da vida social dos indivíduos.

Frente a isso, a realidade capitalista, na qual todas essas experiências se inserem e muitas vezes buscam negar, se mostrou como a principal limitação. O capitalismo, ao impor suas estruturas e instituições, fazia com que nenhuma experiência se mostrasse completamente alternativa a ele. A necessidade por mercados, por fornecedores, por investimentos e por todo o aparato capitalista, aos poucos mostrava um preço a ser pago, e nesses momentos a lógica capitalista acabava por se reproduzir em meio às associações e cooperativas que por vezes perdiam sua essência, se estagnavam ou até mesmo deixavam de existir.

Foi então que chegou ao meu conhecimento, por meio do meu orientador Wesley Xavier, a existência da comunidade Noiva do Cordeiro, que rapidamente se mostrou um instrumento de estudos adequado aos meus objetivos acadêmicos e pessoais. Essa comunidade me chamou a atenção por sua forma única de organização social e de organização da produção. Sua história é cheia de especificidades e envolve uma série de desventuras que remontam sua origem em 1891, dentre elas o isolamento, o preconceito religioso, a dominação religiosa e patriarcal, a pobreza, a fome e o êxodo rural. A mesma história envolve não só a superação desses episódios como também a construção de um novo sistema econômico, que passou a operar produtivamente através do associativismo produtivo, e politicamente através da organização e mobilização dos membros, investindo principalmente na manutenção de seus valores, instituições e formas de comportamento.

Desde que tomei conhecimento da existência da comunidade, passei a investigar os materiais disponíveis sobre a história do local e, ao me deparar com a grande quantidade de materiais midiáticos disponíveis, logo me interessei. Esses materiais eram provenientes tanto da mídia e de suas reportagens, quanto da comunidade, que por iniciativa própria desenvolveu também um acervo on-line contendo informações sobre sua história e sobre seu atual modelo de vida. Hoje me parece mais evidente que o trabalho de marketing realizado pela comunidade e o alto volume de materiais de mídia disponíveis tiveram peso na decisão pelo meu objeto de pesquisa, pois me indicaram a possibilidade de encontrar ali um novo modo de vida e produção a ser entendido e replicado. Essa esperança vinha ao encontro dos meus interesses pessoais e morais de buscar soluções e ideias, pouco exploradas e passíveis de replicação para outras comunidades e regiões, para famílias rurais melhorarem suas condições de moradia, de trabalho e de vida.

Após muitas reflexões teóricas e investigações informais através de vídeos e reportagens assistidos, tive a oportunidade de conhecer melhor esse sistema econômico e de me aproximar de centenas de pessoas que passaram a fazer parte do meu cotidiano e do meu aprendizado por, praticamente, três meses da minha vida. As visitas introdutórias nos meses que antecederam a pesquisa de campo fortaleceram a imagem que eu previamente havia formado sobre a comunidade. A primeira delas, na companhia do meu orientador, foi uma experiência bastante única, pois, quando chegamos à comunidade tudo parecia impressionar. A organização, a limpeza, a estrutura, a atenção que nos foi dada, o nível intelectual do grupo, a educação das crianças e demais aspectos que buscávamos observar impressionavam por se diferenciar em muito da realidade urbana em que vivemos.

Naquela visita, conseguimos informações importantes que nos levaram a realmente decidir por tomar a comunidade como foco principal desse trabalho. Eram muitas as características que faziam da comunidade Noiva do Cordeiro uma experiência a ser estudada: a ausência de propriedade privada dos meios de produção; a vivência conjunta em casas dormitório; a existência de produção comunal de moradias, de alimentos, de produtos têxteis, de educação e de cultura; a alta coesão entre os mais de trezentos membros; a divisão do trabalho em grupos segundo os objetivos da comunidade e as potencialidades individuais dos membros; a divisão de tarefas pontuais através do voluntariado; as decisões em assembleia composta de todos os membros da comunidade, dentre outras muitas especificidades.

Não seria a primeira vez que a comunidade se tornaria objeto de estudos científicos. A história do local, somada às alterações nas dinâmicas comunitárias e engrandecida pelos bons resultados obtidos na melhoria de vida de seus membros, fez com que a comunidade passasse a ser alvo não só da atenção midiática, como também de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Durante as pesquisas bibliográficas que envolviam o nome da comunidade, foram encontrados trabalhos que contribuíram sobremaneira para um melhor pré-entendimento sobre a vida comunitária e principalmente sobre os aspectos culturais que envolvem a história do local.

A dissidência religiosa da comunidade mostrou ser o tema de maior reincidência nesses trabalhos. Fazendeiro (2016) teve por objetivo identificar como se dá o processo de transição de uma religião convencional para novas práticas espirituais. Roese e Schultz (2010) publicaram um artigo fazendo conexões entre a dissidência religiosa e o modo alternativo de vida da comunidade, assim como Schultz (2013), que analisou especificamente tal dissidência. Roese (2015) escreveu também um capítulo no livro “Gênero, Feminismo e Religião”, no qual a comunidade figura como caso de análise. Viotti (2016), por sua vez, apresentou sua dissertação analisando o papel dos meios de comunicação na trajetória histórica e religiosa da comunidade.

Apesar do interesse e das contribuições desses autores pela história da comunidade, esse rico caso empírico ainda não teve seu potencial explorado em pesquisas que buscassem compreender a organização produtiva do local e o sistema econômico formado como um todo. Nesse contexto, a presente pesquisa se insere buscando trazer contribuições no entendimento dessa realidade como também se utilizando desse conhecimento para explorar e fomentar novas práticas produtivas e de distribuição de bens.

A presente descrição sobre como se mantém a ordem comunitária da Noiva do Cordeiro, além de contribuir nos estudos sobre a comunidade e possibilitar um entendimento sobre os principais elementos que sustentam esse sistema alternativo, na Administração Pública pode inspirar novos olhares sobre o comportamento social e produtivo, campo pouco explorado na área. Com ela busco dar voz a ideias e formas cada vez mais justas de produção e de redistribuição de bens. Tal análise tem a capacidade de fornecer subsídios para (1) o entendimento sobre a influência das instituições contemporâneas em sistemas alternativos, (2) explorar novas maneiras de produção e de vida no meio rural e para (3) melhor compreender o comportamento de grupos que se distanciam das dinâmicas capitalistas geradoras de assimetrias sociais. A existência de sistemas alternativos como o presente em Noiva do Cordeiro é de grande valor para reforçar a ideia de que a lógica capitalista não é a única possível de guiar uma sociedade, mesmo que esta tangencie e se reproduza dentro de tais sistemas.

Partindo desses interesses, defini como objetivo do estudo: **analisar a formação e a manutenção do sistema econômico da comunidade Noiva do Cordeiro, no intuito de identificar as estruturas e instituições que vêm garantindo melhorias econômicas e novos comportamentos sociais em meio ao grupo.** Busquei, de maneira específica, (1) contextualizar a trajetória histórica da comunidade Noiva do Cordeiro; (2) mapear elementos centrais e estruturas que permitem a manutenção do sistema; e (3) identificar efeitos da nova organização produtiva nos ganhos econômicos da comunidade, no comportamento social e na coesão do grupo.

Para que tais objetivos pudessem ser de fato atingidos, essa dissertação foi dividida em cinco partes que incluem: (1) a presente introdução do estudo; (2) uma sessão teórica com as principais categorias de análise utilizadas; (3) uma sessão em que exploro as características metodológicas da pesquisa; (4) uma sessão de análise teórica das observações etnográficas; e (5) uma sessão de conclusão na qual apresento os principais achados do estudo.

No capítulo de conceitos teóricos apresento ideias e categorias trazidas por autores essenciais para o entendimento de como a manutenção do sistema na comunidade se torna possível. Para enriquecer as análises, optei aqui por me desvencilhar de modelos pré-concebidos que enquadrassem a realidade da comunidade em um tipo organizacional, buscando compreendê-la como um sistema econômico diferenciado dos moldes tradicionais.

Assim, os conhecimentos teóricos serviram majoritariamente para subsidiar minha compreensão sobre o sistema econômico formado e seus impactos no comportamento do grupo. Ainda, possibilitou clarear o entendimento sobre os diferentes tipos de operação de troca e sobre a influência dessas trocas na formação de vínculos comunitários, na manutenção de tradições e condutas e na reprodução da lógica formada na comunidade.

Primeiramente, abordo características elementares do modo de produção capitalista, suas estruturas de mercado, seus impactos na vida social e as alternativas organizacionais e produtivas que vêm surgindo em meio às suas dinâmicas. Na sequência, através dos escritos de Polanyi (2012), estímulo uma reflexão sobre como a forma clássica de se encarar a economia é apenas uma das formas de se encará-la, abrindo espaço para um novo entendimento sobre as relações econômicas. Além disso, nesta sessão trago demais reflexões de Polanyi, nas quais o autor esclarece o papel das instituições contemporâneas na priorização dos nossos movimentos e operações de troca, influenciando diretamente nosso comportamento social. Por fim, abordo os conceitos do sociólogo Mauss (1988), a respeito dos sistemas baseados majoritariamente em movimentos de integração pautados na reciprocidade, observando as diferenças de comportamentos e condutas em comparação às tradicionais economias de mercado.

As teorias acima descritas apoiam uma análise econômica a partir das relações sociais e não apenas da organização material. Assim, busco me distanciar de uma visão atomizada do homem frente à economia formal, uma vez que parto do entendimento de que a economia precisa ser contextualizada socialmente, e não apenas pautada na questão da escassez de recursos. Com isso, tornou-se possível entender a comunidade não apenas como um conjunto de interações econômicas mecânicas, mas sim como um sistema econômico inserido num contexto social mais amplo, que lhe atribui sentido e o torna único.

No capítulo seguinte, denominado “Percurso Metodológico”, apresento o processo de construção do desenho de pesquisa e inicio tal sessão abordando as motivações para a escolha da etnografia enquanto método adequado e suficiente para se entender a realidade da comunidade. Apresento ainda as principais características do método etnográfico, exploro os padrões normativos deste, descrevo aspectos do processo preparatório, de coleta e de análise dos dados coletados e discuto sobre os principais acertos e erros durante o processo de pesquisa.

Em seguida, no capítulo quatro, faço a descrição e análise das dinâmicas comunitárias observadas durante o período de imersão etnográfica na comunidade. Início o capítulo trazendo pontos centrais da história da comunidade e em seguida, descrevo diversos aspectos da sua dinâmica de trabalho e da vida de seus membros. Posteriormente, busco analisar seus movimentos de integração econômica, as estruturas que dão suporte a esses processos e as instituições que estimulam um comportamento diferenciado do tradicional em meio ao grupo. Além disso, analiso as relações da comunidade com seu meio, discuto aspectos relativos à reprodução do sistema e reflito sobre os mecanismos de coesão do mesmo.

Por fim, no último capítulo, apresento os principais resultados e conclusões do meu estudo. Nele, traço os elementos cruciais que garantiram a formação, manutenção e reprodução do sistema e reflito sobre as potencialidades desse sistema econômico, não só para o próprio grupo, mas também para outros grupos em situações semelhantes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é destinado à construção de um arcabouço teórico para o entendimento das forças e instituições que agem em prol da manutenção do sistema econômico da comunidade Noiva do Cordeiro.

O capítulo se inicia com o estudo do capitalismo e de algumas de suas dinâmicas. Na primeira sessão, apresento categorias relacionadas aos modos de produção, às economias de mercado, e aos reflexos de tais dinâmicas no comportamento e na vida dos indivíduos. O capitalismo e suas assimetrias foram os propulsores do meu interesse inicial por organizações alternativas e movimentos associativos, assim como pelo meu interesse na comunidade. Apesar de não explicitamente, a lógica capitalista é a mais desafiada quando se observa o modelo produtivo da comunidade. Ao mesmo tempo, o capitalismo é pano de fundo para todas as dinâmicas da comunidade, que usa da estrutura capitalista e dos frutos do capital para seu próprio ganho e reprodução de sua lógica.

Na segunda sessão busco explorar conceitos econômicos alternativos, formas de relações sociais e de integrações econômicas derivadas de sistemas econômicos específicos, além de entender o papel das instituições e das estruturas que dão suporte à reprodução de sistemas assim construídos. Em especial, a Economia Substantiva de Polanyi serviu para se lograr uma nova forma de ver os processos econômicos da comunidade Noiva do Cordeiro, alcançando uma visão mais ampla e social da economia. As categorias provenientes de Polanyi serviram também para classificar a economia desta comunidade segundo suas formas principais de integração econômica.

Por fim, através dos aspectos da Sociologia da Dádiva, trazidos por Mauss (1988), a última sessão do capítulo busca entender os efeitos da intensificação de princípios alternativos sobre o comportamento social. Segundo Mauss (1988), forças sociais agem para garantir a coesão de grupos assim organizados, processo bastante comum em meio a sociedades que têm a reciprocidade como princípio central em suas relações econômicas. Dessa forma, para melhor planificar tais entendimentos, busco resgatar os conceitos trazidos pelo sociólogo ao caracterizar a comunidade como um possível sistema de dádivas, o que auxiliaria no entendimento de muitas das dinâmicas e forças de coesão ali estabelecidas.

2.1.Modos de produção, capitalismo e alternativas

Desde o início da humanidade se tem estabelecido, cada um a seu tempo, um determinado modo de produção, sendo possível afirmar que cada um deles, com suas peculiaridades, fortaleceram uma forma de comportamento social específica. Gaiger (2003) descreveu alguns desses modos: o modo de produção tribal, no qual a produção se sustentava pelas relações de parentesco e domínio coletivo da terra e de seus recursos; o modo de produção feudal, em que a produção se sustentava pelos vínculos da obrigação servil; e finalmente, o modo de produção capitalista, que se instaurou e se sustenta através de relações de compra e venda de trabalho, de terra e de demais recursos produtivos.

As estruturas e os arranjos sociais que moldam o processo de trabalho determinam o papel das forças produtivas e a capacidade dos agentes econômicos de usufruir dos frutos da produção, assim, a instauração plena de um modo de produção exigiria previamente a construção de formas materiais de produção que proporcionassem as alterações nas instituições que sustentam todo o conjunto econômico e proporcionam a subsistência (GAIGER, 2003).

Historicamente, o século XVI, marcado pelo fim do feudalismo e surgimento do modo de produção capitalista, trouxe consigo grandes transformações e uma nova maneira de se conceberem as trocas, a propriedade privada, a valorização do trabalho e, por consequência, as formas de se organizar a produção e a sociedade. Segundo Polanyi (2012), a recentralização estatal no papel dos Reis logo após a queda do modelo feudal deu a esses governantes a possibilidade de legitimação das operações mercantis, permitindo, consequentemente, o aumento de suas práticas entre os indivíduos.

Essas novas práticas foram inicialmente garantidas através de bruscas mudanças nas relações entre os indivíduos e o Estado e, através da proclamação de leis e normas a justiça garantiu a institucionalização da mentalidade mercantil, que foi marcada pela equivalência, por ações de livre interesse e por responsabilizar os indivíduos pelas suas ações. Em contrapartida, os costumes e tradições que se viam em maior escala na forma de obrigações morais, de honra e de solidariedade foram então desestruturados, permitindo nascer uma nova forma de se produzir e se relacionar chamada de “modo de produção capitalista” (POLANYI, 2012).

Segundo Gaiger (2003), o modo de produção capitalista se refere a uma categoria teórica trazida por Karl Marx para sintetizar um conjunto de características de uma sociedade. Tal modo retrata a forma como os membros dessa sociedade se organizam, tanto no que diz respeito à produção, à distribuição e ao consumo de bens materiais, quanto na forma como são geridas as relações sociais e as forças produtivas.

Ainda nas definições de Marx trazidas por Gaiger (2003), essas forças produtivas seriam não só formadas dos recursos materiais de produção, como também de seus aspectos intelectuais voltados para a organização dos processos, manuseio de técnicas e difusão do conhecimento. Para o autor, o modo de produção capitalista de uma sociedade se sustenta e diferencia-se dos demais no que tange a relação com o trabalho, a apropriação da natureza, os recursos produtivos e o excedente, bem como todas as relações sociais que o mantem.

Nesse contexto, a expansão capitalista teria provocado contínuas transformações na base material de produção. A expansão produtiva, por sua vez, teria sido responsável pela moldagem de inúmeras instituições das sociedades. Dessa forma o capitalismo teria adquirido a capacidade de renovação constante de sua estrutura, baseando-se nas novas instituições de mercado e instaurando um processo que se reproduz de forma constante (COSTA; GODOY, 2008).

Frente a isso, o capitalismo pode ser entendido como um modo de produção no qual as dinâmicas são regidas pelo mercado e a produção se dá pelo atrativo do ganho e do acúmulo de capital. Nesse modo de produção, a maior parte do trabalho é executada por trabalhadores não detentores de capital, em troca de pagamentos financeiros para que possam consumir e subsistir. Assim, a produção de mercadorias é predominantemente orientada ao mercado e há uma nítida separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção (ROIZ, 2009).

Importa notar que a forma de divisão do trabalho, o sistema jurídico, a forma de atuação do Estado, bem como as relações sociais e de propriedades foram modificadas e aprimoradas segundo as necessidades de produção e reprodução do próprio capital. Parte-se do pressuposto que nas economias regidas pelos mercados, o trabalho, a terra e todos os demais recursos produtivos são considerados mercadorias, sendo que, nesse tipo de sociedade, toda a circulação de produtos tenderia a ser padronizada através de uma relação entre oferta e demanda, estabelecendo assim, sua precificação nominal (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Assim, o modo de produção capitalista deixou de ser um simples modo de produção e passou a ser um modo de vida, assumindo papéis significativos na ordenação política, social e econômica das sociedades (ZILIO *et al.*, 2012). Considerando este cenário, Schneider e Escher (2011) descrevem que o capitalismo teria se tornado uma sociedade de mercado, pois não só a produção, mas toda a reprodução social passou a depender dos mecanismos e da lógica do mesmo.

Segundo Polanyi (2000), antes da Revolução Industrial o mercado era somente uma parte das relações sociais, um dos mecanismos de organização das sociedades. O autor explica que o comércio era uma instituição muito mais antiga que o mercado e que naquela época, apenas mercadores e banqueiros utilizavam dinheiro regularmente, de forma que a maior parte da economia era rural e desprovida de comércio. A vida econômica estava inserida na organização social e política da sociedade e havia muito espaço para transações econômicas não financeiras, além disso, os atos ocasionais de troca chegavam a ser desestimulados por representar um perigo à solidariedade, totalmente protegida pelos costumes e tradições.

Com o passar do tempo, no entanto, o comércio passou a se infiltrar na vida cotidiana, contudo, não seria possível o surgimento de uma economia de mercado sem os desdobramentos institucionais implantados para esse fim. Duas teriam sido as transformações mais importantes que possibilitaram essa emergência dos mercados. A primeira delas foi à intensificação do comércio exterior nos mercados, pois dessa forma, se perderam os mecanismos locais de estabilização dos preços, tornando esses mercados locais reféns das flutuações dos preços nos mercados centrais. O segundo fator de contribuição foram as inovações observadas na tratativa com os meios de produção, através da criação de mercados de preços flutuantes para regular as relações de preço do trabalho e da terra, elementos que antes não eram considerados como mercadorias (POLANYI, 2012). Como consequência, viu-se a institucionalização de novas relações interessantes ao sistema do capital, pois, somado aos mecanismos de mercado, tornou-se possível controlar também a oferta e a demanda desses recursos.

As discussões sobre o capitalismo remontam o surgimento de suas primeiras críticas. Segundo Roiz (2009), as primeiras demarcações de sua origem e consolidação vieram ainda na década de 1850, com os estudos de Karl Marx. Esses estudos analisavam a formação de desigualdades sociais oriundas do modo capitalista de produção e que se refletiam na luta de classes. Já nessa década, o autor teria indicado assimetrias que ainda hoje se observam nesse modo produtivo (ROIZ, 2009).

De acordo com Marx (2004, p.84), na medida em que foram se distanciando o homem e seus meios de produção, se acelerou um processo de estranhamento deste com seu trabalho e com diversos aspectos de sua vida social. Esse estranhamento afetaria a percepção do homem sobre si mesmo e sobre os frutos de seu trabalho. Segundo Marx, na medida em que se retira o ser humano da natureza sua identidade se perde, pois a natureza seria o reflexo direto dos frutos do trabalho do indivíduo, que ao observar as alterações em seu meio, veria assim justificados seus esforços e seu trabalho. A remoção do homem da natureza, por sua vez, geraria a perda da identificação do homem com o gênero humano. Através da produção, a natureza figura para o homem como o resultado de sua obra; se extraído do seu cenário produtivo e da observação dos frutos físicos do seu trabalho na natureza, o homem passa a não se reconhecer como homem (MARX, 2004).

Ainda segundo Marx (2004), havia outros aspectos essenciais do estranhamento ao trabalho provocado pela separação do homem de seus meios de produção, sua existência física se torna voltada somente ao trabalho, e seu reconhecimento com outros homens se dá apenas como trabalhador. Da mesma forma que este processo reduziria a atividade autônoma do homem e o tiraria da natureza, ele faria com que a existência genérica do homem passasse a representar somente um meio de existência física. Para o autor, a consciência que o homem tinha de seu gênero viria a se alterar, tornando o pertencimento ao gênero humano um aspecto secundário do homem. Este estranhamento do homem com seu próprio ser genérico está intimamente ligado com um último aspecto de estranhamento, o do homem com o produto de sua produção, que altera uma característica pré-histórica humana - a de se relacionar com outros homens através dos frutos de sua produção. Na ausência de contato direto do homem com seus resultados produtivos surge e predomina um novo reconhecimento entre os homens, mas este se pauta na descaracterização do homem genérico e no reconhecimento apenas das condições em que se encontram os indivíduos enquanto trabalhadores (MARX, 2004, p. 85).

Para Souza-Santos e Rodriguez (2007), esse novo modo de produção tornou-se o maior responsável pela reprodução de desigualdades econômicas, de poder e entre classes sociais. De acordo com os autores, esse modo de produção atuaria como um catalisador de assimetrias por se pautar em rendimentos desiguais e na subordinação do trabalho ao capital. Na visão de Santos *et al.* (2016), o afastamento das famílias e da sociedade em relação às práticas comunais restringiram as possibilidades de uma produção social conjunta. Em contrapartida, a riqueza, antes propriedade de todos, mesmo ainda dependente do trabalho coletivo, passou a ser apropriada por poucos.

O capitalismo tem sido também acompanhado por uma história de resistência contra o mesmo. Em especial, devido ao alto nível de assimetrias geradas por esse novo cenário social e econômico, a forma hegemônica de se organizar a produção foi acompanhada do surgimento de novas formas alternativas de organização e de relação com o mercado. Desde a luta dos camponeses que resistiram à incorporação forçada do trabalho nas fábricas, o modo de produção capitalista vem sendo continuamente questionado e adaptado localmente por indivíduos e organizações que criam dinâmicas próprias de produção e de distribuição de bens, seja por uma carga ideológica contra as assimetrias do sistema, seja pela impossibilidade de subsistência nos moldes tradicionais de produção, devido à falta de recursos e oportunidades (BOITO JÚNIOR, 2007).

Segundo Gaiger (2003), é possível o surgimento de formas secundárias de modos produtivos dentro de um modo de produção dominante, o que pode ser observado dentro do próprio capitalismo. Para o autor, esses modos produtivos alternativos surgem tendo o capitalismo como pano de fundo e, ou acabam se submetendo às estruturas e à lógica do capital como forma de sobrevivência ou se utilizando dessa estrutura para reproduzir sua própria estrutura e lógica alternativa, sobrevivendo sob menor impacto das influências do capital.

Falar do surgimento de modos produtivos em uma sociedade estruturada, necessariamente é falar da incapacidade do modo de produção vigente se reproduzir naquele meio. Nesses casos, mudanças estruturais devem ser observadas para que o processo de subsistência e de produção continue. Assim, não se tratam de mudanças repentinas ou evolutivas, e sim da falta de condições de reprodução da lógica vigente por falhas estruturais. As mudanças, portanto, exigem condições especiais que impeçam tal reprodução da lógica vigente, e junto com elas são necessárias também novas estruturas ou bases substitutivas que consigam instaurar uma nova organização social (SOUZA-SANTOS; RODRIGUEZ, 2007).

São muitos os nomes atribuídos a esses diferentes sistemas organizacionais que com o tempo foram surgindo em meio ao capitalismo. Comumente usa-se a expressão “alternativa” para se tratar as práticas que de alguma forma desafiam o capitalismo (SOUZA-SANTOS; RODRIGUEZ, 2007). Contudo, outras correntes e nomenclaturas também podem ser verificadas na teoria, se apresentando como organizações de economia solidária, organizações substantivas, organizações autogestionárias, organizações coletivas, dentre outras (SILVA *et al.*, 2011).

Apesar de não ser possível constatar experiências que, de alguma forma, representem uma substituição ao modo global capitalista, diferentes iniciativas organizacionais tem logrado êxito local como alternativas viáveis, através da valorização de dinâmicas não econômicas como a solidariedade em seus processos e arranjos. O movimento teórico que reúne diversas experiências com esses aspectos ficou conhecido como movimento da Economia Solidária. Não haveria uma forma unânime de se conceituar a Economia Solidária, contudo, sua gênese seria organizações que prezassem pela solidariedade, democracia e coletividade. A autogestão é o objetivo maior dessas experiências, se configurando como um ápice da socialização dos recursos (SINGER, 2006).

Na visão de França e Dzimira (1999), a Economia Solidária é um conceito amplo que apareceu em meio aos conceitos da Economia Social. Nesse tipo de economia, organizações não tradicionais internalizavam preocupações com a solidariedade para que encontrassem maneiras de se driblar suas desvantagens em relação às operações de mercado através de relações de proximidade e de ajuda mútua. Além do mais, os autores explicitam as dimensões do conceito de Economia Solidária trazendo seu teor econômico, social e político.

Do ponto de vista econômico, é importante ter em mente a amplitude local e o entendimento de que essas economias buscam mesclar operações mercantis, não mercantis e não monetárias, aplicando-se aqui um conceito muito mais amplo do econômico, que não fica restrito somente às operações mercadológicas (FRANÇA; DZIMIRA, 1999). Essa característica econômica reflete diretamente em seu caráter social, uma vez que ao limitar as operações financeiras, acaba por fortalecer as relações sociais. Por fim, seu caráter político se expressa na tentativa do novo, da expressão política em encontrar na solidariedade uma opção às assimetrias de mercado (FRANÇA; DZIMIRA, 1999).

Segundo Gaiger (2003), apesar da maior parte dessas experiências terem sido observadas através das cooperativas de produção, de crédito, de comercialização, dentre outras, esses mesmos princípios pautados na solidariedade vêm sendo observados como centrais em uma grande diversidade de organizações, sociais e produtivas. O autor relata haver uma ampla variedade de empreendimentos que se aventuram em experiências alternativas, podendo ser encontrados exemplos em diversos setores, da produção familiar até as grandes produções industriais. Esses empreendimentos teriam em comum a propriedade coletiva dos recursos produtivos, e seriam geridos também de maneira coletiva, uma vez que a coletividade em uma organização de economia solidária se estende desde o nível material até os aspectos intelectuais e gestacionários da produção (SINGER, 2008).

O surgimento de formas alternativas de organização se dá por diferentes motivações. Faria (2011) descreve que seu surgimento nem sempre é acompanhado de uma clareza ideológica ou de uma negação intencional da lógica capitalista. Pelo contrário, a motivação principal para tal se daria pela necessidade de trabalho e renda por parte de grupos historicamente desprivilegiados e não necessariamente seguindo um ideal contrário ao sistema capitalista ou em busca de emancipação do trabalho. Seriam, normalmente, grupos sociais de baixa renda como as organizações derivadas da união de trabalhadores desempregados, ou a união de pequenos produtores rurais em busca de escala de compra e venda, ou até mesmo a união de pequenos produtores para formação de poupança coletiva e financiamentos próprios (LEITE, 2009).

Os níveis de integração e vínculos observados entre os membros dessas organizações variam, podendo a organização se apresentar como um simples mecanismo funcional e econômico ou mesmo, alcançar uma socialização plena dos meios de produção, gerando uma organização associativa em autogestão. Torna-se esclarecedor analisar o fenômeno que vem ocorrendo em meio algumas experiências coletivas rurais; a socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, tem rompido com a lógica e a tradição da pequena produção familiar, que vem dando espaço a vínculos de outras naturezas, modificando assim a forma social de produção (SINGER, 2006).

Apesar desse processo se mostrar frequente em meio aos grupos associativos, na maioria dos casos observados a base técnica de produção, herdada das condições anteriores e capitalistas, permanece a mesma ou é apenas superficialmente alterada em meio a esses produtores (SINGER, 2006). Na visão de Faria (2011), organizações alternativas e de Economia Solidária encontram dificuldades de se esquivarem de muitas das dinâmicas capitalistas, pois seus esforços de inserção e as interações dessas organizações no mercado fazem com que muitas das dinâmicas e lógicas se reproduzam dentro de seus sistemas. Para esse autor, a necessidade de inserção tornaria tais experiências limitadas, dependentes ou reprodutoras do sistema em que se inserem e de sua lógica de operação pelo mercado e pelo capitalismo em si. Assim, essas organizações não deixariam de pertencer à economia de mercado e nem poderiam representar o surgimento de uma economia integralmente alternativa ao capitalismo (FARIA, 2011).

Apesar de suas limitações, se pensadas isoladamente, essas experiências organizacionais têm grande significado na vida de seus membros, muitas vezes representando uma oportunidade de melhores condições de vida e de trabalho, além de impactar e marcar a história como mais um foco de resistência aos avanços da lógica do capital. Ao criticar e buscar, de alguma forma, superar características negativas do capitalismo, essas organizações de princípios orientados à solidariedade e igualdade se apresentam como uma resistência à reprodução e disseminação completa do poder do capital sobre suas realidades (SOUZA-SANTOS; RODRIGUEZ, 2007).

A síntese desse entrave teórico seria entender as organizações em economia solidária como uma forma social de produção específica, que se opõe à forma tradicional de produção capitalista, mas que deve conviver com ela para subsistir em formas passíveis de coexistência com o modo dominante. Os benefícios de uma maior inserção dessas organizações no sistema capitalista e nos mercados se tornam claros se observada à necessidade por recursos produtivos e por mercados que recebam suas produções, contudo, os demais aspectos e impactos dessa interação continuada não estão claros, podendo ou não impactar nas dinâmicas e nas relações dentro dessas organizações (SINGER, 2006).

Alguns aspectos elementares das organizações em modos secundários de produção não podem se perder em meio a tais interações com os mercados capitalistas. São elas: (1) a contínua tentativa de utilização e aprimoramento da base estrutural do capitalismo para uma adaptação à sua forma alternativa de produzir; (2) a contínua reafirmação do trabalho associativo como forma socialmente superior de subsistência; e (3) a contínua resistência às pressões dos mercados, buscando formas de proteger sua lógica produtiva e social (GAIGER, 2003). Através desses cuidados, o autor destaca que há sim a possibilidade de reversão, mesmo que gradual, do processo de separação entre o trabalhador, seus meios de trabalho e os produtos do seu trabalho, processo instaurado ainda no início do capitalismo e que deu o impulso para a reprodução da mentalidade de mercado nas sociedades.

2.2.A Economia Substantiva de Polanyi, suas formas de integração e estruturas de apoio

Esta sessão tem por objetivo introduzir e planificar diversos conceitos trazidos por Polanyi (2012) na disciplina chamada Economia Substantiva, a qual forneceu novos olhares para os processos econômicos de uma sociedade. Esse autor figura como base seminal para diversos autores da atualidade, principalmente em meio a um movimento denominado “Nova Sociologia Econômica”, que se utiliza de conceitos alternativos aos da economia tradicional em busca de mais clareza e profundidade nas análises, fugindo do funcionalismo econômico, e analisando sistemas como um todo, ou seja, considerando suas complexidades sociais.

Os tópicos abaixo podem ser entendidos como uma compilação dos principais conceitos dessa disciplina. Segundo Polanyi (2012), apenas o significado substantivo da economia poderia fornecer às ciências sociais os conceitos necessários para se entender de fato as diferentes formas de economia do passado e do presente, pois se fundamenta em fatos sociais, empíricos e concretos, e não em abstrações e premissas teóricas impostas pela mentalidade de mercado.

Por conta de seu descontentamento com a teoria econômica disseminada globalmente, Polanyi trouxe uma nova teorização sobre muitos dos processos econômicos e propôs a distinção entre os dois significados da economia, um formal e um substantivo. Segundo ele, após a ascensão dos mercados e de seu poder sobre o comportamento social, estes dois conceitos começaram a se fundir e a se confundir devido ao que denominou de “mentalidade de mercado em meio às sociedades”.

2.2.1 A ascensão do mercado e da Economia Formal

A mentalidade de mercado pode ser entendida como um pensamento que considera que a economia, em sua forma de mercado, se iguala em significado e importância a um conceito muito mais amplo - a economia humana em geral. Estes dois fenômenos são em muitos aspectos, semelhantes, contudo, enquanto a economia humana trata-se de um fenômeno que engloba os elementos gerais das interações humanas, a economia de mercado consegue englobar apenas os elementos de sua própria estrutura, instituída na forma do mercado e responsável pelo equilíbrio do mecanismo de oferta, demanda e preço (BRUNO; CAFFE, 2017).

O mercado é, então, uma instituição moderna que para manter-se necessita de uma estrutura própria de ação, uma estrutura que exige constante construção e manutenção históricas (POLANYI, 2012). Dessa forma, reduzir a economia estritamente aos fenômenos de mercado significa eliminar a maior parte da história humana. Ademais, ampliar o conceito de mercado para fazê-lo abarcar todo o âmbito econômico consiste em atribuir ao próprio mercado, relações sociais que seus conceitos não dão conta de explicar, prejudicando a clareza das análises. Apesar da clara distinção entre os aspectos da economia humana da economia de mercado, as circunstâncias históricas fizeram com que estes dois conceitos se fundissem em meio às sociedades modernas (MACHADO, 2012).

O conceito de economia e dos estudos econômicos nasceu junto à emergência dos mercados enquanto reguladores da relação oferta-procura-preço. Os economistas clássicos, em seus estudos sobre as variações dos preços nesses mercados, acabaram observando e teorizando sobre as interdependências entre as flutuações de preço e as interações de mercado.

Adam Smith é considerado um dos maiores responsáveis pelo entendimento dessas flutuações e interdependências de preços nos mercados. Ademais, foi o responsável pelo que Polanyi (2012) chamou de economia política, uma vez que foi ele o primeiro a indicar e descrever as relações de preços, salários e rendas em grandes mercados competitivos entre si, ou seja, os mercados e as relações econômicas entre as nações mercantis.

Em seu sentido mais clássico e usual, a economia formal teorizava sobre um universo de recursos escassos e de necessidades ilimitadas. Além disso, a economia clássica, através do conceito do *homo economicus*, se baseava numa imagem do homem enquanto ser egoísta, que priorizaria sempre a oportunidade de ganho, e estaria sempre orientado ao interesse individual e não ao coletivo (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Segundo Godbout (1998), as ideias economicistas clássicas defendem a liberdade do comportamento individual baseado na comparação entre as ações segundo seus resultados. O ator escolheria para si sempre a ação de melhor resultado econômico, ou seja, a ação que conseguisse otimizar seus resultados em termos de custos e de benefícios. Dessa forma, a teoria previa que a escolha racional se estenderia desde o nível individual até o nível do coletivo, pois as escolhas individuais acabariam por refletir em um bem estar coletivo também formado de boas escolhas e com resultado otimizado.

De fato, a sociedade do século XIX se organizou de uma maneira que fez com que a fome e a acumulação de lucro fossem as maiores motivações para se estimular o indivíduo a participar da sociedade. Apesar disso, a imagem do homem enquanto ser regido somente por incentivos materialistas não poderia ter sido generalizada enquanto natural, uma vez que o homem nem sempre se comportou dessa maneira (ITURRIET, 2010). Assim, o conceito do *homo economicus* se mostrou mais um conceito arbitrário da economia clássica. Apesar disso, foi baseada nessa percepção sobre as sociedades que a teoria econômica teria se disseminado, influenciando assim as ações de governos, instituições e demais atores das sociedades, que aos poucos foram se adaptando à lógica capitalista e às novas teorias e verdades que consequentemente viriam com ela.

Polanyi (2012) considera que, de início, as semelhanças entre os conceitos da economia de mercado e da economia humana justificavam as confusões envolvendo as análises econômicas e suas teorias. Posteriormente não se tratava mais de meras confusões, mas sim de uma necessidade prática da nova sociedade e de seu modo de vida pós Revolução Industrial. Segundo o autor, o mecanismo de oferta-procura-preço, por ser o responsável pela observação de diversas “leis econômicas”, emergiu como uma das forças mais poderosas que já surgiram no meio social até então.

A desarticulação dos elementos centrais da vida social e a regulação dos mesmos pelo mercado teriam consolidado a submissão da sociedade às suas próprias estruturas econômicas institucionais. Este processo teria envolvido uma série de mudanças no curso social e na extensão do poder do mercado às quais Polanyi (2000) diz não estarem de acordo com as tendências evolutivas do mesmo, mas que foram intencionalmente desenvolvidas para permitir o avanço do modelo.

Polanyi (2012) destaca que só depois de algum tempo os diferentes preços e salários começaram a mostrar sua interdependência, que aos poucos foi estruturando a economia formal e suas leis econômicas capitalistas que conhecemos atualmente. Esse processo se tornou possível através da imposição da política mercantil, e, posteriormente, pelo surgimento da ideia de que o mercado seria auto-regulável. Assim, essa ideia representou a consolidação da troca comercial como princípio central das relações sociais, ambas padronizadas pelo mercado.

As leis econômicas estimularam em grandes proporções as práticas utilitárias, influenciando até mesmo na percepção do homem sobre si mesmo. Tais práticas utilitaristas, além de muito bem adaptadas às leis econômicas foram ao encontro dos interesses de governantes e grupos de poder que ascendiam no cenário global. As ideias economicistas se basearam em premissas irrealistas que não correspondiam aos processos humanos, como, por exemplo, a premissa de possibilidade de precificação e compra de trabalho. Dessa forma, tais premissas tiveram de ser garantidas através da descaracterização dos processos relacionais objetivando a maximização e a otimização dos processos por meio de instituições impostas, como por exemplo, através da institucionalização do trabalho assalariado como forma principal de produção (MACHADO, 2012).

A ação econômica foi tida como natural nos homens, criando-se assim um eclipse da economia sobre a política e sobre as demais instituições das sociedades. O eclipse da política alterou em muitos aspectos as relações humanas na história moderna e instaurou uma postura crítica em relação à presença do estado, o que representou a decadência da força política e de outras forças baseadas nos costumes. Como consequência, a força do mercado começou a crescer e a influenciar cada vez mais aspectos da vida humana, fortalecendo as ideias econômicas (POLANYI, 2012).

O Estado em muito contribuiu nas mudanças observadas, de forma que cada um desses passos que buscaram introduzir o homem nos novos conceitos da justiça, do direito e da liberdade resultou da ação do Estado na organização do campo econômico. Para Santos *et al.* (2016), a nova ordem capitalista necessitava de regras que guiassem as relações sociais, essas regras derivariam da institucionalização de leis e de uma força de coerção policial que cuidasse dos possíveis transgressores dessas leis.

Assim, a mentalidade de mercado veio a predominar, tornando aos olhos da sociedade todo esse processo como natural. A absorção da economia pelos conceitos de mercado, somada à disseminação dos conceitos econômicos globalmente, fez com que nenhuma das disciplinas sociais conseguisse escapar de suas leis, de modo que aos poucos, cada uma delas foi se rendendo ao modo de pensamento economicista de entender as sociedades e o homem (KISCHENER; PERONDI; MONTEIRO, 2014). Santos *et al.* (2016) defendem que o pensamento economicista dava à burguesia, não só o controle do capital, mas também o controle das ideias sobre o capital. Esse controle permitiu o comando do processo de crescimento e expansão, e assim interferiu diretamente nos moldes das relações sociais entre indivíduos, tanto na produção quanto na distribuição.

2.2.2 Planificação dos conceitos da Economia Substantiva de Polanyi

O segundo significado da economia, denominado economia substantiva, é uma nova forma de se entender o processo de intercâmbio entre indivíduos em busca de sustento e sobrevivência, e a maneira pela qual os indivíduos buscam satisfazer suas necessidades. Enquanto a economia formal considera que as estruturas e instituições das economias de mercado e da economia em geral resultam de uma propensão natural do homem de se comercializar e trocar, a economia substantiva considera que são as instituições e as estruturas de apoio que estimulam as formas pelas quais o homem interage social e economicamente (POLANYI, 2012).

A organização básica que permite a integração econômica e sua validação provém da esfera social e das instituições presentes e construídas nela. Na economia substantiva, o comportamento individual figura o fim do processo e a esfera social define suas instituições que servem como estruturas de apoio para que sejam estimuladas as formas de integração econômicas e assim possa ser entendido o comportamento individual (MACHADO, 2012).

A teoria da Economia substantiva foi descrita pelo autor como formada de dois fenômenos cíclicos e inseparáveis: (1) A interação entre o homem e o meio; e (2) a institucionalização desse processo. Polanyi (2012) apresentou então uma nova perspectiva institucional, em que cada operação específica guiadora das sociedades se pautava em instituições, símbolos e princípios comportamentais, que permitiam e estimulavam diferentes tipos de interações entre o homem e a natureza, como também entre os homens em busca da sobrevivência e da subsistência.

Segundo Schneider e Escher (2011), a importância dos estudos de Polanyi reside principalmente na ligação que o autor faz entre a história da economia e a história das ideias sobre a economia, mostrando o quanto as teorias econômicas influenciam no comportamento econômico do indivíduo, e assim, conseqüentemente, influenciam a própria economia, tanto em seu sentido formal, quanto em seu sentido substantivo.

Para Polanyi (2012) cada uma dessas formas de circulação de produtos se institucionalizava através da sua prática, da socialização e da legitimação dos princípios e lógicas que regem cada movimento de troca e operação específica. Nesse caso, seriam as instituições culturais a moldar o comportamento dos indivíduos quanto às dinâmicas de produção e troca, e dessa forma, quanto mais instituições estimulassem uma operação de troca específica, mais esse tipo de operação se reproduziria dentro de tal sociedade.

As instituições de um sistema, apesar de pouco exploradas nos escritos de Polanyi (2012), são os grandes símbolos que inspiram o comportamento social. Essas instituições têm sua força garantida pelo próprio símbolo que representam, agindo através de um estímulo simbólico a comportamentos específicos, seja pelos benefícios que tal instituição proporciona, ou até mesmo pelo sentimento de possíveis sanções vindas dessas instituições caso o comportamento exigido, formal ou informalmente, não seja cumprido.

A interação social era materializada em dois tipos de troca: (1) trocas de localização, na qual as coisas se moviam espacialmente, como as caçadas, expedições, invasões, extração de matéria prima, entregas dentre outras interações; e (2) trocas de apropriação, na qual se alterava o nível de capacidade do indivíduo em desfrutar desse bem, compreendendo as transações de compra e venda e o direito de uso. Esses movimentos de apropriação podem ser bilaterais e ocorrer “entre mãos”, ou serem unilaterais e ocorrer na forma de “apropriação de uma mão”, que por serem unilaterais são assegurados pelo costume ou direito (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

De acordo com Polanyi (2012), o homem tem um papel muito importante durante esse processo de interação por também despender seus esforços no trabalho, também se deslocar e se dispor de seus bens pelo coletivo, interagindo de maneira constante com outros homens no processo pela busca da subsistência. Para o autor, a produção é um dos fenômenos econômicos de maior valor proveniente da interação homem-meio, afinal, a produção pode ser entendida como um fenômeno que propicia um movimento ordenado de todos os meios materiais que se transformam nos meios de subsistência coletiva do homem.

Na economia substantiva as economias são agrupadas de acordo com a forma de integração econômica dominante em cada uma, sendo que as formas de integração são maneiras de se designar e classificar os principais movimentos de troca, de localização e de apropriação, institucionalizados em uma sociedade. Elas são os conectores do processo econômico, envolvendo desde a busca por materiais de produção até a distribuição final dessa produção. As integrações representam a forma com que se dão essas trocas, suas motivações, e a estrutura necessária para que as mesmas possam se concretizar, sendo assim um fenômeno presente no processo econômico que se intensifica na medida em que se institucionalizam os movimentos de trocas de bens e pessoas para superar o efeito das diferenças de espaço, tempo e ocupação, criando uma interdependência entre os movimentos (MACHADO, 2009).

São três as formas mais frequentes de integração: (1) a Reciprocidade; (2) a Redistribuição; e (3) a Troca. O movimento de reciprocidade faz referência à circulação de produtos através do movimento de bens dentro de um círculo comunitário, seja ele impulsionado por graus de parentesco, amizade ou envolvimento associativo para fins produtivos. O segundo movimento, de redistribuição, descreve o movimento natural de centralização produtiva para posterior distribuição, verificada através da divisão do trabalho, dos impostos e da assistência social. Por fim, o terceiro movimento, o da troca, também conhecido como “domesticidade”, descreve a circulação de bens entre diferentes pontos dos sistemas sociais e é um padrão influenciado pelo interesse do ganho e normalmente praticado nas estruturas de mercado (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Na visão de Polanyi (2012), as formas de integração não representam estágios do desenvolvimento de uma economia ou sociedade, uma vez que não existe uma ordem a ser seguida. Assim, as formas de integração se referem a tipos diferentes de comportamento econômico estimulado por diferentes estruturas, capazes de coexistir. O autor descreve ser possível a presença de mais de uma forma de integração nas sociedades, na maioria das vezes subordinada a uma forma predominante.

Cada forma de integração pode ser intensificada ou reduzida em importância em uma sociedade segundo as necessidades produtivas, segundo a época do ano, ou até mesmo segundo a redução ou intensificação das outras formas de integração. Contudo, ainda sim fica evidente a forma de integração dominante, facilmente reconhecida, se analisados sistemas econômicos inteiros, ou seja, economias empíricas reais. Mesmo variando suas intensidades de acordo com o modo de produção e de relações da economia local, essas formas de integração se mostram presentes independentemente dos governos, da época ou da cultura analisada (KISCHENER; PERONDI; MONTEIRO, 2014).

Segundo o autor, é possível imaginar as formas de integração como diagramas que representassem a movimentação de bens e pessoas na economia. Tais movimentações representam a forma como se dão tanto as trocas de localização quanto as de apropriação nessa sociedade. A reciprocidade pode ser representada por um diagrama todo simétrico, no qual os pontos se relacionariam entre si de forma igualitária com outros diversos pontos do mesmo sistema. Já a redistribuição representa no diagrama um movimento de bens para um centro e depois para fora dele, atingindo assim os demais pontos do sistema. A troca por sua vez representa um movimento aleatório entre dois pontos do sistema, envolvendo assim somente esses pontos (POLANYI, 2012).

Apesar de os diagramas de movimento indicarem a forma como as integrações econômicas se dão, eles não são suficiente para explicar como cada movimento pode ou não ocorrer e ser estimulado nas economias e nas sociedades, tampouco explica seus efeitos sobre ela. Para tal, e até mesmo para que esses movimentos ocorram, é imprescindível a presença de estruturas institucionais bem definidas no sistema social. No caso da redistribuição, por exemplo, o movimento não pode ocorrer sem um centro estabelecido. Mesmo nos casos em que a centralização ocorre em pequena escala, depende da existência prévia de um centro de redistribuição amplamente reconhecido como tal (SABOURIN, 2011).

Mesmo essas formas de integração estando intimamente ligadas ao comportamento individual, estas não se estabelecem sem uma estrutura institucionalizada previamente na sociedade, ou ao menos um padrão estrutural a ser seguido. Em específico, no que diz respeito à troca de mercado, a troca como forma de integração depende da presença de um sistema de mercado, um modelo institucional que não nasce de atividades individuais e aleatórias, mas que depois de instituído tem a capacidade de moldar em muito este comportamento individual (MACHADO, 2012).

2.2.3 Estruturas de apoio necessárias aos processos de integração

Segundo Polanyi (2012), um grupo que decidisse organizar suas relações com base na reciprocidade só conseguiria realizar seu objetivo ao se dividir em subgrupos simétricos, cujos membros pudessem se identificar uns aos outros como tal. Dessa forma, o autor explica que os membros do grupo “A” poderiam estabelecer relações de mutualidade entre seus membros ou com seus correspondentes do grupo “B” e vice-versa. Ou então, mais de dois grupos poderiam ser simétricos em relação uns aos outros, de forma que os grupos não necessariamente precisariam agir de forma recíproca entre seus próprios membros, mas sim com membros correspondentes dos demais grupos, dividindo assim responsabilidades e tarefas. O comportamento adequado às estruturas simétricas é pautado, portanto, em um princípio de equidade solidária que tende a desestimular processos de negociação de forma que o interesse econômico do ganho e a equivalência obrigatória não fazem sentido nesse sistema. O mesmo ocorre dentro dos grupos, de modo que a divisão de tarefas isenta a necessidade de reciprocidade entre os membros do grupo, desde que o mesmo se mostre em relação recíproca e simétrica com outros grupos (SABOURIN, 2011).

A redistribuição, por sua vez, prevalece num grupo na medida em que na alocação de bens, incluindo-se a terra e os recursos naturais, são recolhidos e distribuídos conforme o costume, a lei, ou uma decisão central. Às vezes o sistema corresponde simplesmente ao armazenamento e à redistribuição, em outros casos é mecanismo essencial para os investimentos necessários aos moldes produtivos locais (LISBOA, 2008). Os métodos de coleta num sistema redistributivo podem ser muito diferentes, variando da simples reunião para caçar alimentos até sistemas complexos de redistribuição. Segundo Polanyi (2012), nas sociedades primitivas, as festas, a distribuição cerimonial de alimentos, as solenidades religiosas, os banquetes fúnebres, a colheita e outras celebrações ofereciam muitas oportunidades para a distribuição de alimentos em larga escala, até mesmo de produtos manufaturados.

Independentemente do que legitima a coleta, parentesco, laços de obrigação, vínculos políticos ou tributação direta, a redistribuição física ou enquanto mecanismo, só pode ocorrer quando há canais pelos quais o movimento para o centro e o movimento posterior possam se concretizar. O processo de redistribuição pode ser também observado nas estruturas menores, entre as famílias nucleares, formando assim uma economia doméstica (POLANYI, 2012). Contudo, esta economia não constitui uma forma primitiva de vida econômica, pois, quanto mais recuamos na história das sociedades humanas, menos encontramos o homem agindo somente em benefício econômico próprio ou de seu núcleo familiar principal. Somente numa forma relativamente avançada de sociedade agrícola é que a economia doméstica se tornou viável e assim se generalizou (POLANYI, 2012).

A troca, também conhecida como escambo ou permuta, é um movimento bidirecional de bens entre pessoas, orientado para ganho, em que cada parte obtém termos resultantes da negociação. Dito de maneira mais simples, a troca representa o comportamento de pessoas que trocam bens com o objetivo de obter um máximo proveito econômico. Negociar é essencial nessa prática. Nesse caso, tais procedimentos não resultam de um egoísmo humano, mas sim de um padrão comportamental previamente estabelecido pelas estruturas do mercado. Trocas isoladas não são capazes de produzir preços por si só, a menos que exista um padrão de mercado que oriente essa precificação e assim permita o aumento no volume dessa integração. Dessa forma, para se tornar eficaz, a troca necessita da estrutura institucional do mercado, que por sua vez tem se institucionalizado de forma cada vez mais intensa nas sociedades modernas (MACHADO, 2012).

2.3. Geração de vínculos e as prestações de dádivas

O sociólogo Marcel Mauss também buscou analisar as motivações das ações de troca em sociedades não capitalistas. Em “Ensaio sobre a Dádiva” (1981), buscou analisar o caráter voluntário da ação livre, porém, de retribuição obrigatória. A Sociologia da Dádiva considera os aspectos da obrigação e do interesse, mas também os da liberdade, da amizade, e outros aspectos relacionais da sociedade. Segundo Martins (2005), Mauss demonstrou que através da perspectiva da dádiva consegue-se observar regras próprias à economia, à política e ao social.

Martins (2005) afirma que a Dádiva e a Sociologia de Mauss se caracterizam como um possível avanço significativo para o estabelecimento de novas teorias sociais mais robustas e pensadas a partir dos vínculos e motivações de retribuição que inspiram e moldam o comportamento das sociedades. Caracteriza-se, portanto, como lentes de análise muito adequadas para estudos de sistemas alternativos ao capitalismo, podendo também inspirar formas alternativas de se entender e aprender com tais experiências.

Para Mauss (1988), o estudo concreto da vida social permite reconhecer, analisar e inferir sobre diversos aspectos de uma sociedade, suas motivações estéticas, morais, religiosas, dentre outras que formam uma sociedade e que constituem a vida coletiva. Não se trata do estudo do direito e das normas, nem de comportamentos ideais, mas se trata do estudo de homens e de grupos de homens que formam a sociedade, envolvendo a análise dos sentimentos que agem a toda parte (MAUSS, 1988).

Os fatos analisados na construção dos conhecimentos sobre o sistema de dádivas, segundo Mauss (1988), derivam de fatos sociais totais, ou seja, analisados em sua integralidade. Na visão do autor, essa perspectiva de análise abarcaria a totalidade das sociedades e de suas instituições, tratando-se assim de muito mais do que temas soltos de análise de um segmento social, trata-se de sistemas sociais inteiros cujo conjunto é posto sob análise.

Martins (2005) ainda descreve a sociologia da dádiva como inspirada no movimento da vida, aportando uma grande diversidade de lógicas, que prioriza em sua construção o vínculo social e foca na intensidade das relações. É por isso que, de acordo com Martins (2005), a obra de Mauss tem sido um modo de interpretação de grande valor para se pensar os fundamentos das alianças sociais nas sociedades contemporâneas.

Segundo Mauss (1988), nas economias e nos direitos que precederam os nossos, não se observam trocas de bens, de riquezas e de produtos no decurso de um mercado regulador. O que se via eram coletividades que se obrigavam e contratavam mutuamente segundo suas necessidades de subsistência. Além disso, as trocas executadas nessas sociedades não eram exclusivamente de bens e riquezas ou coisas úteis economicamente. Sobretudo, envolviam a troca de presentes, as amabilidades, os ritos, as danças, fazendo com que o mercado de bens materiais fosse somente um dos termos de um contrato social, muito mais geral e muito mais permanente que as transações comerciais.

Tendo considerado a sociedade como um “fenômeno total”, Mauss propôs que a todo esse processo de prestações e contra prestações de presentes fosse dado o nome de Sistema de Prestações Totais, e a cada presente ou prestação individual, Mauss deu o nome de Dádiva, responsável pela formação do vínculo e das relações continuadas. No sistema de Prestações Totais, doam-se e recebem-se dádivas de maneira contínua, intermitente e por motivações distintas, desmontando-se assim o modelo exclusivamente linear de interesses do mercado (GODBOUT, 1998).

As dádivas seriam o conjunto das coisas, materiais e imateriais, que quando transmitidas, carregariam consigo a obrigatoriedade de retribuição, não necessariamente imediata ou equivalente, mas em forma de novas dádivas que fariam com que o sistema circulasse com melhor fluidez, baseando-se nos vínculos que daí se formaria na sociedade (MAUSS, 1988). Partindo para uma conceituação mais didática, a dádiva poderia ser definida como tudo o que circula na sociedade em prol de um laço social (GODBOUT, 1998). Segundo Godbout (1998), bastaria pensar nas relações familiares, ou de vizinhança, como também todos os aspectos de hospitalidade, altruísmo e comunitários da sociedade em geral.

Mauss (1988) observou que esse contínuo processo de prestações e contra prestações de serviços entre os membros dessas sociedades se dava majoritariamente de forma voluntária e através de presentes, sendo uma transação aparentemente unilateral sem expectativa de contrapartida imediata e equivalente. Contudo, no fundo, o processo de troca de presentes, ou dádivas por assim dizer, acabava sendo rigorosamente obrigatório, pois seu não cumprimento poderia gerar conflitos sociais. A Dádiva não retribuída torna inferior aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem o sentimento ou expectativa de retorno.

Através do conceito do “Hau”, presente na cultura Maori, Mauss (1988) descreve que toda coisa dada possui um espírito, um símbolo que representa a natureza da coisa, positiva ou negativamente. Observou que o Hau de cada coisa transmitida carregava consigo uma obrigação de retribuição e assumiria um poder sobre o beneficiário, uma dívida social que deveria ser obrigatoriamente paga de forma voluntária através da transmissão de novas dádivas. Mauss (1988) defendia, sobretudo, o surgimento de vínculos, proveniente da transmissão de “Haus”, o qual denominou de “vínculo de almas” por absorver as almas das coisas nas trocas de dádivas. A coisa dada não seria inerte, seria animada e tenderia a retornar para seu doador ocasionando algum benefício equivalente ou superior em seu sistema por meio de outrem, gerando novamente a necessidade de retribuição e dando continuidade às relações.

De acordo com Mauss (1988), enquanto a lógica do mercado funciona pela equivalência, em um movimento de “dar-pagar”, na dádiva a lógica se baseia na troca desigual, onde os bens não têm valor igual na doação e na retribuição. O valor mais importante é o relacional, o que gera o vínculo da dívida e das relações continuadas. Diferentemente do mercado, a dádiva opera através de um movimento de “dar-receber-retribuir”.

Martins (2005) descreve que o “fenômeno total” descrito por Mauss, atravessa toda a vida social, pois tudo que existe no contexto moderno passa a caracterizar uma dádiva ao apresentar relevância na geração e na manutenção das trocas e dos vínculos sociais. Mauss (1981) descreveu que, principalmente nas sociedades pré-capitalistas, as relações de dar, receber e retribuir eram as originárias do comportamento social (CAILLÉ, 1998).

Na leitura de Godbout (1998), o processo de trocas de dádiva ocorre por si mesmo, e está intimamente ligado ao homem como ação para o rompimento da solidão, para que haja a sensação de pertencimento, de reconhecimento como parte integrante do grupo. A circulação dessas dádivas, por sua vez, não só faz surgir vínculos sociais como também os alimenta. Desde os presentes pessoais até as doações para grandes catástrofes, a dádiva ajuda no rompimento do isolamento e no reconhecimento de uma identidade (GODBOUT, 1998).

Segundo Godbout (1998), a fuga da equivalência ocorre de modo deliberado no sistema de dádivas, em que os agentes buscam se distanciar da equivalência oferecendo retribuições espontâneas muitas vezes de valor superior à ação recebida. Busca-se, segundo o autor, sempre uma posição de crédito no sistema; a dívida é a geradora dos vínculos, e conseqüentemente das obrigações informais de retribuição que estimulam a continuidade do processo.

Segundo Mauss (1988), no sistema social, para não ficar em dívida, é preciso retribuir mais do que se recebe. Os atores no sistema de dádivas também demonstram um comportamento bastante específico quanto à percepção de valor das dádivas. Tendem a negar explicitamente o valor das dádivas que doam em busca de garantir a não obrigatoriedade de quitação da dívida e manutenção de certo vínculo pessoal (GODBOUT). Segundo Godbout (1998) essa seria uma maneira de dar ao receptor a possibilidade de retribuir com outra verdadeira dádiva, e não com um pagamento pela dádiva recebida. Os atores se afastam da concepção economicista de ganho contínuo, da concepção contratual, e das garantias de retorno. Enquanto na economia se evita a incerteza, na dádiva se busca a incerteza como forma de estabelecimento do vínculo (GODBOUT, 1998).

O tratamento dado aos visitantes e às grandes celebrações seriam exemplos de como o sentimento de presentear o outro figurava nas sociedades pré-capitalistas como um princípio mais importante até mesmo do que o bem estar material do cotidiano. Segundo Mauss (1988), era comum que famílias se limitassem a vidas bem modestas durante tempos normais, mas quando na presença de hóspedes todo o melhor era oferecido, fosse por celebrações religiosas, casamentos ou mesmo funerais, o papel de bom anfitrião deveria prevalecer.

Na visão do autor, é possível entender a sociologia da dádiva mesmo observando as sociedades de mercado afinal, uma parte considerável da nossa moral e da nossa própria vida permanece sempre nessa atmosfera e lógica da dádiva que ao mesmo tempo impõe a obrigação moral e a liberdade na ação. Muitas iniciativas podem ser observadas trazendo o movimento de dar-receber-retribuir enquanto central. Ademais, a sociedade como um todo está sempre assumindo tal comportamento em determinadas épocas do ano como em datas de celebrações ou mesmo na tratativa mais atenciosa aos visitantes.

Mauss (1981) destaca que, de alguma forma, os antigos princípios baseados na dádiva ainda se reproduzem através de muitas ações sociais que buscam reduzir desumanidades e assimetrias provenientes das novas práticas de mercado. O que só indica que as práticas de mercado, como também grande parte do direito e das estruturas que as sustentam, não se baseiam nos antigos costumes e princípios, mas sim em novos interesses e comportamentos do próprio mercado.

Mauss (1988) concebe então o que seria uma sociedade onde reinassem os princípios da dádiva, e diz ser possível a existência da mesma através de uma maior humanização dos grupos profissionais e do estímulo constante ao desinteresse e à solidariedade, pois, se feito isso, conseguiríamos resgatar os fundamentos e os princípios da vida social normal. Para o autor não é necessário que o homem seja bom e subjetivo em demasia, e nem extremamente materialista. É necessário, contudo, que nessa sociedade o homem tenha uma percepção de si próprio, tendo sempre em conta sua relação e importância para o grupo, para a sociedade e conseqüentemente, para si mesmo. Dessa forma seria possível se formarem relações de mutualidade e de cooperação pautadas na identificação com o grupo, que valeriam mais do que salários e a mera poupança capitalista (MAUSS, 1988).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Meu contato direto com a comunidade Noiva do Cordeiro teve seu início em meados de 2016, quando pude me comunicar com uma das responsáveis pelo agendamento de visitas no local. Em uma primeira visita, realizada pouco após o primeiro contato, pude confirmar minha vontade de incluir a comunidade em meus estudos, como também de propor minha vivência etnográfica aos responsáveis do local, que levariam ao conhecimento e deliberação do grupo. Algumas semanas após o envio de uma proposta oficial descrevendo as características e os objetivos centrais da pesquisa, recebi a aprovação da comunidade para dar início, em Junho de 2017, a uma vivência etnográfica junto deles, por um período de três meses.

O entendimento da organização social e produtiva da comunidade Noiva do Cordeiro é de considerável complexidade e de difícil apreensão, já que sociedades são objetos sutis e complexos de serem sistematizados e, devido a isso, tal tarefa resulta ou em um esforço contínuo de compreensão por parte do pesquisador, ou em informações superficiais, generalistas e culturalmente deterministas. Portanto, um método de pesquisa de igual sutileza e complexidade foi necessário para que os objetivos do estudo pudessem ser atingidos de maneira adequada. Dessa forma, dei início a uma busca por métodos de pesquisa que me permitissem entender a perspectiva do local e sua forma de pensar e de agir, e, paralelo a isso, fiz um levantamento bibliográfico de trabalhos que se utilizaram da comunidade como objeto de estudo, e também realizei análises de matérias, reportagens e outros materiais sobre a história e o funcionamento do local.

Entender a história da comunidade era essencial para entender a organização formada. Contudo, as motivações envolvidas em cada ação, os pontos específicos da história do grupo, a relação de cada membro com a organização, dentre muitas outras questões de importância para esse estudo, só seriam possíveis através da união de diversas perspectivas coletadas, e exigiriam muito contato com a comunidade. Dessa forma, pensando em todos esses aspectos, selecionei a etnografia para entender de perto essa realidade.

A escolha pelo método etnográfico veio do entendimento de que não seria possível uma compreensão mínima de comportamentos sociais tão arraigados por meio de entrevistas, visitas breves, ou mesmo por meio de grupos focais. Nada do que os indivíduos pudessem me contar seria tão eficaz para o entendimento do sistema quanto minha própria observação e participação no mesmo. Assim, mesmo durante a preparação da pesquisa, o objeto já mostrava muitas peculiaridades e complexidades que exigiriam um maior envolvimento da minha parte para entendê-las. A imagem formada sobre a comunidade ainda era nebulosa. Na tentativa de classificar o sistema antes de ir a campo, cogitei muitas denominações, confusões que aos poucos foram se clareando conforme fui me aproximando do grupo e identificando dinâmicas que antes de uma vivência próxima não poderiam ser plenamente entendidas.

Por mais que a comunidade apresentasse elementos de uma organização produtiva, não deixava de ser uma grande família rural, por mais que apresentasse elementos de uma comuna, não negavam sua participação no modo produtivo capitalista, por mais que vivessem sem um sistema normativo e político, apresentava organização política orientada à obtenção de recursos de maneira constante. Ou seja, apenas alguns informantes centrais não seriam capazes de explicar de maneira global a realidade ali instituída, essa visão macro só viria de uma vivência integrada, de intensas observações e de muitas reflexões sobre o observado.

A decisão de embarcar em uma imersão etnográfica também pode ser atribuída a alguns desejos pessoais, não tão relacionados com a estratégia de pesquisa. Todo o material sobre a comunidade ao qual pude ter contato me fascinava. Pessoalmente eu não conseguia acreditar que uma dinâmica tão complexa poderia fluir de forma tranquila sem sistemas normativos ou formas de governança para controlá-lo. Ter a oportunidade de viver esse sistema por alguns meses, em uma lógica de vínculos e de fraternidade, ao lado de pessoas tão diferenciadas e unidas, era uma oportunidade à qual eu não poderia desperdiçar, e a etnografia traria essa possibilidade e essa experiência pessoal única.

A etnografia é um método qualitativo de pesquisa desenvolvido por antropólogos para o estudo de povos e culturas até então pouco explorados. Este método vem sendo, desde sua criação, utilizado e aprimorado por pesquisadores que encontraram em sua flexibilidade e rigor científico uma forma bastante adequada para a tratativa de temas e objetos de pesquisa socialmente complexos (MATTOS, 2011).

Segundo Mattos (2011), a etnografia busca apreender os modos como às pessoas conduzem suas vidas no intuito de atribuir significados e sentidos para as ações observadas. Os maiores objetivos da etnografia são os de documentar, monitorar e encontrar o significado das ações que se apresentam em diversas estruturas inter-relacionadas.

Ainda segundo Mattos (2011), este método se baseia no significado local, em particular, e para isso, se pauta na comparação entre um modo de agir já familiar ao pesquisador e um modo de agir ainda desconhecido. Dessa forma, meu estudo partiu do estranhamento e aproximação entre duas realidades produtivas e econômicas, uma amplamente conhecida como economia capitalista, e outra ainda pouco explorada, ao qual denominei de “Sistema Econômico da Comunidade Noiva do Cordeiro”. Na comunidade, busquei me orientar pelos maiores distanciamentos e aproximações entre as duas lógicas e realidades, observando suas tradições próprias, seu sistema produtivo, e as interações econômicas por trás dessa dinâmica.

Segundo Travancas (2006), a história da etnografia foi escrita por viajantes que tinham como objetivo a investigação de sociedades exóticas, distantes e primitivas e, desde o início, tinha como eixo central a diferença e a não familiaridade, ou seja, a representação do outro. Ele relata que Bronislaw Malinowski foi o pioneiro na construção e formalização deste método de pesquisa inovador para a antropologia, apresentando em 1920 sua experiência junto aos Mailu na Melanésia, iniciada em 1914, no livro “Argonautas do Pacífico Ocidental”, que se tornou um clássico da área e trouxe uma densa descrição do que o autor denominou como trabalho de campo.

Angrosino (2009) descreve a etnografia como um processo metodológico que permite maior flexibilidade ao pesquisador devido à possibilidade de utilização de uma grande variedade de técnicas de observação e de coleta dados. Sua essência e seu rigor científico se baseiam na vivência continuada do pesquisador junto ao grupo e no registro das informações observadas em diários de campo elaborados pelo pesquisador. A entrevista também era uma técnica bastante utilizada de coleta de dados nesse método, contudo, na etnografia, as entrevistas assumem um caráter mais flexível, podendo até se estender por dias, devido ao contato constante do pesquisador com seus pesquisados.

Segundo Clifford (2011), o respeito pela autoridade do etnógrafo começou a se consolidar somente com a publicação da obra de Malinowski. A priori, a descrição da vida nativa ficava a cargo de outros personagens históricos, como exemplos os viajantes e missionários, que com suas narrativas ajudavam na disseminação de informações sobre povos distantes. Segundo o autor, com o trabalho de Malinowski ficou evidente no meio científico que a possibilidade de abstrações teóricas frente a uma realidade observada proporcionava ao pesquisador caminhos muito mais rápidos para se montar um conjunto de informações principais sobre o cerne da cultura local. Isso era possível através do trabalho de campo intensivo, somado também a intensivas reflexões teóricas.

No estudo de organizações no Brasil, a etnografia vem sendo utilizada com certa timidez (MAGALHÃES; SANTOS; BOEIRA, 2016). Apesar de não serem muito representativos numericamente, os estudos etnográficos no campo organizacional se caracterizam, segundo os autores, como amplos e diversos, e são utilizados principalmente no entendimento de organizações não tradicionais e substantivas, desde assentamentos até movimentos de resistência. Na visão dos autores, é importante salientar que a produção desse tipo de conhecimento no campo das organizações deve considerar a diversidade e a complexidade deste método.

A análise organizacional também é uma disciplina que exige cuidados, devendo-se assim, considerar suas especificidades. Os autores Magalhães, Santos e Boeira (2016) explicam que o método etnográfico nas organizações enfrenta os entraves de estudos interdisciplinares, em que as concepções de um campo podem não ser totalmente compatíveis com as concepções do outro campo, dessa forma, uma base sociológica e antropológica mínima deveria ser construída antes que o pesquisador de organizações utilizasse o método etnográfico, reduzindo-se assim o distanciamento entre as duas disciplinas.

Travancas (2006) descreve elementos centrais da fase preparatória do estudo etnográfico e aponta serem essenciais: (1) um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema estudado e sobre o grupo em questão; (2) a negociação quanto ao acesso e a permanência no campo; e (3) a construção das ferramentas de pesquisa como os diários de campo e as perguntas-chave que o pesquisador busca responder com o estudo.

Magalhães, Santos e Boeira (2016), destacam também outro cuidado elementar nessa fase de preparação do pesquisador, (4) a ida prévia do pesquisador no campo a ser estudado. Segundo Travancas (2006), é através de tal preparo que o pesquisador identifica possíveis riscos, oportunidades, e, principalmente, categorias na literatura que possam capacitá-lo a entender melhor a realidade em que está prestes a se inserir e o que dela pode-se apreender.

O levantamento bibliográfico desse presente estudo focou em materiais disponíveis sobre a comunidade, em artigos e reportagens já publicados sobre o grupo, e em teorias que pudessem explicar minimamente o comportamento da comunidade e os seus vínculos tão fortes. A negociação quanto ao meu acesso na comunidade se deu desde cerca de um ano antes do início do estudo de campo. Nesse meio tempo tive a oportunidade de visitar o local por quatro vezes e assim, já entender um pouco das estruturas produtivas e da história do local. Durante esse período, acertei os detalhes de como seria a vivência na comunidade; elaborei um conjunto de questões norteadoras; estabeleci relações teóricas que serviriam de base para minhas observações e finalizei a construção dos objetivos e de minhas formas de atingi-los.

Como já descrito por muitos autores, a etnografia é um método que requer algumas considerações prévias por parte do pesquisador. A preparação teórica, as visitas no campo, o planejamento, tudo isso são só alguns elementos a serem considerados. Durante o meu preparo não houve grandes entraves ou preocupações; o acesso à comunidade veio com relativa facilidade, todos se mostraram muito receptivos à pesquisa, houve aprovação rápida do Comitê de Ética em Pesquisa e logo pude dar início à fase de campo. Foi nessa fase que os reais desafios de uma pesquisa etnográfica começaram a se revelar.

Lembro que conforme se aproximava a data da minha ida definitiva para a comunidade me sentia cada vez mais nervoso, apreensivo e ansioso, pois estava prestes a me mudar para uma zona rural desconhecida, a dezesseis quilômetros da cidade mais próxima. Viajaria de moto por duzentos quilômetros de serras e estradas de chão, apreensivo com a viagem e principalmente com a aceitação junto ao grupo. Devo ressaltar também que no momento de escolha pelo método, ainda no ano anterior, minha vida pessoal se caracterizava de um jeito muito diferente do momento imediatamente anterior à pesquisa, em outras palavras, houve um arrependimento de ter me comprometido com um método no qual eu precisaria me envolver tanto. Todo o preparo parecia não estar sendo suficiente para minimizar tais sentimentos.

De início, ao chegar à comunidade, fiz de tudo para me sentir em casa e os membros da comunidade ajudaram muito nisso. Tudo estava arrumado para a minha recepção na casa recém-construída de um casal, que rapidamente me fez sentir confortável o suficiente para uma estadia tão longa longe de casa. Mesmo assim, o início não foi fácil, o estranhamento e o isolamento eram evidentes. Ao mesmo tempo em que o comportamento das pessoas me impressionava positivamente, me causava uma sensação de exclusão.

No decorrer da pesquisa, minha interação com os membros foi ocorrendo de maneira gradual. Minha estratégia de integração foi a de participação e acompanhamento de cada um dos grupos responsáveis pelas atividades principais da comunidade. Dessa forma, além de conhecer as dinâmicas econômicas, eu também teria a chance de conhecer todos os membros envolvidos ativamente nessas dinâmicas. Desde o início decidi adotar uma abordagem bastante informal de coleta de dados, evitando entrevistas com os membros da comunidade, e focando mais em conseguir uma aceitação rápida junto aos moradores de lá. Decidi também utilizar como ferramenta principal de coleta de dados o apoio do diário de campo, armazenando minhas observações sobre as situações vividas, muitas vezes já relacionando tais situações com conceitos teóricos estudados previamente.

Para Clifford (2011), a participação do etnógrafo nas atividades serviria para que, além de uma maior aceitação do grupo, o pesquisador pudesse ter um maior entendimento sobre o mesmo. Além disso, a participação nas atividades daria ao pesquisador a chance de entender a linguagem do grupo, se assimilar a ela, para depois traduzi-la para termos científicos. Dessa forma, o processo etnográfico abriria ao pesquisador a possibilidade de estabelecer discussões entre uma lógica já conhecida pela comunidade científica e uma lógica ainda desconhecida, buscando a partir dessa interlocução, descrever, entender e aprender com esse sistema até então desconhecido. Não haveria um código de ética ou procedimentos metodológicos que ditariam a intensidade de participação do pesquisador junto ao grupo. As decisões quanto ao envolvimento e participação ficariam a cargo da sensibilidade do pesquisador em se juntar ou não às atividades.

A estratégia de aproximação foi sendo montada aos poucos, conforme os dias foram passando. Nos primeiros dias tentei andar com o gravador e a câmera o tempo todo comigo, fui percebendo aos poucos que esses dois itens agiam como um repelente social. Passei a perceber que aquelas ferramentas eram dois grandes símbolos de diferenciação entre mim e os demais moradores da comunidade.

Ao perceber tal diferenciação, decidi carregar os equipamentos somente em situações específicas, no resto de tempo tentei me integrar como parte da família, não só buscando saber do cotidiano e dos comportamentos deles, mas também me abrindo, compartilhando minha vida e me fazendo presente enquanto ser humano, e não somente pesquisador.

Sem o uso constante das tecnologias de armazenamento de dados, o diário de campo passou a ser a ferramenta principal da pesquisa. Em um documento de Word, já contendo meus objetivos, partes da teoria, e um conjunto de perguntas chave que eu buscava responder durante o estudo, todos os dias eu me sentava por pelo menos três vezes junto ao computador e relatava, com o máximo de detalhes possível, cada situação vivida e observada.

Com exceção desses momentos de escrita, todo o resto do meu tempo era dedicado à vida coletiva. Ajudava na cozinha, brincava com as crianças, acompanhava cada uma das áreas de trabalho, e fazia muitas amizades com pessoas que tinham desde três anos até oitenta anos. Em pouco tempo já me sentia parte do grupo, e pude perceber em diversos momentos que muitos ali já passavam a me considerar como uma pessoa próxima, quase da família. Essa rápida aproximação foi de grande valor para a obtenção de muitas informações essenciais sobre as dinâmicas mais gerais da comunidade.

Nesses pontos, minha estratégia de pesquisa foi muito acertada. Minha integração rápida com praticamente todos os membros com os quais tive contato, por conta do meu alto nível de participação nas atividades, me possibilitou descobrir informações essenciais para a formação da minha percepção final sobre o sistema. Foram muitos os momentos onde a pesquisa se tornava minha própria vida, nos quais confidências eram feitas, problemas pessoais eram discutidos, e assim pude entender que por mais estruturado que fosse tal sistema, as vidas individuais e pessoais ainda estavam ali presentes, agregando uma complexidade ainda maior ao objeto.

Cada indivíduo na comunidade tem seus momentos de vida coletiva, mas também possui sua família com núcleos de duas, três, quatro, ou mais pessoas, sendo que cerca de sessenta famílias vivem nesses moldes em casas adjacentes às casas coletivas. Durante os períodos de convivência dessas famílias em suas próprias casas, meu acesso à conduta e ao comportamento dos indivíduos foi bastante limitado. Cada família possui sua própria realidade, desafios e preocupações, e como não compunham os objetivos dessa pesquisa conhecer o cotidiano individual das famílias, mas sim o coletivo, pouco explorei as dinâmicas familiares tradicionais.

O verdadeiro foco e desafio era observar como, apesar da existência dessa realidade mais privativa, o coletivo ainda conseguia manter seu espaço e ocupar a maior parte do tempo dos indivíduos na comunidade. É nítida a maior representatividade da vida coletiva em meio aos membros do que da vida individual de cada um ou das famílias menores. Bastava observar o tempo de permanência dessas famílias em suas próprias casas, tempo esse que se limita, salvo raras exceções, aos finais de noite e períodos de descanso.

Dessa forma os três meses da minha permanência na comunidade foram se passando. A rotina junto aos grupos de trabalho me dava chance de conhecer praticamente toda a propriedade e os indivíduos envolvidos nas tarefas principais. Em momentos muito específicos, buscava ter conversas mais formais com personagens chave do processo de mudança, como o Irã, fundador e primeiro presidente da associação, o Lula, responsável pelo centro de lazer, o Marcelo, responsável pelo supermercado, a Nite, responsável pela fábrica, a Flávia, responsável pela Lavoura, a Élide e a Dete, responsáveis pelos visitantes, a Célia e a Aline, responsáveis por atendimentos de saúde, a Eliane e a Eliene, responsáveis pela escola, e claro, com Dona Delina, a matriarca e pessoa de maior influência no funcionamento do todo na comunidade.

Por outro lado, a escolha pela etnografia também foi responsável por muitos problemas que enfrentei durante toda fase de análise dos dados e escritura final do texto. Durante o período de vivência, como mencionado, me aproximei em demasia das pessoas com as quais convivi. A receptividade do grupo, a grande representatividade das atividades coletivas no cotidiano, e a minha própria vontade de me aproximar e conhecer melhor aquelas pessoas fez com que minha visão se romantizasse, e por muitas vezes acabei me deixando levar pela “naturalidade” do lugar, deixando de perceber dinâmicas não tão claras que após certo afastamento e distanciamento, passei a enxergar com mais clareza.

A tradução da experiência também era ponto de preocupação de Malinowski que, segundo Clifford (2011), buscava, com frequência, maneiras de convencer os leitores de que os fatos eram coletados com meticulosidade e transmitiam um retrato fiel da experiência. Travancas (2006) destaca que o pesquisador etnógrafo não é apenas um transmissor de falas, de modo que a interpretação deste material é fundamental em todo o processo, sendo o etnógrafo um tradutor de realidades e entre realidades. Segundo Angrosino (2009), após tanto tempo de pesquisa e coleta de tanto material, o pesquisador se vê confrontado com uma infinidade de possibilidades de análise, em que mais uma vez seria convidado a fazer escolhas e montar estratégias para a construção de suas reflexões e do produto final desejado.

Assim, a última etapa do processo etnográfico diz respeito à escritura ou elaboração do texto final. Segundo Travancas (2006) etnografias são montadas sob a mesma dinâmica com que os textos são montados, refletindo diretamente as escolhas e as estratégias do pesquisador para que se consiga um relato fiel e interessante de sua experiência. Para ela, narrativas etnográficas podem assumir três diferentes perspectivas: (1) a perspectiva realista, que lança mão de longas citações e que intensifica a voz dos membros da sociedade pesquisada; (2) a perspectiva confessional, na qual a pesquisa é descrita como um relato da experiência do próprio pesquisador; e (3) a perspectiva do *self*, ou autoetnografia, uma forma literária híbrida em que o pesquisador, através de metáforas e outros fortes elementos literários, convida o leitor a reviver as experiências e emoções aos quais o mesmo se submeteu.

De acordo com Angrosino (2009), é possível ainda a descrição poética, os etnodramas, as ficções e o filme documentário, formas ainda menos convencionais de escrita acadêmica que, ao manter a essência da história e dos significados narrados, são capazes de transmitir a experiência etnográfica de maneira tão intensa e verdadeira quanto o próprio texto acadêmico. O autor defende que todas essas formas alternativas de apresentação de resultados ampliam o potencial da etnografia, fazendo com que a mesma possa atingir públicos cada vez maiores, sintetizando elementos como sessões teóricas e metodológicas, porém reforçando o entendimento e a compreensão das relações e suposições que são os pontos centrais do estudo.

Esse estudo seria de início construído como uma narrativa do *self*, no qual, a estratégia seria a de relatar de maneira simples e realista a minha experiência pessoal em meio ao grupo, lançando mão de uma linguagem mais simples e acessível também aos membros da própria comunidade, contudo, por conta das exigências para obtenção do título de mestre, essa estratégia teve de ser alterada, fazendo com que uma linguagem mais acadêmica e a narrativa confessional predominassem. Dessa forma, parto minhas análises do meu entendimento e percepção sobre o conjunto de falas e observações coletadas no processo de vivência etnográfica e relato tais percepções através de uma escrita tradicional.

A autoridade etnográfica também foi ponto de preocupação, por mais que o texto revele o meu ponto de vista sobre toda a organização do local, este foi construído através de diversas conversas reais com os membros, que só não estão plenamente identificados devido ao grande volume de informantes e da alta padronização nas falas e informações coletadas.

As análises principais se deram de maneira teórica, em que, a partir das categorias previamente estudadas faço abstrações sobre minha vivência e atribuo sentido a muitas das dinâmicas observadas. Angrosino (2009) descreve que a (1) análise descritiva e a (2) análise teórica são as mais utilizadas durante a pesquisa etnográfica. A análise descritiva diz respeito ao processo de decomposição das informações e falas coletadas em elementos que possam possibilitar a identificação de padrões e convergências quanto ao comportamento, opiniões e demais características centrais do grupo. O processo de análise teórica, por outro lado, compreende no estabelecimento de relações entre os dados coletados e a literatura já existente, sendo o processo de descobrir como cada parte dos padrões encontrados no campo se encaixa nas categorias teóricas, demonstrando como suas descobertas se relacionam às explicações anteriores feitas por outros pesquisadores sobre fenômenos semelhantes, contestando definições teóricas já existentes ou agregando novas contribuições a achados semelhantes em outros estudos.

Além do texto acadêmico, prevejo o resgate da antiga estratégia de escrita em um momento posterior, uma nova organização textual que me possibilite apresentar a experiência e os resultados do meu estudo para os membros da comunidade em um formato de livro (figuras 1 e 2). Nele, utilizando de uma linguagem mais descritiva, reescrevo todo o processo etnográfico dando ênfase na história e no sistema econômico da comunidade e incluindo os diversos aprendizados pessoais como também todo o sentimento que vivenciei na comunidade durante aqueles três meses. Essa foi uma forma que encontrei de retornar o conhecimento organizado por mim sobre a comunidade para os membros que me ajudaram a construí-lo.

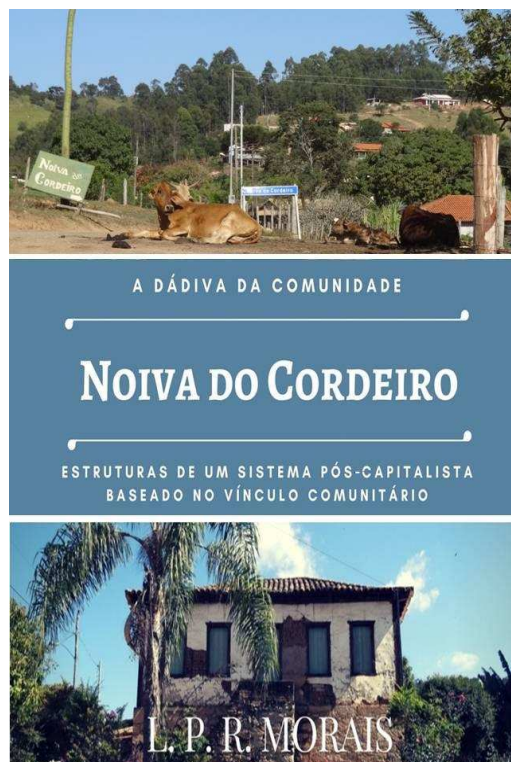


Figura 1 - Capa do livro a ser entregue para a comunidade
Fonte: Elaboração com base nos dados de pesquisa e no acervo do autor.

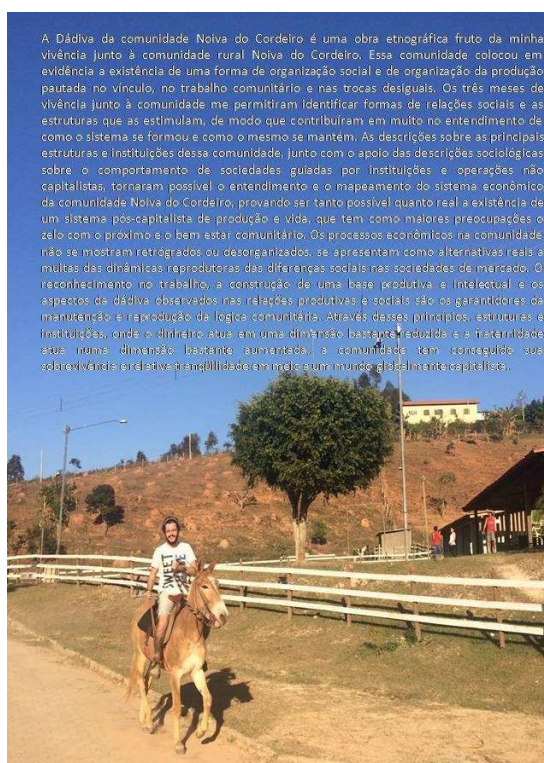


Figura 2 - Contracapa do livro a ser entregue para a comunidade
Fonte: Elaboração com base nos dados de pesquisa e no acervo do autor.

Meu afastamento final da comunidade também se mostrou um processo psicologicamente doloroso. Aos poucos o grupo se tornou uma segunda família, estabeleci relações bem próximas com muitos dos membros. Afastar-me, contudo, foi de extrema importância para um entendimento pleno de muitas das dinâmicas. Os registros nos diários de campo se tornaram minha fonte de dados mais confiável, afinal, conforme o relata, percebia o quanto minha percepção havia sido alterada por conta da ligação emocional que acabei criando com o grupo, de forma que tive de me ater aos fatos principais e deixar a interpretação dos mesmos para um momento posterior da escrita, quando minhas percepções e conclusões já se encontravam mais maduras.

O processo de afastamento se deu de forma gradual, já que mesmo após coletados os dados, mantive meu contato e pude visitar a comunidade por três vezes. O contato será mantido e fortalecido por conta dos inúmeros vínculos que pude estabelecer. Foram muitas as situações e experiências vividas em grupo junto à comunidade, e cada uma delas tem significados muito próprios, mas ao mesmo tempo muito compreensíveis. São esses significados que busco estabelecer nos capítulos a seguir.

4. ANÁLISE DAS DINÂMICAS COMUNITÁRIAS DA NOIVA DO CORDEIRO

A presente sessão explora cada um dos aspectos que, em seu conjunto, moldaram a comunidade Noiva do Cordeiro e garantiram a manutenção e reprodução do seu sistema econômico. A origem do sistema econômico observado na comunidade rural Noiva do Cordeiro poderia ser atribuída à junção de condições históricas que impossibilitaram a reprodução da lógica econômica tradicional em seu meio. Dessa forma, este capítulo busca relacionar pontos centrais da história e do presente da comunidade com as particularidades de suas dinâmicas produtivas e sociais. O capítulo se inicia com uma descrição da história do local e tem como intenção facilitar o entendimento das dinâmicas do sistema e das características físicas do lugar. Em seguida, busco relatar os principais aspectos e dinâmicas econômicas que mantém esse sistema vivo e se reproduzindo há quase vinte anos.

4.1. Caracterização da história da comunidade e de seu sistema econômico

Noiva do Cordeiro foi fundada em 1891 por Maria Senhorinha de Lima e seu segundo marido, Francisco Fernandes. Após uma atitude incomum à época, Senhorinha largou um casamento arranjado e junto com Francisco foram viver em um terreno mais afastado, herdado por Francisco, onde a comunidade se formou. O terreno se localiza no interior de Minas Gerais, em uma zona rural chamada de região de “Cordeiros”, a cerca de 100 km da capital mineira e a 16 km da cidade mais próxima, Belo Vale. A comunidade tem aproximadamente vinte hectares, ou duzentos mil metros quadrados, e se posiciona como uma das comunidades mais afastadas da área urbana do município.



Figura 3 - Imagem de satélite da propriedade da comunidade Noiva do Cordeiro
Fonte: Google Maps.



Figura 4 - Vista da Chegada e do início da comunidade
Fonte: Acervo do autor.

A história da comunidade se inicia, em primeira instância, com duas grandes dificuldades. A primeira delas foi proveniente da localização geograficamente isolada do terreno em relação a outras cidades e centros. A segunda foi que, devido a uma questão religiosa envolvendo o “adultério” de Maria Senhorinha para com seu primeiro marido, gerou-se um sentimento de preconceito em pessoas, católicas em sua maioria, das comunidades no entorno da propriedade do casal. A situação veio a se agravar quando o padre de umas das comunidades existentes à época excomungou o casal, ou seja, os baniu da igreja católica junto com suas quatro gerações seguintes. Toda a família foi condenada pela instituição religiosa do local, e, junto com isso, o afastamento e o isolamento em relação aos vizinhos e a outras comunidades passou a se tornar mais intenso.

A família de Maria Senhorinha foi crescendo, foram nove filhos nascidos e criados ali na propriedade, que até então não possuía nenhuma estrutura. Com o preconceito já instaurado contra a família do casal, viveram por muitos anos sem poder contar com a ajuda de nenhuma das famílias do entorno, que evitavam se aproximar. Desses nove filhos, dois acabaram tendo papéis fundamentais na formação da atual comunidade Noiva do Cordeiro; Francisco Fernandes Filho e Maria Matusinha. Esses dois filhos do casal foram os únicos a não dividirem suas terras e acabaram por serem também os únicos a permanecerem no local com suas famílias. Francisco Fernandes Filho, ou Chico Fernandes, já é falecido e deixou doze filhos, incluindo Delina Fernandes, hoje matriarca da comunidade. Maria Matusinha, por sua vez, é a única dos filhos de Maria Senhorinha de Lima que ainda é viva, atualmente está com 94 anos e vive em sua própria casa, na comunidade, onde muitos membros revezam seus cuidados. Matusinha teve no total quatorze filhos e muitos netos que, junto com os filhos e netos de Chico Fernandes, formam hoje a maior parte da população da Noiva do Cordeiro.

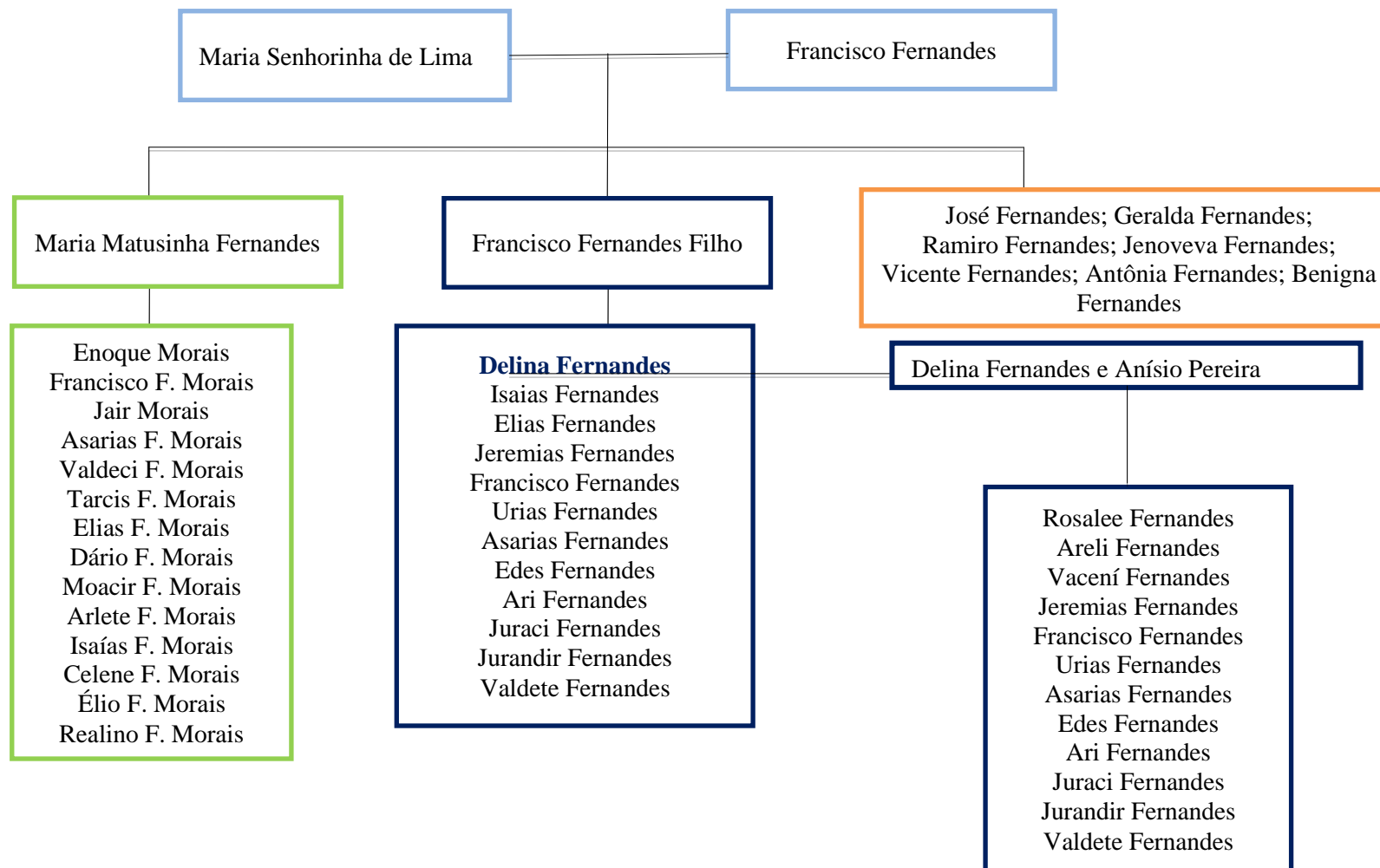


Figura 5 - Árvore genealógica simplificada da comunidade Noiva do Cordeiro
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados de pesquisa.

O terreno da comunidade é posse desses dois filhos que resolveram não desfazer de suas terras. Como nunca foi inventariado, o terreno ainda hoje pertence à Maria Matusinha e ao seu falecido irmão Chico, e, por esse motivo, a maioria dos atuais moradores da comunidade possui algum direito sobre a propriedade. De qualquer modo, as questões de direito de posse da propriedade não vem sendo motivos de conflito entre esses herdeiros, pois viram na situação uma oportunidade para o uso coletivo da propriedade e de seus recursos, servindo atualmente de moradia para mais de trezentos membros, descendentes diretos e indiretos do casal fundador que formam hoje uma grande família.



Figura 6 -Foto atual da comunidade vista de cima
Fonte:Acervo do autor.

Em termos étnicos, originários de uma mesma família, a população da Noiva do Cordeiro foi crescendo sem muitas interferências externas. Devido ao intenso número de casamentos entre as próprias famílias, a população se tornou altamente homogênea, e hoje seus membros possuem, quase na integridade, os mesmos antepassados e por isso carregam muitas semelhanças entre si. São, em sua maioria, brancos, os poucos negros e pardos que hoje vivem na comunidade, são pessoas que se casaram com membros e passaram a viver ali.

Delina Fernandes, filha de Chico e neta de Maria Senhorinha, também figura como personagem de extrema importância na história da comunidade Noiva do Cordeiro. Nascida em 1948, vivia com seus pais na atual propriedade da comunidade. Em sua juventude, aos 14 anos, aceitou se casar com um Pastor recém-chegado na região que, mesmo antes de se tornar seu marido, já havia conquistado voz e respeito junto a muitos indivíduos da família que passaram a seguir uma nova lógica de vida, inspirada pela instituição evangélica.

Mesmo contra a vontade de seu pai, no ano de 1962 Delina se tornou esposa de Anísio, outro personagem central na história da comunidade. Pastor Anísio, como era conhecido por todos, foi o fundador de sua própria igreja evangélica, a igreja “Noiva do Cordeiro”, que passou a ter influência em três regiões geográficas distintas com as quais mantinha contato, uma delas no município de Montes Claros, outra no município de Desterro de Entre-Rios e outra onde hoje é a comunidade Noiva do Cordeiro, no município de Belo Vale. Regiões geograficamente afastadas, mas que mantiveram seus vínculos por conta das tradições religiosas do passado.

A religião construída por Anísio, hoje vista pelos membros da comunidade como extremamente rígida e restritiva, passou a ser seguida por praticamente todos os habitantes da comunidade. Dentre as muitas exigências feitas aos membros estava o não controle de natalidade, o controle no estilo de vestuário, a proibição de músicas, os jejuns obrigatórios, a proibição de corte de cabelo feminino, dentre outras. Por conta da religião, Delina e sua família se mudavam com frequência para as outras cidades onde Anísio havia criado suas igrejas. Entre os anos de 1963 até 1992 o casal viveu alternando sua moradia entre comunidades nas cidades de Desterro, Montes Claros, e Belo Vale. Delina e Anísio se tornaram assim figuras centrais nas relações sociais que passaram a se formar nas três regiões.

As inúmeras restrições lançadas pela instituição criada por Anísio, dentre elas a impossibilidade de trabalhos externos às comunidades, somado à falta de estrutura e empregos nas três regiões onde as igrejas foram construídas, fizeram com que tanto a família de Delina, quanto seus irmãos e demais familiares começassem a se ver em péssimas condições de vida, tanto sociais, quanto laborais. Somado a isso, os habitantes das comunidades vizinhas, ainda predominantemente católicos, passaram a ver a comunidade com mais ressalva, agora movidos por diferenças no pensamento religioso.

Com o envelhecimento de Anísio, e após muitos anos de rigidez e sofrimento por conta dos dogmas da instituição religiosa criada por ele, Delina foi novamente personagem central na história da comunidade, uma vez que foi uma das primeiras a abandonar a antiga lógica religiosa, ainda em 1992, fazendo com que a maior parte da comunidade resolvesse também abandonar a instituição.

Naquele período, houve uma mudança muito significativa na dinâmica local. Anísio era uma figura de extrema autoridade, apesar de não ser da família, trazia o peso da fé em seu lado. Sua autoridade lembra muito a autoridade divina observada nos líderes religiosos em geral; seu contato “mais direto” com Deus permitiu um tratamento diferenciado destinado a ele por todos que viam na religião uma instituição central da vida e se deixavam guiar por ela. Na falta dessa autoridade de Anísio, a instituição religiosa perdeu em muito sua força, e teve de enfrentar uma força organizadora maior, vinda de Delina, que, por toda sua história, conseguiu adquirir junto ao grupo outro tipo de autoridade - uma autoridade carismática. Com o falecimento de Anísio em 1995, Delina foi figura central na nova lógica que se formou. Matrimônios infelizes se desfizeram, novos casais se formaram, a música passou a fazer parte do cotidiano, e muitos dos que se prendiam no local por conta da religião preferiram se mudar para centros e cidades com mais oportunidades.

Iniciaram-se assim dois processos paralelos, ambos ocasionados pela miséria e pela falta de oportunidades. O primeiro deles foi o êxodo rural, processo no qual, um grande volume de membros decidiu deixar a comunidade e a vida rural em busca de oportunidades nos grandes centros urbanos. Os que saíram da comunidade também não estavam enfrentando boas condições. Sem nenhuma formação intelectual, preparo profissional ou estrutura de vida, famílias inteiras chegaram a se mudar para favelas de Belo Horizonte e muitas crianças da comunidade passaram a mendigar em frente aos mercados da cidade.

O segundo processo foi impulsionado por membros que resolveram permanecer no campo e que viam ali um possível sustento digno. Dos que permaneceram no local, a matriarca Delina já era munida de uma autoridade histórica devido ao seu carisma e ao fato de ser esposa do “Pastor”. Delina então usou dessa autoridade legítima para estimular um comportamento recíproco entre os membros de sua família. Os exemplos e ações de Delina motivaram a reciprocidade antes mesmo das mudanças na alteração da lógica produtiva no local. Novamente Delina assume um papel fundamental na trajetória da comunidade e começa a tomar iniciativas para reunir sua família e encontrar soluções para tantas desventuras, e, desde então, diversas transformações puderam ser observadas. Delina, sem saber, deu início a um processo muito diferenciado que até hoje prevalece na comunidade, o da vivência e do consumo coletivo, uma nova formação familiar. Chamou de volta as famílias que deixaram a comunidade e passavam dificuldades nas cidades e as pôs dentro de sua própria casa, para dividir o pouco que ainda conseguiam produzir de alimento no local.

Com a volta dessas famílias e uma mentalidade coletiva de superação que dominava a comunidade na época, em 1998 as famílias começaram a unir suas produções, suas hortas, seus trabalhos de costura, e todo o serviço mais pesado do local. Juntamente com sua filha mais velha, Rosalee Fernandes, e com o Irã, membro da comunidade de Montes Claros, Delina deu início a busca por recursos governamentais e outros recursos possíveis. Tinham o intuito de se iniciar uma produção coletiva de produtos agrícolas ou algum negócio que pudesse garantir uma mínima qualidade de vida para todos que estavam dispostos a tentar um novo estilo de vida e de organização.

O trabalho externo, exercido majoritariamente pelos homens da comunidade, passou a representar importante fonte de renda para a compra de materiais e recursos produtivos, enquanto o trabalho rural, o trabalho manufaturado, e a organização da comunidade ficaram a cargo dos demais membros, mulheres em sua maioria. A produção agrícola se tornou conjunta e responsabilidade de todas as famílias, de modo que, do preparo à colheita, tudo passou a ser produzido e distribuído comunitariamente. As profissionais de costura se uniram sob uma mesma produção destinada a produzir para o consumo interno e comercialização. A produção coletiva recebeu incentivos significativos, e as famílias começaram a consumir o essencial com abundância e qualidade, superando o cenário de miséria que os assolou por tantas décadas consecutivas.

Delina é atualmente o que se tem de instituição maior na comunidade, sua presença se tornou simbólica, uma vez que conseguiu inspirar no grupo a vontade de se construir não só um sistema de produção, mas sim uma lógica de vida forte o suficiente para manter sua reprodução. Desde seus esforços para resgatar antigos membros que viviam em más condições nas cidades, até nas proposições quanto à forma de trabalho conjunta, a matriarca se mostra o grande mito fundador do modo de vida atual da comunidade Noiva do Cordeiro.

Delina, munida de sua influência, fortaleceu o espírito comunitário entre os membros. Foram muitos os exemplos de altruísmo apresentados por ela, atitudes que salvaram a comunidade da miséria ao estimular a união em busca de recursos e da manutenção da comunidade. Os objetivos principais de Delina sempre foram o de criar condições para que as pessoas permanecessem na comunidade e para permitir que as pessoas que já haviam saído pudessem retornar. O processo de reciprocidade e solidariedade, observado primeiramente nas ações pessoais de Delina de trazer membros de volta, de dividir o pouco da produção que tinham e de estimular os princípios religiosos de amor ao próximo, foi o que possibilitou a alteração da lógica produtiva.

As alterações na lógica de trabalho e na conduta seguida pelos indivíduos não ocorreram de forma abrupta. As transformações foram ocorrendo aos poucos e em pontos centrais que diziam respeito diretamente à subsistência do grupo. A primeira das transformações veio com o surgimento da horta coletiva. A produção alimentícia foi prioridade, já que em momentos anteriores, de maior escassez de recursos, o grupo havia sido submetido até mesmo à fome. A horta comunitária, ideia de Delina, rapidamente teria se provado uma fonte alimentícia constante e a divisão de tarefas nos cuidados da horta facilitou a vida do grupo. Então, os membros passaram a ver que a união gerava resultados imediatos.

A horta, localizada no centro da propriedade, se tornou o primeiro espaço coletivo a ser construído. Nesse mesmo período, se intensificavam as ações dos responsáveis pela criação da associação de produtores, um modo de formalizar a união dos trabalhadores em busca de recursos e de apoio. Em seguida, um segundo espaço coletivo surgiu, a fábrica de costura. A fábrica passou a funcionar na antiga casa da fundadora da comunidade. Além disso, este foi o período no qual famílias inteiras retornaram para a propriedade por conta das inseguranças da vida nas cidades. Como Delina acolheu em sua casa muitos desses indivíduos, sua casa passou a representar o terceiro espaço coletivo do local, estimulando um convívio conjunto durante as refeições e outras atividades cotidianas.

De início, a produção coletiva recebeu o apoio não só de Delina e dos demais envolvidos na horta comunitária, mas também de dois outros personagens importantes, o Irã e a Rosalee. Irã era morador da comunidade de Montes Claros, e já havia dado início a uma associação de produtores em busca de melhores atendimentos médicos e outros recursos básicos para a comunidade de lá. Com sua experiência e talento para a política e relações externas, como ele mesmo se descreve, Irã se tornou o primeiro presidente da associação.

A associação teve seu surgimento em 1999, proveniente da necessidade de formalização para a obtenção de recursos junto ao governo e demais instituições referentes ao trabalho associativo. Ela possui um estatuto e tem os membros da comunidade como associados. Além da formalização, a associação fica responsável pela captação de recursos que são revertidos em benefícios diretos para os membros e também atua no apoio aos membros em diversas esferas como na saúde e até legalmente. Da associação surgiram os grupos responsáveis pelo contato com instituições privadas, governos, mercados e fornecedores, e, desse contato, as conquistas dos meios produtivos necessários a uma produção conjunta.

A construção de muitas das estruturas de apoio, que hoje permitem a predominância do trabalho e da vivência coletiva entre os membros, só se tornou possível através da organização política da comunidade. A mobilização em relação à política local veio após as mudanças na organização social e da produção, e se intensificou entre os anos de 2003 a 2007, quando, vendo a força da comunidade, os membros decidiram eleger um representante de Noiva do cordeiro para integrar a câmara de vereadores de Belo Vale. Rosalee Fernandes, filha da matriarca Delina, foi escolhida como a representante.

Através da mobilização dos membros, e somado a conquista de urna de votação na comunidade, Rosalee foi eleita com unanimidade e assim se tornou vereadora de Belo Vale pelo PDT/PMDB com 356 votos. Rosalee também se envolveu diretamente no início das atividades coletivas e foi responsável pela criação da Fábrica, organizando as costureiras, buscando cursos e capacitação junto aos órgãos públicos, e liderando o grupo em busca de maiores recursos e financiamentos.

Essa força política chamou a atenção de deputados que passaram a representar os interesses da comunidade. A atuação da comunidade na política federal se dava através de muita cobrança dos representantes e estes recursos então começaram a ser conquistados. A terra de plantio, o trator, o caminhão, o sistema de irrigação, as Kombi, o carro da associação, o posto de saúde e muitos outros recursos produtivos só vieram com a associação e com sua atuação política junto a representantes políticos, órgãos públicos e privados.

A terra de plantio das pimentas foi uma das principais conquistas da organização política. Através de uma linha de crédito para o trabalho da mulher rural, a comunidade obteve o financiamento da terra juntamente com a obtenção de equipamentos para manejá-la. Com a terra, foi conquistado um trator com todo o aparato necessário para o cultivo e também um caminhão para o transporte das mercadorias. Com os avanços no trabalho de lavoura, os membros puderam construir novas estruturas físicas na propriedade, tornando o trabalho cada vez mais prático e produtivo.

As construções também se tornaram coletivas, abarcando espaços para o lazer e para o trabalho de toda a comunidade. Com as alterações na lógica de trabalho e produção, o ambiente da comunidade também passou a sofrer alterações e espaços coletivos passaram a ser criados e melhorados. A antiga igreja foi derrubada dando espaço ao “Centro de Lazer”, a antiga casa de Maria Senhorinha passou a ser usada de Fábrica e de Cozinha externa para a produção de bolos e biscoitos, e a casa de Delina recebeu reformas para também abrigar um auditório e uma grande cozinha coletiva.

Posteriormente, com os avanços na produção e obtenção de um maior volume de recursos, foram construídos também: uma segunda casa coletiva, uma nova fábrica, um supermercado, a escola da comunidade, uma caixa d'água central, novas hortas, galinheiros, dentre muitas outras estruturas coletivas que podem ser observadas com mais detalhes na descrição a seguir.

O “Centro de Lazer” da comunidade (figuras 7 e 8) é composto por um barzinho, uma cozinha bem montada, uma área externa coberta, mesa de sinuca, rede de vôlei na grama, e três grandes barracas de alvenaria construídas para eventos.



Figura 7 - Centro de Lazer da comunidade

Fonte:Acervo do autor



Figura 8 - Centro de Lazer da comunidade

Fonte:Acervo do autor

A escola (figuras 9, 10, 11 e 12) é relativamente grande, possui uma cozinha muito bem montada, três salas de aula construídas, mais duas em construção, banheiros, área de recreio e a sala da secretaria e diretoria.



Figura 9 - Estrutura física da Escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 10 - Estrutura física da escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 11 - Estrutura física da escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 12 - Estrutura física da escola Maria Senhorinha de Lima na comunidade
Fonte: Acervo do autor

O grande galpão de dois andares (figuras 13 e 14) foi construído para suprir diversas demandas. Em seu andar térreo abriga o supermercado da comunidade, a sala da associação de produtores e uma cozinha para produção de molhos e geleias de pimenta. O segundo andar é destinado à fábrica de costura, à lojinha de produtos da comunidade, e também possui um apartamento, usado de moradia por um casal e sua filha.



Figura 13 - Estrutura física da fábrica, supermercado e outras atividades
Fonte: Acervo do autor



Figura 14 - Estrutura física da fábrica, supermercado e outras atividades
Fonte: Acervo do autor

Bem ao lado da fábrica se encontra a construção mais antiga (figuras 15 e 16) da comunidade, construída ainda no ano de sua fundação para ser lar de Maria Senhorinha e de Francisco Fernandes, o casal fundador da comunidade. A casa é grande, possui cozinha externa que serve de apoio para a cozinha da casa mãe, porão grande que hoje serve de armazém, e quartos espaçosos que hoje servem de apoio para a produção da fábrica de costura.



Figura 15 - Fachada da antiga casa de Maria Senhorinha
Fonte:Acervo do autor



Figura 16 - Fundos da antiga casa de Maria Senhorinha
Fonte:Acervo do autor

Dos fundos da casa de Maria senhorinha já se vê a casa mãe (figuras 17 e 18) e o Auditório da comunidade. Cinco quartos se estendem pela varanda até chegarmos à cozinha central, na área de banheiros, e em mais alguns quartos. Aos fundos da cozinha central se posicionam mais alguns quartos, incluindo o de Delina, quarto imediatamente ao lado da cozinha central. Além de quartos, a casa ainda conta com dispensas, armários de roupa de cama, área externa para lavagem de louça, e área de lavanderia.



Figura 17– Auditório da Casa Mãe ou casa de Delina
Fonte: Acervo do autor



Figura 18 - Casa Mãe ou casa de Delina vista dos fundos
Fonte: Acervo do autor

Um quintal divide a casa mãe da segunda casa coletiva da comunidade; a casa amarela. A casa amarela (figura 19), assim como a casa mãe, possui muitos quartos, uma varanda extensa com máquinas de lavar, uma cozinha básica com geladeira, e fica acima de uma garagem onde são guardados os veículos coletivos da comunidade.



Figura 19 - Vista geral da casa coletiva Amarela
Fonte: Acervo do autor

Depois da casa amarela, no terreiro que fica de frente para sua grande varanda, estão construídas diversas estruturas voltadas ao trabalho coletivo. Nesse local (figuras 20, 21, 22 e 23) encontram-se a horta comunitária, os galinheiros, os pequenos currais, os armazéns de milho, de lenha, de ferramentas, dentre outras estruturas que servem tanto para a subsistência quanto para o cotidiano de todos os membros.



Figura 20 - Horta comunitária
Fonte: Acervo do autor



Figura 21 - Galinheiro da comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 22 - Galpão de milho
Fonte: Acervo do autor



Figura 23 - Curral da comunidade
Fonte: Acervo do autor

Finalizando as estruturas coletivas, vale citar uma estrutura vital para a qualidade de vida dos membros. No alto da propriedade foi construída uma caixa d'água (figura 24) de cento e oitenta mil litros de capacidade que abastece uma grande quantidade de casas, incluindo a casa mãe e a casa amarela. A estrutura é fruto de uma consultoria recebida e leva pouco material em sua construção.



Figura 24 - Caixa d'água da comunidade, 180.000 litros de capacidade
Fonte: Acervo do autor

Por fim, a Torre de celular e de internet 3G (figura 25), instalada com recursos próprios e que transmite sinal para toda a comunidade. Abaixo segue uma imagem (figura 26) do mapa visto de cima, com o destaque para as estruturas mais importante da comunidade.



Figura 25 - Torre de Celular e de Internet 3G da comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 26 -Mapa das estruturas físicas principais da comunidade

Fonte: Elaboração do autor com base em imagem do Google Maps

O reduzido contato dos membros com seu meio externo sempre foi presente na história da comunidade. O preconceito ao qual a família foi submetida desde a chegada dos fundadores no local perdurou geração após geração e privou aquele sistema social de grandes contatos com seus vizinhos e com centros urbanos, gerando um isolamento parcial do sistema econômico e um redirecionamento das atenções dos membros para as dinâmicas e relações internas da comunidade.

A relação com as comunidades no entorno só veio a melhorar quando Noiva do Cordeiro conseguiu, junto a uma empresa que se instalava na região, a implantação de um laboratório de informática dentro da comunidade. A conquista do laboratório teria agido em benefício da comunidade por dois motivos principais; além de iniciar um processo de inclusão digital em meio aos membros, em especial aos jovens, também foi razão das primeiras exposições da comunidade na mídia, já que se tratava do primeiro laboratório de informática em toda a zona rural de Minas Gerais.

A mídia teve um papel fundamental na história recente da comunidade. O que se conta no local é que após a criação do laboratório de informática, o que de início se tratava de uma notícia isolada na mídia, rapidamente se transformou em uma grande história, cheia de personagens principais, relatos de superação e símbolos. Isso deu através do documentário produzido pelo repórter e etnógrafo Alfredo Alves, que em 2007 concorreu e venceu um concurso interno da emissora GNT de melhores histórias em documentários e teve a oportunidade de produzir um completo relato sobre a história da Noiva do Cordeiro.

Desde então, o interesse da mídia cresceu e a comunidade foi se tornando cada vez mais presente em programas de televisão, jornais e rádios do mundo todo. A comunidade, além de oferecer uma bela história muito bem padronizada entre todos, ainda conta com muitas individualidades de grande interesse para esse tipo de canal de comunicação. O local é palco de dissidência religiosa, liderança feminina, dupla sertaneja, artista pop, grupo de dança, casas grandes e coletivas, mulheres bonitas, tradições bem claras e bem ensaiadas, ou seja, todo o necessário para se render uma matéria na TV. Além disso, a comunidade sempre buscou estabelecer nessas reportagens o amor como ponto chave da comunidade, simbolizado na figura de Delina Fernandes, matriarca da comunidade, e no estilo de vida mais comunitário que ali se formou.

Com o crescente interesse da mídia pela comunidade, começaram a surgir desvios na história original da comunidade, criando na mídia uma imagem não totalmente verdadeira da vida no local. O maior desses desvios veio de uma equipe de reportagem Inglesa, que ao ver a grande quantidade de mulheres assumindo serviços agrários, divulgou um vídeo dizendo que a comunidade se tratava de uma cidade habitada somente por mulheres solteiras, o que nunca foi verdade. Este fenômeno foi o responsável pela imagem midiática incorreta que se difundiu sobre o local, a imagem de uma comunidade onde as mulheres são a grande maioria e onde elas decidem tudo. O símbolo de Delina enquanto matriarca do local também contribuiu para o fortalecimento dessa imagem transmitida externamente. Contudo, em termos de número de membros, não há grande diferença entre homens e mulheres; elas são maioria durante a semana, mas aos finais de semana a proporção chega a ser quase igual entre os homens e as mulheres.

O contato externo sempre prevaleceu em meio aos homens da comunidade. A divisão sexual do trabalho que se estabeleceu historicamente no local era baseada na saída do homem para assumir funções de empregado e de distribuição nas cidades, e a permanência da mulher para a produção, organização e manutenção da propriedade. A participação feminina é, ainda hoje, muito representativa na comunidade, principalmente na fábrica, onde só trabalham mulheres, com exceção de alguns jovens homens que esporadicamente se aventuram nos trabalhos de costura. A lavoura também era dominada exclusivamente por mulheres, situação que aos poucos foi se alterando com a volta de muitos homens para a comunidade.

Paulilo (1987) explica que esse tipo de divisão provém de aspectos muito mais amplos do que a simples força física ou da disposição masculina para trabalhos externos, e que pode ser considerada um reflexo da própria hierarquia familiar patriarcal observada na realidade rural como um todo. De acordo com a autora, o homem assume os trabalhos “pesados” e reivindica para si a imagem de provedor financeiro, enquanto a mulher se encarrega de diversas outras atividades “leves” tidas como secundárias, mas que na verdade são de vital importância para o funcionamento do todo social.

A autora assevera que existe uma falácia entorno da naturalidade da divisão sexual do trabalho em categorias de trabalhos “leves” e “pesados”. Através de sua pesquisa, ela demonstrou que os trabalhos “leves” assumidos pelas mulheres e crianças no meio rural se mostram tão morosos e demorados quanto os trabalhos “pesados” assumidos naturalmente pelos homens. A diferença estaria na forma com que cada uma dessas atividades é valorizada pelo grupo.

Ainda segundo a autora, essa situação vem da própria valorização do homem enquanto chefe de família, fazendo com que o trabalho executado pelos demais membros seja tido apenas como complemento da renda familiar, e assim seja visto de maneira secundária. Este fenômeno pode ser claramente observado na história da comunidade. A saída do homem em busca do sustento familiar foi tida como natural e essencial para a sobrevivência das famílias em momentos de maior escassez de recursos. O papel da mulher passou a ser o de manter a organização comunitária e tentar encontrar uma forma para complementar a renda familiar. Assim, as mulheres passaram a se encarregar sozinhas não só dos trabalhos domésticos e dos filhos, mas tiveram de assumir também toda a produção interna.

Tal divisão se mantém em muitos aspectos em meio ao grupo. O homem ainda é quem se responsabiliza pelos trabalhos externos, a mulher ainda cuida em grande parte da organização comunitária e da produção fabril, e na lavoura também se observa uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres. Os muitos homens que voltaram para a comunidade também acabaram se ocupando de trabalhos específicos como na construção civil, na pecuária, e na própria lavoura. Contudo, áreas como a Escola, as Artes, a Associação e outros novos postos de trabalho, que aos poucos foram surgindo, não seguiram uma divisão sexual específica, sendo possível observar tanto homens quanto mulheres, jovens em sua maioria, assumindo tais atividades.

Atualmente, os trabalhos externos continuam tendo grande importância na geração de renda das famílias da comunidade. Contudo, com as mudanças na lógica produtiva e social da comunidade, e com a implantação gradual do que pode ser considerado um sistema matriarcal, a busca por uma renda complementar foi o que deu origem às duas principais fontes de renda da comunidade atualmente: a produção da lavoura e a produção fabril.

O contato com mercados para o escoamento da produção também se deu de forma gradual. No início da produção coletiva, a necessidade por mercados para a venda do excedente das hortas e da produção têxtil era latente para a obtenção de novos recursos produtivos. O excedente agrícola passou a ser direcionado para o Ceasa através dos membros que já trabalhavam externamente no centro de distribuição em Belo Horizonte.

A produção têxtil de tapetes e lingerie seguiu outra estratégia de início; o objetivo era a construção de uma marca da comunidade que pudesse ser distribuída nos municípios próximos, em especial na cidade de Belo Vale.

A imagem de uma comunidade só de mulheres, com o adicional midiático de serem mulheres belas e solteiras, de maneira geral não trouxe prejuízo para a comunidade, muito pelo contrário. O boato criado pela equipe inglesa foi o grande propulsor para que a comunidade ficasse conhecida em muitos países e que passasse a ser amplamente visitada por equipes de reportagens que dificilmente desmentiam a história, pelo contrário, fortaleciam essa imagem com suas reportagens. O interesse da mídia, aumentado com a história das mulheres solteiras, veio ao encontro dos interesses da comunidade, de não só levar sua história para o mundo, como também de promover seus artistas, seus produtos, e conseguir cada vez mais recursos para a comunidade. Dessa forma, os moradores aprenderam a conviver com esse boato, e até mesmo estimulá-lo em situações específicas. A mídia usa a organização enquanto produto. Porém, a comunidade se apropria desta relação para manter uma sustentabilidade comercial de seus produtos e de sua história.

A mídia foi também responsável por grande parte do contato que a comunidade tem com visitantes, estudiosos, repórteres e turistas. O documentário sobre a história e atuais dinâmicas das “Noivas do Cordeiro” fez com que a comunidade passasse a receber visitas constantes que se integravam e viviam alguns dias no local, além disso, muitos passaram a frequentá-lo somente para fins de amizade. A percepção dos membros quanto aos visitantes é de total aceitação; tudo de melhor é providenciado para uma recepção adequada de quem queira visitar e permanecer por alguns dias junto ao grupo.

Com a abertura da comunidade para relações externas mais intensas, vieram seus primeiros artistas, fruto de cursos e projetos sociais de artes e cultura que aos poucos se infiltravam no cotidiano das crianças, jovens e adultos. Keila Gaga e seu grupo, juntamente com a dupla Márcia e Maciel, foram os que mais se destacaram como artistas e passaram a receber o apoio da comunidade para o investimento em suas carreiras.

Com o aumento no número de performances e contratações por prefeituras e outras instituições, os artistas começaram a ter um contato muito mais intenso com o resto da sociedade. Posteriormente, com a obtenção de mais recursos e com a criação dos fãs clubes dos artistas compostos de dezenas de membros da comunidade, se tornou comum a saída de grandes grupos que passaram a dar apoio aos artistas durante as apresentações, e assim também passaram a ter maior contato com o meio externo à comunidade.

Diferentemente do passado, o contato da comunidade com a sociedade nos dias de hoje é frequente, mas pouco representativo em comparação à intensidade das relações e vínculos internos. A melhoria nas condições financeiras e de vida tem proporcionado viagens, passeios, consumo nas cidades, e outras formas de integração antes pouco usuais em meio aos membros. As saídas da comunidade não costumam ser prolongadas, devido ao grande número de atividades no local, contudo, são bastante estimuladas uma vez que são necessárias ao lazer e ao descanso, e pelo fato de que o grande número de membros torna possível uma reorganização das atividades de modo a suprir a ausência dos grupos em viagem.

O trabalho coletivo passou a possibilitar um maior consumo de bens provenientes do capitalismo e da globalização, juntamente com a chegada de tecnologias como a internet, passou a permitir uma integração da comunidade com o mercado e com seus encantos. Ademais, a forma de consumo e moradia foi evoluindo com as melhorias das condições de vida no local, e cada vez mais é possível observar grandes casas sendo construídas. As estruturas coletivas, por sua vez, limitam o tempo de permanência dos membros nessas novas casas, estimulando e apoiando um cotidiano majoritariamente coletivo.

4.2. Dinâmicas do atual sistema econômico da comunidade

Após entendermos a história da comunidade e seus pontos chave de mudança, tanto na lógica produtiva quanto nos arranjos sociais, esta sessão busca caracterizar a experiência da comunidade Noiva do Cordeiro segundo as teorias que mapearam experiências semelhantes e segundo alguns elementos centrais que parecem garantir a sustentabilidade do sistema econômico ali formado. A partir dessa caracterização teórica, passa a ser possível analisarmos as aproximações e os distanciamentos do sistema formado em relação ao molde tradicional capitalista de produção e vida, e com isso partiremos para um melhor entendimento sobre o significado de muitos dos comportamentos observados junto aos membros.

O sistema da comunidade Noiva do Cordeiro desafia a lógica tradicional capitalista em muitos aspectos. A comunidade tem conseguido manter suas próprias relações de trabalho e de distribuição, garantindo seu crescimento e contínuas melhorias na qualidade de vida de seus membros. Seu sistema econômico se diferencia de demais modos produtivos da atualidade justamente por conta dos arranjos sociais muito próprios que se desenvolveram na comunidade com o passar dos anos. O **reconhecimento no trabalho**, o relativo **distanciamento das operações de mercado**, o **fortalecimento da identidade e a formação dos jovens**, e principalmente os **mecanismos de coesão e de coerção de condutas**, são algumas das formas de se observar aspectos da sobrevivência e reprodução desse sistema.

4.2.1. O reconhecimento no trabalho

A começar pela relação básica entre o homem, a natureza e o trabalho, o indivíduo na comunidade Noiva do Cordeiro se encontra em constante inteiração com os recursos naturais, e acompanha de perto essas transformações. Na visão de Marx (2004), a natureza figura para o homem, além de um cenário produtivo, um espelho direto que reflete os frutos de seu trabalho. Segundo o autor, o distanciamento entre o homem e a natureza, como também entre o homem e seus meios de produção, resultados direto das práticas produtivas capitalistas, teriam sido os grandes responsáveis pelo estranhamento e alienação do homem em relação ao seu trabalho, e até em relação a si mesmo.

No cotidiano da comunidade esse distanciamento não ocorre, prevalecendo, portanto, interações constantes entre o homem e a natureza. A natureza está presente em processos centrais, desde a alimentação, que é proveniente quase em sua totalidade da agricultura de subsistência, até nos processos mais complexo, como nas construções das casas e de espaços coletivos, onde a paisagem passa por grandes transformações ocasionadas pela extração dos recursos naturais e pelo surgimento de novas estruturas artificiais.

Nos termos da Economia Substantiva apresentada por Polanyi (2012), o todo das interações entre o homem e a natureza também pode ser analisado através dos movimentos de apropriação de bens e de recursos naturais. Na comunidade, é possível observar um movimento constante de apropriação unilateral, ou seja, a apropriação dos recursos se dá sem que haja uma segunda parte na transação. A movimentação do bem se dá pela autoridade individual do membro sobre os recursos gerais da comunidade, legitimada pela propriedade coletiva dos bens produtivos.

Dentro da comunidade todo o trabalho se dá de forma voluntária, ou seja, sem remuneração fixa sobre o trabalho. A renda proveniente dessas atividades é revertida em melhorias da própria comunidade, como na casa mãe, e nas demais compras de consumo coletivo. A participação nas atividades não é obrigatória e nem formal. Muitos indivíduos, por diversas razões, não participam fixamente de nenhum trabalho coletivo, seja por conta da idade, da saúde, ou por viverem fora da comunidade. Mesmo assim, os frutos do trabalho são aproveitados por toda a comunidade, mesmo por aqueles que estão impossibilitados ao trabalho. Alimentação, moradia e lazer são garantidos a todos, dos mais envolvidos aos menos envolvidos nos trabalhos.

A alimentação se dá, em sua maior parte, de forma comunal. O alimento da cozinha vem basicamente da horta comunitária e das demais atividades de pecuária e cultivo dos membros. O básico da alimentação da comunidade vem toda do próprio cultivo, com raras exceções como óleo, sal, açúcar, farinha de trigo e macarrão. Apesar da existência de muitas casas no entorno da casa mãe, poucas delas preparam uma alimentação separada, a maior parte da alimentação ocorre na casa mãe, e sem custos.

Praticamente todos os moradores da comunidade possuem algum direito sobre a terra, mas a decisão coletiva é pela não divisão da terra em prol de um uso coletivo da mesma. Todos esses elementos, já caracterizados por uma ampla socialização, são frutos, inicialmente, de um trabalho coletivo de produção e de gestão dos recursos do grupo.

No movimento da economia solidária é comum que a socialização dos recursos seja ascendente, começando pelos aspectos materiais da produção, mas atingindo também aspectos intelectuais e da gestão produtiva. Segundo Singer (2006), quando em graus avançados, a socialização dos recursos e da produção estaria rompendo com a lógica da pequena produção familiar, dando espaço a vínculos de outras naturezas, fenômeno muito recorrente em meio à comunidade do qual nos ocuparemos na última parte desse capítulo.

A gestão dos recursos da comunidade é feita também com certa autonomia através de centros que coordenam as atividades das áreas. Cada uma das áreas de trabalho¹ possui um responsável pelas receitas e despesas das atividades, como também é responsável pelo controle de demanda de mão de obra, pedindo auxílio de outras áreas quando necessário, seja financeiramente, seja intelectualmente ou apenas em momentos de necessidade de mais mão de obra.

As construções e bem-feitorias, a faxina geral da casa mãe, ou qualquer outra atividade que seja mais bem executada com um maior número de membros, logo é suprida com a formação de um mutirão de trabalho, no qual todos os membros disponíveis se envolvem. Os mutirões são comuns na construção civil, na produção agrícola, na produção manufaturada e sempre que há necessidade. Esse traço característico do trabalho na comunidade vem ao encontro do sentimento de reciprocidade descrito por Polanyi (2012) como sendo uma das maneiras de se efetivar interações econômicas não financeiras.

O trabalhador na comunidade possui responsabilidades muito bem definidas pelos grupos de trabalho, e cada indivíduo tem noção do seu papel e da sua responsabilidade no funcionamento do todo, já que ele mesmo define grande parte de suas responsabilidades. Sobre a distribuição das atividades, estas se baseiam principalmente nas habilidades e vontades das pessoas. Grande parte dessas atividades é dividida segundo demandas, e organizadas através de pequenas escalas montadas em grupo, ou através do *whatsapp*, principal meio de comunicação entre os membros. Para cada nova demanda se monta um novo grupo formado por membros que se identifiquem com a mesma. Por mais que existam responsabilidades fixas para grande parte dos membros, essas atividades não consomem todo o tempo, sendo possível então uma grande interface entre as pessoas que vão se ajudando sempre que possível.

¹As principais áreas de trabalho que pude verificar foram as de Educação, Fábrica de Costura, Cozinha, Limpeza, Produção de Produtos de Limpeza, Produção de doces e molhos, Produção de Merendas e bolos, Produção de animais, Limpeza de Carnes, Lavoura, Construção Civil, Horta comunitária, Associação, Saúde, Artistas e Produção de artistas, Mídias Sociais, Atenção aos Visitantes, e Contatos Externos.

Gaiger (2003) destaca que os elementos responsáveis pela caracterização de um modo produtivo seriam os aspectos principais das relações de trabalho, das relações sociais, da relação entre o homem e a natureza e pelos arranjos sociais que ditam as características do trabalho e das forças produtivas locais. Dessa forma, poderíamos considerar a experiência da comunidade como um possível surgimento de um modo produtivo secundário e alternativo ao capitalismo. Quase todos os elementos centrais da comunidade vão de encontro aos princípios e dinâmicas capitalistas tradicionais.

Poderíamos também caracterizar a comunidade enquanto uma experiência de Economia Solidária, uma vez que muitos elementos nos permitiriam tal classificação. É importante ressaltar que, segundo Lima (2004), não há uma forma única de se conceituar uma experiência enquanto uma Economia Solidária. Alguns pontos que devem ser observados antes de assim fazê-lo dizem respeito a uma gestão produtiva autônoma, coletiva e de distribuição igualitária.

Além disso, princípios como solidariedade e democracia também devem ser observados com maior intensidade nesse tipo de experiência. Segundo Silva *et al.* (2011) organizações em economia solidária também contariam com propriedade coletiva dos bens produtivos, o que inverteria o processo capitalista de separação do trabalhador de suas ferramentas de trabalho. Todos esses aspectos centrais de uma Economia Solidária podem, em maior ou menor grau, serem identificados em meio às dinâmicas e condutas que pode observar em meio ao grupo.

Todo o processo produtivo é executado e acompanhado de perto pelos membros. O mesmo ocorre em relação aos meios de produção. A propriedade coletiva de praticamente todos os recursos produtivos, da terra às ferramentas de manejo, mantém um reconhecimento do indivíduo com seu trabalho. Gaiger (2003) explica, que os arranjos sociais têm a função de definir a capacidade dos agentes econômicos de usufruírem e se apropriarem dos bens e dos frutos do trabalho. Os frutos do trabalho na comunidade estão presentes no cotidiano dos membros. Cada item de consumo coletivo foi produzido por alguma área e pelos próprios membros que os consomem. Dessa forma, há um reconhecimento direto entre os membros e os produtos de seu trabalho. São esses produtos que servem de objeto para as integrações econômicas, fazendo com que o indivíduo na comunidade se reconheça junto aos demais membros enquanto parte de um todo social e de importância dentro deste.

De acordo com Gaiger (2003), experiências como essa fazem com que o trabalho seja engrandecido do ponto cognitivo e humano. O indivíduo passa a ser capaz de usufruir dos benefícios de seu esforço, o que estimula um maior rendimento do trabalho associado. Pude observar isso na comunidade, e ao perguntar a um dos membros sobre sua relação com seu trabalho, ela respondeu: *“isso aqui pra mim não é um trabalho, é a minha vida, minha família, não tem como não gostar”*.

O trabalho na lavoura pode ser considerado um dos elementos mais representativos na centralização de recursos, produção de bens e formação da renda da comunidade. As atividades da Lavoura (figuras 27 e 28) atualmente são direcionadas à monocultura de pimenta para a venda e para a produção de molhos, mas também contam com muitas pequenas culturas para subsistência das famílias. Todos os membros trabalham com proteção completa, tanto contra o sol quanto contra acidentes. Além disso, o trabalho em grupo e em família, sem a pressão do tempo ou metas a cumprir faz com que o dia se torne mais agradável.



Figura 27 - Propriedade do Virassol – Área de Lavoura da comunidade e suas estruturas
Fonte: Acervo do autor



Figura 28 - Propriedade do Virassol – Cozinha da área de Lavoura da comunidade
Fonte: Acervo do autor

A colheita de pimentas é um trabalho muito delicado, exige um tempo de atenção a cada pé a ser colhido, por isso permite uma posição de trabalho confortável. Sentadas sobre caixotes de plástico, as mulheres combinam conversas descontraídas com a separação das pimentas maduras. Os assuntos são os mais diversos do cotidiano, e pouco a pouco todo o trabalho é executado. Com os homens não é diferente, a descontração é visível e os papos são muito agradáveis.

O principal produto para a venda é a pimenta biquinho. As pimentas somam cem mil pés (figuras 29 e 30) que após a colheita são aos poucos levadas de volta a comunidade, onde passam pelo processo de separação nas mesas centrais (figuras 31 e 32), em que praticamente todos os que estão disponíveis se envolvem, independente da idade, sendo posteriormente encaminhadas ao Ceasa.



Figura 29 - Colheita de pimenta – mulheres
Fonte: Acervo do autor



Figura 30 - Colheita de pimenta – mulheres
Fonte: Acervo do autor



Figura 31 - Separação das pimentas para embalagem. Mesa central da Casa Mãe
Fonte: Acervo do autor



Figura 32 - Separação das pimentas para embalagem. Mesa central da Casa Mãe
Fonte: Acervo do autor

Além dos produtos para a venda, estão presentes na lavoura outras culturas para o consumo próprio da comunidade como o café, o feijão, o milho (figura 33), o eucalipto para lenha, horta de verduras, canavial para alimentação de animais, e um pequeno pasto para a criação de gado e produção de carne e leite também para o consumo próprio dos membros.



Figura 33 - Homens na quebra do milho
Fonte: Acervo do autor

Outra grande fonte de renda da comunidade é a “Fábrica”, como assim é conhecida. A fábrica teve sua origem por volta de 1999, ainda no início das mudanças produtivas da comunidade. Durante o período de maior dificuldade financeira da comunidade o trabalho de costura representava um complemento à renda familiar gerada pelos trabalhos externos. Visto a dificuldade na construção de uma marca própria para o mercado e os entraves do processo de distribuição dos produtos, as costureiras decidiram por adotar um modelo de negócios no qual a fábrica é contratada para executar toda a produção de uma empresa voltada ao mercado de *pet shops*. Segundo as costureiras, o maior ganho do contrato fixo foi o de tirar a necessidade de construção de marca, pois era muito difícil competir com a antiga marca de lingerie e tapetes da comunidade no mercado, a distribuição era muito morosa e a venda quase impossível. Além disso, a compra de materiais em pouca escala encarecia todo o processo e tornava a fábrica pouco competitiva.

Nesse novo modelo, a produção da fábrica passou a ser encomendada previamente, e o material passou a ser fornecido pelo comprador. Sem os riscos provenientes da compra de matéria prima ou do aumento de estoque por falta de vendas, o modelo veio ao encontro das necessidades das costureiras e da comunidade. A fábrica atualmente produz “caminhas” de cachorro, coleiras de passeio, bolsas de transporte para animais, e tem inovado com novos protótipos e ideias para esse mercado *pet*. A linha de produção, o recebimento de materiais e a parceria com o comprador são de responsabilidade das próprias costureiras que se dividem segundo suas próprias necessidades.

O novo modelo também trouxe bastante flexibilidade no trabalho, uma vez que as encomendas são recebidas com antecedência, permitindo uma previsão de demanda de mão de obra bastante acurada, o que ajuda na realocação de membros entre uma atividade e outra. Essa previsão acurada de demanda permite maior liberdade das costureiras sem, no entanto, prejudicar as entregas ou o processo de trabalho. Como não existe contrato de exclusividade com o comprador, mas sim uma parceria produtiva, em caso de necessidade a Fábrica (figuras 34 a 37) tem a flexibilidade de assumir a produção de outros compradores, o que até o momento não ocorreu.



Figura 34 - Fábrica de costura da comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 35- Fábrica de costura da comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 36 - Fábrica de costura da comunidade
Fonte: Acervo do autor

A atual parceria tem dado bons frutos, tanto em volume de produção, quanto na remuneração e na flexibilidade da mesma. É importante frisar que muitas das costureiras também atuam como dançarinas e ajudam principalmente na Lavoura quando necessário. Além disso, cada vez se torna mais comum a saída de grupos para passeios e para acompanhar os artistas da comunidade em shows.

4.2.2. Distanciamento das operações de mercado

Segundo Polanyi (2012), são três os processos de integração econômica que ocorrem dentro de um sistema economicamente organizado como esse: processos de troca, de reciprocidade e de redistribuição. A troca seria o movimento baseado na equivalência e orientado ao ganho, observado somente em algumas estruturas coletivas da comunidade. A reciprocidade e a redistribuição já se mostram mais constantes na comunidade. A reciprocidade se refere à circulação de produtos através do movimento de bens de maneira recíproca e simétrica dentro de um grupo comunitário. O processo de redistribuição, por sua vez, se refere à centralização de recursos produtivos para sua posterior distribuição e apropriação.

Segundo a teoria descrita pelo autor, a intensidade de cada uma dessas operações em meio a um sistema econômico dependeria da presença de instituições que assim estimulassem aquela integração econômica específica, como também dependeria da presença de estruturas de apoio que permitissem a concretização daquele tipo de integração. As instituições de um sistema são os grandes símbolos que inspiram o comportamento social, seja pelos benefícios que tal instituição proporciona, ou até mesmo, pelo sentimento de possíveis sanções vindas dessas instituições caso o comportamento exigido, formal ou informalmente, não fosse cumprido.

As maiores instituições que pude observar em meio à comunidade durante sua história foram: a instituição religiosa criada pelo pastor Anísio na forma da igreja evangélica; a própria imagem do pastor, que também se instituiu concedendo-o autoridade nas decisões; a imagem de Delina Fernandes, que também se institucionalizou com grande força como matriarca após as mudanças na lógica produtiva; e por fim, a instituição da “Comunidade Noiva do Cordeiro”, que por si só se institucionalizou através da constante reafirmação da identidade do grupo em meio aos membros e em meio ao ambiente externo.

Todas as quatro grandes instituições que pude identificar em meio à história do grupo tiveram aspectos próprios que guiaram com grande intensidade o comportamento do grupo. Tanto Anísio, como sua igreja, mostraram um controle muito forte das condutas, de forma que os membros chegavam a ter a percepção de que não poderiam agir com liberdade, mesmo em casos que se sentiam prejudicados pela situação.

Essas duas instituições tinham em comum uma ação coercitiva e punitiva intensa em meio aos membros, mas, apesar de seus fortes mecanismos de controle e de instauração de medo, não se mostraram fortes o suficiente para manter sua reprodução e o simples envelhecimento de Anísio foi suficiente para retirar do grupo o peso, tanto das coerções praticadas pelo pastor quanto de sua igreja que rapidamente deixou de existir e fisicamente foi derrubada dando espaço a um Centro de Lazer.

A terceira instituição identificada na imagem da matriarca Delina Fernandes já se mostrou munida de outros mecanismos de organização social e de estímulo a condutas específicas. A começar pela ausência do medo, Delina se mostrou uma líder carismática, preocupada acima de tudo com o bem estar do grupo, sem exigir muito em troca. Rapidamente se mostrou uma força institucional muito mais representativa que de seu falecido marido. Além disso, a instituição criada e fortalecida por ela, na forma da institucionalização da própria “Comunidade Noiva do Cordeiro” e de sua identidade, ganhou um formato muito próprio, no qual toda a sensação de controle e coerção foi suavizada pelo intenso discurso do amor e da coletividade em busca do bem estar de todos.

Delina atualmente se mostra uma instituição mais forte até do que a instituição da “Comunidade Noiva do Cordeiro”. De outra forma, essas duas imagens costumam se confundir muito na visão do grupo, de modo que muitas vezes ouvia a afirmação de que Delina era a representação da comunidade, que Delina era o centro de tudo que ocorria ali, e que Delina era a responsável pelo amor e união que eu observava em meio ao grupo. Suas atitudes e exemplos, assim como sua história, garantiram à matriarca uma ampla força de controle e organização do grupo. Delina estimulou desde o início o sentimento de reciprocidade e de coletividade em meio ao grupo, além disso, suas ajudas e boas ações geravam no grupo um sentimento forte de gratidão e ainda mais admiração.

Na mentalidade e na memória de todos, foi Delina quem deu início à construção de toda a base produtiva que hoje garante o sustento da comunidade. Frutos dessa base produtiva e do trabalho coletivo, os bens produzidos pela comunidade passaram a circular principalmente através da centralização e redistribuição, tendo a casa de Delina como centro dessas dinâmicas. A casa é lar da matriarca e de outras dezenas de pessoas. Além desta, existe ainda uma segunda casa coletiva, conhecida como casa amarela, com mais dezenas de pessoas, que também serve como estrutura de apoio aos processos de centralização e de redistribuição.

As rendas obtidas individualmente no trabalho externo ficam sob o controle das próprias famílias, porém, como não há gastos significativos no cotidiano da comunidade, essa renda acaba passando por um processo de redistribuição mediante as demandas da comunidade ou dos membros que não possuem renda fixa. Cada indivíduo é sim responsável por sua renda, mas na comunidade o uso de dinheiro é quase desnecessário.

São poucos os lugares nos quais o dinheiro é utilizado. A coesão da comunidade e os muitos mecanismos de integração não financeira permitem trocas sem moedas e apropriações unilaterais sem contrapartida direta. O dinheiro só aumenta sua representatividade em três estruturas principais da comunidade: no supermercado, no centro de lazer e na lojinha da fábrica. Nesses três estabelecimentos, as trocas se dão através do dinheiro. Apesar da importância que os recursos financeiros têm na execução de qualquer melhoria ou processo mais complexo na vida dos membros, o dinheiro é um item no qual pouco ouvi falar durante os meses em que vivi no local.

O supermercado da comunidade conta com todos os produtos de necessidades básicas. Bem equipado, a estrutura fornece boa parte dos produtos encontrados em estabelecimentos dessa natureza. No supermercado também podem ser encontrados alguns produtos manufaturados pelos próprios membros como doces e cigarros artesanais. No centro de lazer estão disponíveis bebidas alcoólicas, fumo, refrigerantes, e também produtos caseiros como mini-pizzas e sanduíches. A lojinha da fábrica também opera com dinheiro, mas principalmente através de encomendas dos membros por itens que não se encontram no supermercado. No resto das estruturas coletivas não se usa dinheiro e as trocas não são comerciais, são sempre pautadas na redistribuição e na reciprocidade.

A casa mãe é palco da maior parte do cotidiano coletivo. A cozinha central tem uma cozinheira principal e conta com algumas meninas que ficam responsáveis sempre pelo café da manhã, almoço e lanche da tarde. Os jantares são responsabilidade de grupos rotativos que uma vez na semana assumem a refeição e arrumação da cozinha para não sobrecarregar as cozinheiras. Além disso, tanto na arrumação quanto no preparo, todos os que estão sem muitas atividades no período acabam ajudando na cozinha, na limpeza e organização da área comum (figuras 38 e 39).



Figura 37 - Arrumação da cozinha central após almoço

Fonte: Acervo do autor



Figura 38 - Área de lavagem das louças após almoço

Fonte: Acervo do autor

Outra forma de ler o processo de centralização e de redistribuição na comunidade se dá através da circulação de moeda dentro da mesma. O uso de moeda e as trocas financeiras são limitados a três estruturas regidas pelos conceitos tradicionais de mercado, mas se pensarmos no lucro gerado pelo supermercado, pelo centro de lazer e pela lojinha de produtos da comunidade, é possível notar que muito dos recursos financeiros conquistados pelos trabalhos externos e pelas famílias em geral acaba sendo destinado para a geração de lucro da própria comunidade. Os próprios membros, ao consumir itens desses centros de mercado, geram o lucro. Os produtos são comprados pelos responsáveis dos estabelecimentos a preço de atacado e vendidos aos membros a preço de varejo, que optam por comprar ali suas mercadorias devido à facilidade de acesso e ao fato de que todo o lucro será retornado ao coletivo após a centralização na casa mãe. Ademais, os preços praticados são posicionados um pouco abaixo dos preços encontrados nos mercados mais próximos. Essa forma de utilização do excedente em prol do coletivo fortalece os aspectos solidários do sistema.

Em uma Economia Solidária, todos esses traços listados acima se mostram presentes. O lucro, como também o excedente de produção serve a fins coletivos e não individuais, sendo comum o re-investimento na produção e o investimento em novas melhorias para o grupo. A divisão do excedente não se faz necessária, principalmente em graus elevados de socialização dos recursos produtivos e dos frutos da produção.

Os recursos centralizados possuem diversas finalidades, dentre elas o pagamento mensal de parcelas dos financiamentos adquiridos para investimentos na própria produção coletiva. O financiamento da terra de plantio exige mensalmente da comunidade o pagamento de cerca de vinte mil reais. Além disso, ainda existem investimentos a serem quitados referentes à construção física da nova fábrica de costura e da compra de equipamentos produtivos. O restante dos recursos centralizados é destinado segundo novas demandas. São muitos os exemplos de uso desse tipo de recurso. Dentre eles, posso citar as reformas e construções de novas estruturas na escola para o recebimento do ensino médio, a compra de itens de necessidades básicas para as casas coletivas, a contribuição nas vaquinhas mais importantes como na construção de novas casas, os investimentos nos artistas da comunidade e na produção de seus materiais, os investimentos em novas produções como as de doces e compotas da nova linha “Marias de Peito”, contribuições em procedimentos médicos, dentre muitas outras.

A falta de formalização quanto ao trabalho indica a pouca preocupação da comunidade em definir a participação de cada indivíduo nas atividades. Porém, de nenhuma forma isso faz com que as atividades se tornem mais demoradas ou desorganizadas. Muito pelo contrário, a falta de obrigatoriedade parece estimular ainda mais o trabalho em grupo através de um sentimento constante de reciprocidade e de retorno do esforço e do trabalho despendido. Esse sentimento parece potencializar os dons dos indivíduos e acelera as atividades. Sua organização e participação são garantidas através de mecanismos sociais, muito relacionados à sensação de pertencimento.

Os mutirões têm tido grande representatividade nas atividades mais complexas, os que ajudam fazem a título de voluntariado, e sempre que possível recebem algum agrado em troca, não a título de remuneração, mas a título de agradecimento. Para rebocar uma casa de três quartos por dentro e por fora, um grupo de sete pedreiros levou somente dois dias devido a um mutirão voluntário (figura 40) que acelerou a tarefa que um pedreiro levaria mais de três semanas para executar. A falta de obrigatoriedade na ação e, ao mesmo tempo, a intensa participação dos membros indica que a relação ocorre simetricamente e de forma recíproca.

Na figura 41 é possível observar uma casa recém-construída por meio de um mutirão voluntário. A propósito, foi esta a casa em que me hospedei durante o período que fiquei na comunidade para realizar minha pesquisa.



Figura 39 - Mutirão para construção de casas
Fonte: Acervo do autor



Figura 40 - Casa recém-construída na comunidade, local onde me hospedei durante a pesquisa.
Fonte: Acervo do autor

Segundo Mauss (2008), operações econômicas pautadas na reciprocidade podem ser percebidas em maior intensidade em sistemas inspirados na dádiva. Os mutirões acabam representando uma forma de integração econômica não financeira, principalmente por conta de não gerar um retorno imediato para os participantes dessa operação. Dessa forma, gera-se uma dívida social ao membro que recebeu a ajuda, e ao mesmo tempo um crédito social a todos os envolvidos no mutirão. Muitas vezes essa dívida nunca será quitada, mas todos os participantes percebem no processo um ganho simbólico por receberem diversas outras dádivas que extinguem a necessidade de um retorno imediato.

Se pensarmos do ponto de vista dos grupos de trabalho, fica evidente também a integração constante por meio da reciprocidade no cumprimento das atividades. A divisão em grupos de trabalho auxilia em uma divisão simétrica das tarefas, fazendo com que não haja o sentimento aparente de sobrecarga por parte de nenhum indivíduo no local. Nem sempre as atividades são igualmente divididas entre os indivíduos, pois muitos membros possuem rotinas difíceis, mas em compensação, recebem muitos benefícios de áreas nas quais não se envolvem, minimizando qualquer sentimento de injustiça ou desequilíbrio nas cargas de trabalho.

A simetria na capacidade de apropriação dos recursos, estendida a todos os membros, naturaliza o processo de apropriação e transferência, e não há a sensação de que recursos estão sendo, de fato, trocados. A percepção geral é de que tanto os recursos, quanto os bens provenientes deles, servem um propósito de usufruto coletivo. Tal percepção vem tanto do direito proveniente da propriedade coletiva, quanto do sentimento de que os bens da comunidade são provenientes dos esforços de todos. O sentimento de usufruto coletivo garante o sentimento de posse e a apropriação unilateral dos recursos de forma ampla e consciente.

Outro aspecto da reciprocidade no sistema diz respeito à solicitação de recursos por parte de algum membro ou de alguma área para uma demanda específica, institucionalizado na formação constante de “vaquinhas”. Quem tem o recurso disponível ajuda no suprimento da demanda, e quem não tem compensa de outras maneiras, como nos mutirões. As vaquinhas são maneiras de se garantir que mesmo na ausência do recurso financeiro, as reais necessidades dos membros não deixarão de ser supridas. A não obrigatoriedade na contribuição mostra que são os princípios de reciprocidade que estimulam a participação dos membros nessa integração econômica.

Dessa forma, as vaquinhas podem ser consideradas estruturas inspiradas na reciprocidade, mas que também servem de apoio para processos de centralização e redistribuição. Esse mecanismo de centralização de recursos para posterior distribuição é utilizado sempre que algo exige um volume alto de recursos financeiros para sua execução. As vaquinhas são utilizadas nas construções de benfeitorias, na manutenção de áreas que não se sustentam, em tratamentos médicos, festas e outras atividades, e são convocadas pelos membros ou áreas que necessitem.

Segundo Polanyi (2012), a redistribuição está muito ligada ao reconhecimento de um centro bem estabelecido para onde os recursos são destinados para sua posterior distribuição. As “vaquinhas”, além de representarem o próprio movimento de redistribuição, ainda podem ser consideradas como estruturas de apoio para que esta operação ocorra de maneira coordenada e justa. A justiça, nesse caso, também é simbólica, cabendo a cada membro a decisão de solicitar ou não a ajuda, e dos demais em participar ou não do processo.

Ainda, outros mecanismos também indicam a reciprocidade em meio ao grupo enquanto forma intensa de integração econômica. Os “presentes” são uma forma muito usual de ajuda e contribuição, como também de celebração. Estes são dados em ocasiões especiais ou em caso de necessidade. Os “presentes” normalmente consistem em uma grande cesta contendo itens de necessidade pessoal e outros bens que normalmente necessitariam de dinheiro para se obter. Essa é uma forma de auxílio aos membros que não possuem renda fixa, e já se tornou tradição em todos os aniversários e em muitas outras ocasiões. As cestas são montadas através de vaquinhas ou com o dinheiro da casa mãe, ambas podendo ser consideradas como estruturas de apoio ao processo de redistribuição.

O constante estímulo à integração econômica por meio da reciprocidade e da redistribuição eclipsou a importância dos processos de negociação e de trocas mercantis no interior da comunidade, processo inverso ao observado nas sociedades de mercado contemporâneas. Os processos de troca foram limitados às suas próprias estruturas, todas com baixa representatividade na subsistência dos membros, utilizadas mais para fins de lazer e consumo de bens não produzidos pelo coletivo.

O uso de moeda, apesar de não ser recorrente no cotidiano coletivo dos membros, representa a possibilidade de aumento no consumo de itens não produzidos pelo grupo, para o consumo de lazer fora da comunidade, e claro, para novos investimentos produtivos. Dessa forma, a mentalidade de mercado também se mostra necessária e presente em diversas situações dentro da comunidade, contudo, não envolve a conduta de todos os membros, mas sim de alguns responsáveis por esse tipo de relação com o mercado. Para fora da comunidade a racionalidade já é mais instrumental. O aumento no contato com diferentes negócios e atividades fez com que os grupos que organizam tais atividades passassem a entender de negociação, compras, orçamentos, dentre outros elementos da cultura de mercado.

As áreas precisam constantemente se envolver em negociações de mercado com fornecedores e clientes. A produção agrícola, por exemplo, envolve desde a compra dos insumos até a distribuição final, destinada em sua maior parte ao Ceasa. Na produção fabril a situação é a mesma; o contato constante com o cliente principal da fábrica envolve negociações de preço, de prazos, de concessões, dentre outros elementos típicos das relações capitalistas de produção. Em cada área normalmente um indivíduo se responsabiliza pelas finanças e negociações com fornecedores e clientes, e dessa forma o contato geral dos outros indivíduos nesse tipo de transação é reduzido.

Cada área é responsável por suas próprias receitas e investimentos, mas também conta com o apoio financeiro de outras áreas e membros da comunidade. São duas as maiores fontes de renda da comunidade: a lavoura e a fábrica. Ambas as áreas, como todas na comunidade, ainda vivem uma fase de estruturação e por isso a maior parte das receitas acaba sendo reinvestida nas áreas ou destinada a outras, como na educação e/ou saúde. Contudo, em momentos de maior faturamento é possível a realização de remuneração para os envolvidos naquela área.

Ademais, como já descrito, cada um dos membros possui uma vida independente fora da coletividade. Praticamente todas as famílias conseguem manter algum tipo de renda, seja ela proveniente dos trabalhos externos ou dos dividendos dos lucros das áreas quando possível. Dessa forma, a renda das famílias, além de ser a principal fonte de recursos em muitas das vaquinhas descritas anteriormente, serve para garantir independência e individualidade no consumo de itens não fornecidos via outros tipos de integração econômica.

Assim, a mentalidade de mercado é algo que acaba sendo praticada por todos, em alguns casos em menor intensidade, pelo pouco contato de alguns membros com o ambiente externo, e em outros casos em maior intensidade. Por exemplo, os trabalhadores que passam a semana inteira imersos na lógica capitalista das cidades e que só se envolvem na lógica coletivista da comunidade aos finais de semana.

A interação da comunidade com sistemas externos capitalistas não tem interferido em sua lógica por conta da força de suas instituições, pois quem têm se adequado são os atores capitalistas com quem a comunidade interage. A rede de contatos externos dos membros só tem crescido, e cada vez mais instituições e fornecedores conhecem a lógica da comunidade e passam a atuar de maneira diferenciada com eles.

Isso pode ser observado através das relações que a comunidade estabeleceu com seu cliente principal da Fábrica. O comprador atua como um parceiro na produção, os prazos são mais flexíveis, os protótipos são pensados em conjunto, e toda a produção é valorizada. Por outro lado, a abertura da comunidade em busca de mercados, de recursos produtivos e de formação de sua base produtiva fez com que novos processos e dinâmicas se instalassem e então, o uso das instituições capitalistas se tornou cada vez mais intenso. Apesar disso, a preocupação em manutenção dos princípios de integração econômica e a estrutura montada para garantir esses princípios frearam a entrada da lógica de mercado no cotidiano e nas ações dos membros.

4.2.3. Fortalecimento da identidade e a formação dos jovens

As alterações na lógica produtiva da comunidade foram essenciais para o surgimento de muitas características que se tornaram a identidade atual do local. Noiva do Cordeiro estabeleceu uma relação muito particular com as instituições tradicionais da sociedade de mercado em que se insere, e ao mesmo tempo, desenvolveu instituições próprias, construindo aos poucos a estrutura necessária para que a nova lógica produtiva passasse a se reproduzir.

A comunidade conseguiu frear o processo de êxodo rural que vivia. É evidente que o estímulo inicial dado por Delina para a volta de muitos membros e a criação de postos de trabalho capazes de possibilitar a permanência laboral dos membros fez com que surgisse uma cultura de permanência muito sólida no local. São poucos os casos de indivíduos mais jovens que se arriscam saindo da comunidade, assim, os estudos são feitos em toda sua integridade dentro da comunidade. As saídas são sempre a trabalho, por motivos de saúde ou para um lazer pontual, dificilmente vê-se uma saída mais prolongada.

Oportunidades não faltam, são numerosos os casos de indivíduos que tiveram algum tipo de oportunidade fora, mas que decidiram não segui-la, permanecendo na vida comunitária. Em uma conversa com dois jovens de 27 e 24 anos, ambos me relataram que mesmo com boas oportunidades, a distância da família não poderia ser compensada com nenhum ganho profissional ou financeiro.

O trabalho associado é constantemente reafirmado em meio à comunidade, assim como a cultura e a história do grupo, principalmente durante as reuniões que envolvem toda a comunidade semanalmente conhecida como sexta da viola.

A sexta da viola é o principal ritual da comunidade. Esse evento é de extrema importância para seus membros, pois além de ser um momento de realizar uma integração coletiva, serve para alinhar expectativas quanto ao trabalho, consultar o grupo sobre decisões importantes das áreas, e principalmente, reafirmar a identidade local em meio aos membros e aos visitantes. Essa reafirmação da identidade do grupo é feita através de peças de teatro, músicas e danças (figura 42) que em sua maioria falam da própria comunidade, de seus momentos de dificuldade, e da superação de cada um desses momentos. É um momento de celebração, mas não deixa de ter o seu papel no que diz respeito ao estímulo à manutenção dos valores que o grupo construiu com o passar dos anos.



Figura 41 - Coral das Noivas durante apresentação na Sexta da Viola
Fonte: Acervo do autor

Pude entender a força e utilidade desse ritual através da história de aceitação da homossexualidade pela comunidade. Até então não havia nenhum homossexual assumido, até que um dos adolescentes resolveu se sentar com Delina para contar sobre sua orientação. Segundo o relato do mesmo, nem ele nem Delina entendiam muito bem o que estava acontecendo, já que aquilo não era normal para uma comunidade rural. Delina, sem saber o que fazer e muito preocupada com a tristeza e o desespero do rapaz, convocou demais jovens da comunidade para resolverem a situação e tentar fazer com que ele de alguma forma se sentisse melhor.

A solução encontrada por eles foi uma grande mobilização e a produção de um teatro sobre a homossexualidade e o preconceito durante a Sexta da Viola. O relato do jovem foi que este foi um dos dias mais emocionantes para ele na comunidade. Os demais membros, incluindo os mais velhos, passaram a entender a situação do jovem, que já era muito querido na comunidade, indo conversar com ele, querendo saber mais, buscando mesmo entender e aceitar. A partir disso tudo mudou para ele e para os demais membros; o rapaz começou a namorar, trouxe seu namorado na comunidade, e desde então outros jovens se assumiram, tornando a homossexualidade comum e bem aceita nessa família.

Não só a força do ritual pode aqui ser observada nesse exemplo, mas também a força da instituição Delina. Sua autoridade e sabedoria em utilizá-la guiaram o comportamento de toda a comunidade, alterando princípios e valores, somente para o bem de um indivíduo aflito com sua situação. Nas palavras do rapaz: “A mãe Delina mudou a cabeça de trezentos só pra eu me sentir bem”. É notável também a participação dos demais em casos como esse. Os jovens se mobilizaram e junto com os adultos desenvolveram toda a apresentação, com direito a “selinho” entre o jovem homossexual e um dos filhos mais velhos de Delina, personagens principais da peça de teatro escrita.

O fato de o indivíduo nascer, crescer e sempre permanecer na comunidade também pode ser visto como um dos fatores da força da identidade local, ocasionando a grande coesão que se observa. De fato é o que concluí em minhas observações em meio às crianças e adolescentes do local. Desde cedo o comportamento é muito coeso, as crianças sabem de suas rotinas, aproveitam da liberdade dentro de limites estabelecidos, e, dessa forma, não existem grandes conflitos entre eles ou e seus pais. Nos três meses que passei ali, não observei casos de desobediência das crianças ou de correções por parte dos pais. Muito pelo contrário, a educação e o nível de maturidade das crianças impressionam.

Na escola o mesmo ocorre. Acompanhei por diversas vezes a rotina e me surpreendia com o comportamento infantil na comunidade. A educação das crianças e dos jovens, onde a comunidade decidiu seguir um caminho mais autônomo, tem contribuído em muito na reprodução da lógica produtiva do local. A reprodução de um sistema como esse depende em grande intensidade de como as crianças são ensinadas e educadas. Os membros conseguiram a fundação de uma escola formal própria, que conta com a formação até o último ano do ensino fundamental. Atualmente, somente três das quarenta crianças estudam fora, isso porque estas cursam o ensino médio, modalidade de ensino já planejada para os próximos anos.

Segundo Gaiger (2003), a educação é um aspecto de extrema importância no processo de reprodução de sistemas alternativos. O autor destaca que, a formação intelectual visa à reprodução da cultura de autogestão. Os investimentos em educação seriam facilitados devido à valorização do trabalho, presente nessas organizações. O processo de educação seria responsável pelo desenho de uma nova base intelectual, que se desprende dos conceitos de relação assalariada.

Na escola (figuras 43 e 44), além das disciplinas básicas, outras atividades são exercidas como o teatro, a música e a dança. Além disso, muito se trata sobre a cultura e a história da comunidade, amplamente discutidas, ajudando a formar os valores que dominam o grupo. A oportunidade de o ensino ser parte da comunidade contribui muito para a manutenção dos jovens interessados na cultura local e na permanência na comunidade.

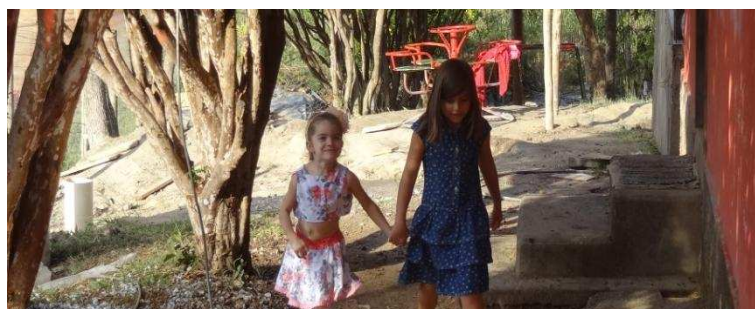


Figura 42 - Crianças em período de aulas na escola da comunidade
Fonte: Acervo do autor



Figura 43 - Crianças em período de aulas na escola da comunidade
Fonte: Acervo do autor

A decisão de trazer as crianças de volta para estudarem na comunidade é vista por todos como a mais acertada. Percebia-se que a saída para a escola tradicional afetava negativamente as crianças. A maioria já se desinteressava pelos estudos e não queria mais ir às aulas por conta da distância, das más condições nas estradas, problemas com drogas nas escolas da região, e pela imposição de ideias religiosas por parte dos professores.

De início existiam duas pedagogas na comunidade e quando viram que seria possível manter as crianças numa escola própria, logo buscaram recursos para a criação da mesma e formação de mais professores. Hoje a escola já conta com mais de 10 professores que cursam suas graduações no modo EAD (Educação à Distância), e que sentiam vocação para o ensino. Outro benefício importante da implantação da escola é que muitos adultos voltaram a estudar.

Através da formação de uma base intelectual, garantida com a construção da escola e a permanência das crianças e jovens em período integral na comunidade, tornou-se possível a reprodução da lógica comunitária através da transmissão frequente de elementos da identidade da comunidade, o que foi facilitado por conta da riqueza e completude da história contada sobre o trajeto comunitário.

4.2.4. Sistema normativo, coesão e coerção de condutas

Uma forte característica no sistema econômico da comunidade é a organização dos processos mesmo na ausência de um sistema normativo formal. As decisões são tomadas segundo as necessidades comunitárias através de assembleias frequentes. O grupo delibera informalmente os mais diferentes temas e as áreas se responsabilizam pela implementação das decisões. Os temas discutidos em assembleia são diversos e englobam principalmente os aspectos produtivos e políticos da comunidade. Essa forma de organização não normatizada é também um dos elementos que caracteriza esse sistema como uma Economia Solidária.

Apesar da organização nos processos, com exceção do estatuto que rege as normas do trabalho associado, tido como pro forma pelos membros e criado somente para a obtenção de recursos, a comunidade não possui nenhum documento escrito contendo regras ou indicativos de condutas adequadas. Ninguém é formalmente obrigado a nada na comunidade, mas ainda sim, algum vínculo ou força de grande coesão age sobre todos os que ali vivem, guia os comportamentos e impõe limites morais às condutas. Basta analisarmos o forte padrão nos discursos e comportamentos que vão desde as crianças até os mais velhos da comunidade.

De acordo com Mauss (1988), a criação e manutenção de vínculos sociais dessa natureza podem ser fortemente atribuídas ao valor e ao significado que são dados às relações sociais. Existe um simbolismo em torno da vida social que garante implicitamente uma obrigação moral entre indivíduos que de alguma forma estabelecem relações e trocam dádivas. Segundo o autor, as trocas de presentes, de amabilidades e favores, sem contrapartidas ou equivalências exigidas de imediato, estabeleceriam entre os participantes um amplo e duradouro contrato social.

Ao estabelecer e fortalecer historicamente uma constante troca de dádivas, a comunidade logrou a construção de um sistema de prestações e contra prestações de favores e ações voluntárias que agem na manutenção dos vínculos entre os envolvidos no sistema. São esses vínculos que garantem não só a sobrevivência do sistema como também a reprodução da lógica entre todos que de alguma forma o integram ou interagem com ele.

Os vínculos estabelecidos e fortalecidos por cada pequena dádiva trocada durante os processos de integração geram em todos os indivíduos da comunidade a sensação pessoal de débito e de crédito com todos os demais que ali vivem. Essa sensação dupla de ter que retribuir tudo o que tem se ganhado do sistema, mas ao mesmo tempo de se sentir merecedor de dádivas, que aos poucos são retornadas, faz com que cada vínculo pessoal com a comunidade seja extremamente forte.

Esse comportamento tão coeso e padronizado surgiu somente no fim da década de 90 em paralelo às mudanças na lógica produtiva, ou seja, houve uma mudança comportamental induzida por um discurso coletivista, originário de um grupo de indivíduos que possuíam influência e autoridade em meio ao grupo, e que acabou por se reproduzir até a quase totalidade dos indivíduos, alterando a conduta e as ações individuais. Acredito que os maiores responsáveis pela disseminação dessas ideias foram Delina Fernandes, Rosalee Fernandes e o Irã, envolvidos na criação e implantação das práticas coletivas de produção.

Um sistema econômico de tamanha coesão comportamental não poderia existir se não fossem as forças de coerção que também acabam por agir em meio ao grupo. A ausência de normas formais não retira do grupo a capacidade de inibir desvios nas condutas e nos discursos dos indivíduos. O que ocorre na comunidade é que todo esse controle não ocorre através de normas e punições, mas sim se efetua no nível social, atacando diretamente o sentimento de pertencimento do indivíduo em relação ao resto do grupo e a todos com os quais esse indivíduo mantém seus vínculos mais fortes.

De acordo com Mauss (1988) a dívida social seria tanto a garantidora dos vínculos comunitários quanto a causadora da quebra desse vínculo. No processo contínuo de dar-receber-retribuir, a não retribuição gera um descontentamento social que interfere no pertencimento do indivíduo. Na relação de dádiva, o indivíduo não é formalmente obrigado a nada, mas moralmente é compelido a retribuir as dádivas recebidas. Quem recebe dádivas e não as retorna de alguma forma pode sofrer sanções sociais, se sentir excluído, e até perder seu vínculo com o todo.

Por outro lado, a participação intensa no sistema de dádivas gera muitos benefícios ao indivíduo, que percebe seu pertencimento aumentar e seus vínculos com o todo se fortalecer. Esse fato também é de fácil observação em Noiva do Cordeiro. É visível a imagem que alguns membros específicos, como Delina e sua filha Rosalee possuem de “credores” do sistema; essa imagem vem das contribuições passadas desses membros para a comunidade. O crédito obtido por esses membros através de grandes dádivas doadas, no caso de Delina em todas as suas ações de formação da comunidade, e no caso de Rosalee, principalmente por seus esforços na política e na conquista da fábrica e do financiamento da terra de plantio, age não só em prol deles mesmos, mas também gera nos demais membros a sensação constante de débito em relação a eles.

Esse constante sentimento de dívida em relação aos personagens principais da história da comunidade é um dos responsáveis pelo estímulo ao trabalho e à manutenção das atividades coletivas, já que nenhum membro quer se sentir em dívida com os demais. Dessa forma todos buscam manter suas contribuições em novas dádivas, seja através de seu trabalho, de presentes ou de gestos fraternais, na tentativa de não se sentirem presos a essa dívida social.

Acredito que este seja um dos grandes motivos pelos quais o processo de êxodo rural foi freado. Deixar a comunidade em busca de novas oportunidades e sonhos, além de não ser interessante por conta dos muitos benefícios que ali são providos, pode ser considerado um abandono da lógica comunitária, um afastamento dos princípios da família, e conseqüentemente, o enfraquecimento dos vínculos com o todo.

Os vínculos observados entre os membros da comunidade vêm não só das dádivas ou dos princípios instaurados em meio ao grupo, mas também de aspectos muito mais compreensíveis como vínculos familiares, vínculos de vizinhança e vínculos de se compartilhar propriedade. Estes, somados aos aspectos da dádiva e aos princípios de todos, é o que define o amor como palavra central no discurso de todos os membros e que gera a vontade de permanência e de contribuição na reprodução do sistema.

Um sistema de dádivas se baseia em grande intensidade no sentimento de solidariedade e no cuidado com o próximo. Nesses aspectos, a comunidade Noiva do Cordeiro conta com dinâmicas próprias de auxílio dos membros e de fortalecimento dos vínculos sociais. A começar pelos cuidados com as crianças, existe uma escala de mães e mulheres solteiras que a cada dia cuidam de todas as crianças que não estão no período de aulas. Os idosos também recebem atenção especial; aqueles que precisam de maiores cuidados são ajudados pelos jovens que se revezam para fazer companhia e dormir junto em caso de necessidade. O mesmo é feito com algum membro enfermo ou que necessite de maiores cuidados, seja em casa, em algum hospital ou onde for.

Os cuidados da comunidade com seus visitantes também devem ser destacados. O recebimento de convidados na comunidade é algo institucionalizado e muito bem aceito por todos. Sendo assim, todos os mínimos detalhes são previamente definidos. As muitas casas somadas as duas casas mães são capazes de receber ao mesmo tempo centenas de visitas.

Mauss (1988) já havia descrito que o recebimento de visitas é algo de grande importância em sistemas inspirados nos aspectos da dádiva. Segundo o autor, é comum que no recebimento de visitas se ofereça tudo do bom e do melhor. O tratamento dado aos visitantes costumava ser bem superior ao próprio cotidiano local, pois esforços não deveriam ser poupados em momentos assim. A dádiva se estabelece no nível coletivo, e apresentar essa coesão e solidariedade do grupo em relação ao outro se mostra ponto chave no estabelecimento de alianças da comunidade com seu meio.

Na comunidade Noiva do Cordeiro é possível identificar inúmeras alianças que se formaram através desse tipo de relação. Policiais, advogados, políticos, repórteres, estudiosos, professores, empresários e muitos outros “contatos” foram construídos através da amizade e da reciprocidade, frutos do diferenciado tratamento que é dado a todos que ali chegam para diferentes propósitos. É notório o número de alianças construídas, e em momentos de necessidade esses contatos são retomados e necessidades são supridas.

Um bom exemplo a ser citado se deu durante a organização de uma grande festa de lançamento do CD da dupla sertaneja da comunidade. Em busca de fornecedores, muitas ligações foram feitas em minha presença e pude notar como a rede de contatos da comunidade é extensa e solícita em relação aos requerimentos da mesma. Eu mesmo fui compelido a usar de alguns contatos para providenciar itens de última hora e acabei ajudando nas negociações. Os visitantes, muito bem tratados, também estabelecem seus vínculos e levam consigo o peso do débito do sistema de dádivas.

Para o dia da festa, os dormitórios vinham sendo preparados, colchões e roupas de cama foram distribuídos pelas casas e até mesmo a fábrica e casas em fase final de construção viraram dormitórios. Um painel de nomes havia sido montado na cozinha para todos saberem onde dormiriam, e com belas refeições todos eram recepcionados (figuras 44 e 45).



Figura 44 - Recepção de convidados vindos de Montes Claros
Fonte: Acervo do autor



Figura 45 - Recepção de convidados vindos de Montes Claros
Fonte: Acervo do autor

Godbout (1998) explica que a necessidade de trocas de dádivas viria por si só em busca de se quebrar o isolamento e de se sentir parte de uma identidade. Segundo Mauss (1988) o processo de troca de dádivas não exige que o indivíduo seja demasiadamente bom ou ruim, seria necessário apenas que este agisse sempre levando em conta o seu papel em relação ao outro e em relação ao grupo ao qual pertence. Em Noiva do Cordeiro essa relação é muito evidente, o pensamento coletivo é intenso e por mais que não haja condutas formalmente pré-definidas, todos os integrantes sabem a conduta que devem seguir para não prejudicar o outro, e assim a seguem na busca de não sofrerem sanções sociais e não perderem seus vínculos com o todo.

5. CONCLUSÕES SOBRE A PESQUISA E SOBRE O SISTEMA ECONÔMICO DA COMUNIDADE NOIVA DO CORDEIRO

A comunidade Noiva do Cordeiro chamou a atenção em primeira instância por representar a possibilidade de existência de um sistema econômico e de um modo produtivo, alternativos ao capitalismo, e que pudessem provar que a lógica capitalista não é a única com o poder de se guiar o comportamento de toda uma sociedade. Ademais, a intenção prática por trás desse trabalho era a de encontrar formas mais justas de produção e de distribuição de bens que pudessem servir de exemplo a grupos desprivilegiados, em especial no meio rural.

A esperança de encontrar ali um sistema diferente do capitalismo, algo que fosse além de suas dinâmicas, ao qual eu denominava de um sistema pós-capitalista, acabou não se concretizando. Apesar de muito única e diferenciada, a comunidade se mostrou muito bem inserida no modo de produção capitalista. Todos os seus esforços externos se dão para uma inserção saudável no mercado e para a conquista de melhorias de consumo e de vida.

Nos demais aspectos, minhas expectativas foram atendidas. As condutas na comunidade são realmente diferenciadas, e isso se dá devido às dinâmicas produtivas e distributivas que aos poucos surgiram e se consolidaram em meio ao grupo, dinâmicas essas que vieram justamente para reduzir os males causados pelas assimetrias capitalistas, e que a partir da tentativa de superação das más condições de vida, acabaram por dar origem a um novo sistema econômico, reprodutor de sua própria lógica.

A comunidade Noiva do Cordeiro me apresentou um sistema econômico que não se enquadra exclusivamente em nenhum modelo pré-concebido. Este sistema, todavia, possui elementos dos modos de produção secundários descritos por Gaiger (2003) e contém muitos elementos de organizações que sobrevivem através da Economia Solidária, movimento organizacional que tem como elementos norteadores princípios não puramente capitalistas. Seria um modo produtivo secundário por conta de seu pano de fundo, o capitalismo, do qual a comunidade não busca se isolar, mas, ao mesmo tempo, seria diferenciado por ter sido gerado pela impossibilidade de reprodução plena do capitalismo naquele grupo.

A substituição de muitas das bases produtivas passaram a garantir a reprodução de uma nova lógica, através da qual vieram as principais características que fazem com que a comunidade se assemelhe a experiências em Economia Solidária. A propriedade coletiva, os aspectos de autogestão, a divisão mais igualitária da produção, a reafirmação constante dos benefícios do trabalho coletivo e a predominância de aspectos de solidariedade e de reciprocidade nas ações fazem com que uma classificação assim feita, não seja de todo imprópria.

Devido à força adquirida por suas instituições e pela lógica coletivista que se desenvolveu, características das sociedades capitalistas não se reproduzem na comunidade com intensidade e frequência. A dinâmica local, que é muito singular, consegue barrar muitos dos comportamentos individualistas. As condutas são muito complementares, o indivíduo pouco produz para si mesmo, todo seu esforço se volta ao coletivo, gerando uma grande teia de complementaridade nas ações.

O baixo contato com as cidades, a falta de contato com a vizinhança, o ensino autônomo das crianças e outras características muito próprias da comunidade protegeram o grupo dos processos de integração puramente mercadológicos que se disseminam globalmente através da mentalidade de mercado. As relações de parentesco e de vizinhança ainda predominam e incentivam uma forte cultura de integrações econômicas não financeiras, o que, segundo a teoria, teria a capacidade de gerar fortes vínculos entre os participantes do sistema. Esses vínculos são ainda mais fortalecidos por conta de uma sólida identidade grupal e pela reafirmação constante dessa identidade.

Apesar da clara distinção entre o modo produtivo da comunidade e o modo de produção capitalista, também ficou clara a impossibilidade de crescimento e de avanços do sistema econômico da comunidade sem o auxílio de muitas estruturas capitalistas de mercado e de trocas financeiras. O capitalismo não é, em nenhum momento, negado ideologicamente pela comunidade, muito pelo contrário, percebe-se uma tentativa constante de inserção e de ganho de espaço por parte da comunidade em meio às dinâmicas capitalistas. O grupo depende do crédito financeiro para a manutenção e crescimento da produção, depende das estruturas governamentais e políticas para a obtenção de recursos e direitos, depende do mercado para o escoamento da produção, depende da mídia para a promoção de seus artistas, depende dos visitantes e das reportagens para a manutenção constante da imagem comunitária e da história coesa do grupo, e depende de todo o sistema econômico para poderem consumir itens não produzidos pela comunidade.

A comunidade se difere na forma com que lida com muitas dessas estruturas capitalistas. Existe ali uma organização capaz de buscar recursos, financiamentos e boas oportunidades financeiras, sem, contudo, abrir mão de uma lógica que há muito vem dando resultados superiores aos de quando a lógica capitalista tradicional agia com mais intensidade no meio da comunidade.

O grupo adquiriu com o tempo a capacidade de atribuir sentido às suas transações econômicas. As decisões comportamentais sobre o uso dos recursos e capitais disponíveis são o que definem os princípios locais e o modo de vida como um todo. Por estarem inseridos no modo de produção capitalista, precisam interagir com ele. Sua especificidade maior é a maneira com que executam tal interação atribuindo significados maiores às transações e conseqüentemente às suas vidas.

Sua organização política se tornou essencial para o sistema, sem ela e sem os recursos provenientes da mesma a produção coletiva não teria sido alavancada, resultados não teriam sido obtidos, e provavelmente os vínculos observados não seriam tão fortes. Sem a conquista da terra de plantio e das muitas outras ferramentas de trabalho que compõem os meios de produção da comunidade, a realidade seria bem distinta do que vemos atualmente. Todo o processo de produção coletiva foi amplamente acelerado com as conquistas que só vieram após uma organização política forte.

O contato com deputados, o contato com a câmara de vereadores, com as linhas de crédito, e com muitas instituições que viram na organização política da comunidade uma oportunidade de ganho, foram essenciais para a aceleração do crescimento da comunidade. Os recursos recebidos pela comunidade não foram poucos. Todos estes recursos foram conquistados através de direitos e de muita cobrança, contudo, deve-se ressaltar que sem estes recursos muito do que foi feito coletivamente não haveria como ocorrer. Por mais que a comunidade ainda possa encontrar novas linhas de crédito e assim possa continuar investindo no bem estar de todos, o mais provável é que cada vez mais tenham de se garantir por si mesmos.

Apesar de não terem sido de total controle da comunidade no início, a mídia, as reportagens, os boatos, os visitantes e a divulgação do nome da comunidade também foram de extrema importância para que muitas das oportunidades que hoje cercam a comunidade tenham se formado. Mesmo atualmente, quando o volume de reportagens não se mantém alto, a comunidade continua a investir em mídia e marketing, pois a contínua divulgação de seu estilo de vida e de suas dinâmicas ajuda em muito na manutenção da identidade que foi formada para garantir a coesão do grupo, como também para atrair novas oportunidades.

Além das visíveis melhorias nas condições de moradia, de alimentação, de lazer e de consumo, o sistema estruturado na comunidade tem agido garantindo a permanência de membros em meio à comunidade, o que reverteu um antigo processo de êxodo rural, e ao mesmo tempo, tem garantido novas experiências profissionais e de formação intelectual ali mesmo em meio à zona rural. O sistema estimula a permanência no campo e serve de exemplo de que se é possível à construção de boas condições de vida no campo, com estruturas funcionais tão eficazes quanto às das cidades, porém com a manutenção de valores e princípios valiosos que acabaram se perdendo nos meios urbanos.

A replicação completa de um sistema assim estruturado exigiria, antes de tudo, uma liderança sólida que pudesse orquestrar minimamente alguns elementos de mudança no pensamento dos membros. Uma comunidade semelhante e que queira seguir um caminho parecido teria um longo processo a ser seguido. Seria necessário um conhecimento político muito grande por parte de alguns dos membros, para que a formalização e a obtenção de recursos tão representativos pudessem de fato ocorrer. Seria necessária ainda, a formação de uma identidade forte capaz de manter uma coesão tão intensa como a observada em meio aos membros da Noiva do Cordeiro, vínculos formados por meio das relações de parentesco e vizinhança através de anos de convivência em um sistema simétrico e recíproco de dádivas, capaz de se manter apesar das adversidades às quais um grupo assim caracterizado estaria submetido.

Falar em um modelo inspirado nas práticas observadas em meio à comunidade seria, então, quase utópico. Seriam muitas as condições que deveriam ser reunidas para que um sistema semelhante pudesse surgir e ter sucesso econômico suficiente para manter-se. Experiências assim se formam com o tempo e cada um dos pontos específicos de sua história acaba por ter um papel muito significativo no sucesso de suas dinâmicas.

Apesar dessa impossibilidade de enquadrarmos todo o observado em um modelo único passível de replicação, a experiência da comunidade traz para a realidade uma série de boas práticas que se mostram alternativas reais a muitas das dinâmicas capitalistas responsáveis pela geração de assimetrias sociais em meio aos povos historicamente desprivilegiados. A produção conjunta na horta e na fábrica, a busca por recursos coletivos, a alimentação comunal, a divisão de tarefas em grupos de trabalho, a reafirmação constante da identidade por meio de rituais semanais de integração, dentre muitas das peculiaridades da comunidade, poderiam sim ser replicadas na busca de uma sobrevivência coletiva, basta para isso que surjam lideranças capazes de organizar todo o processo e enfrentar suas dificuldades iniciais.

Como todo sistema, o da comunidade também apresenta suas limitações. A falta de mecanismos normativos, traço característico de organizações solidárias, somada à propriedade coletiva dos bens geram riscos. Todos ali dependem muito dos meios produtivos, da terra onde moram, e dos frutos da produção coletiva. Uma atitude oportunista poderia por o sistema em risco, e dificilmente seria identificada, uma vez que a confiança entre os indivíduos é intensa. De fato, a confiança entre os membros foi essencial para que ocorressem incrementos na qualidade de vida e na manutenção dos vínculos e da identidade local. Contudo, na ausência de normas bem definidas, essa mesma confiança poderia indicar certa vulnerabilidade da comunidade. Caso não haja preocupações por parte de um indivíduo quanto às possíveis sanções sociais, o grupo não possui nenhum outro mecanismo que aja com maior força nesse sentido e impeça comportamentos oportunistas, o que poderia colocar em risco todo o grupo.

O sistema econômico da comunidade ainda é relativamente novo, com menos de vinte anos de formação. Tem se mostrado extremamente eficaz no que diz respeito à superação de adversidades e no crescimento econômico, contudo, o pouco tempo de existência do mesmo faz com que seja difícil se identificar as reais consequências da falta de formalização e normatização. A falta de uma gestão formal acaba por permitir que o sentimento supere a racionalidade em muitos aspectos, uma escolha intencional da comunidade em busca da manutenção de seu estilo de vida, mas que em seus primeiros entraves terá de ser revista.

Delina Fernandes, ao representar a instituição maior da comunidade, possui um papel fundamental na condução das condutas observadas. Por mais que a comunidade se caracterize por uma democracia bastante participativa, a palavra de Delina acaba sendo maior do que qualquer lógica ou pensamento racional; poder o qual a matriarca utiliza em pouca intensidade e com bastante sabedoria. Como já amplamente descrito, sua imagem de matriarca e de fundadora do sistema é realmente respeitada por todos, e tudo o que acontece dentro da comunidade de alguma forma acaba tendo seu envolvimento.

O alto grau de integrações econômicas pautadas na redistribuição e na reciprocidade age de modo a coibir as integrações financeiras constantes e geram as dinâmicas observadas, de forma que este alto grau só é viabilizado por conta das escolhas e dos exemplos de Delina no passado e no presente. Sua posição de matriarca é muito respeitada, não simplesmente por questões de autoridade ou de hierarquia, mas sim por vínculos extremamente fortes que foram estabelecidos entre a matriarca e cada um dos membros da comunidade. Além de irmã, mãe, avó e bisavó de muitos dos membros, Delina teve um impacto positivo na vida de todas as famílias que habitam a comunidade, desta forma, na busca de manutenção desses vínculos e da continuação do processo de melhoria de vida da comunidade, suas palavras e opiniões acabam se tornando lei na comunidade.

A falta de Delina poderia ter um grande impacto nas dinâmicas, principalmente se essa falta tivesse ocorrido nos momentos de maior estruturação ou de mudança no curso produtivo da comunidade. Contudo, a força adquirida pelas dinâmicas próprias da comunidade, ao garantirem tamanhos ganhos na qualidade de vida de todos, se tornou um processo de crescimento contínuo, e como já mencionado, a “Comunidade Noiva do Cordeiro” acabou assumindo um papel institucional de importância na conduta dos membros. Os membros da comunidade não criaram vínculos fortes somente com Delina, esses vínculos também se desenvolveram entre todos os membros, e também entre cada um deles com a própria ideia da comunidade.

Acredito então, que na falta de Delina novas lideranças acabarão por surgir, e o todo das interações e da lógica produtiva teria a capacidade de se manter por si só, a menos que forças contrárias a esse comportamento fossem postas em prática, principalmente por essas novas lideranças futuras. O pertencimento se tornou elemento chave na relação entre o indivíduo e a comunidade, fruto das relações de dádivas observadas tanto entre os membros quanto entre o indivíduo e a comunidade. Dessa forma, desde que as ações não fossem de encontro a essa sensação de pertencimento coletivo, muitos novos caminhos poderiam ser traçados. A forte coesão no pensamento formado na comunidade tem o papel de agir em prol ou contra qualquer ideia que surja em meio ao grupo.

Com respeito às contribuições deste trabalho para os conhecimentos da administração pública, os resultados que consegui obter fortalecem ainda mais os motivos que inicialmente me inspiraram a escrever sobre o tema. Tais resultados evidenciam a existência de muitas dinâmicas sociais às quais nós, da academia, não damos o menor valor ou sequer tomamos conhecimento sobre elas. O contato direto com uma realidade rural tão rica e tão pouco explorada serviu para mostrar que tal realidade tem muito a contribuir nesse campo, e que através da análise de experiências como essa, somos obrigados a ver a população como seres humanos complexos, capazes de se organizar com maestria e de superar adversidades das quais a teoria, muitas vezes, nem se ocupa.

Acredito que este trabalho contribua também nas teorias organizacionais e sociológicas visitadas durante a pesquisa. Mesmo com as dificuldades na caracterização da comunidade enquanto um modelo específico de organização, muitos de seus aspectos coletivos se assemelham às descrições feitas sobre sistemas em Economia Solidária, como também sobre o surgimento de modos produtivos secundários e alternativos.

Ficou evidente em muitos momentos o distanciamento do sistema econômico da comunidade dos moldes tradicionais de produção capitalista, além disso, as categorias trazidas de Polanyi (2012) sobre a influência das instituições nas operações de troca se mostraram muito evidentes nessa realidade. Por fim, as semelhanças da comunidade com um sistema de Dádivas também ficaram evidentes, não só na questão das trocas desiguais, mas também no comportamento e na conduta que tais trocas acarretam. Foi possível observar aspectos de coesão e de coerção social em busca da manutenção de condutas, fortes vínculos derivados de trocas desiguais e uma forte relação recíproca entre os membros que compõem o sistema.

Todo o processo de pesquisa se mostrou complexo e por vezes confuso. Muitas das percepções trazidas pelo campo foram se alterando com o passar do tempo e com o afastamento, o que me trouxe muitas dúvidas e inseguranças sobre quais afirmações poderiam ou não ser feitas com respeito a um sistema tão amplo. Muitos desses problemas vieram da necessidade de se optar por caminhos e análises que, por mais que cabíveis, não são suficientes para fazer jus a uma realidade muito diversa e multifacetada. Seriam inúmeros os pontos de vista e as possibilidades de análise das dinâmicas ali observadas, dessa forma, muitos aspectos que poderiam ser explorados não o foram, muitas relações interessantes que poderiam ser traçadas não puderam sair do pensamento, e muitas das falhas e potencialidades do sistema acabaram não sendo exploradas.

Apesar disso, creio que os objetivos traçados ainda na construção da pesquisa foram cumpridos em sua integridade, o que faz com que todo o processo se justifique e que meu esforço e dedicação tenham valido a pena. A pesquisa me permitiu melhor entendimento das relações entre os pontos chave da história da comunidade com as mudanças produtivas e sociais que pude observar. Consegui entender melhor as formas como os membros estabelecem suas trocas e constroem seus vínculos, pude identificar os elementos que permitem com que essas dinâmicas de troca se estabeleçam, e, a partir desses entendimentos, pude ter uma visão mais ampla do sistema econômico que ali se formou.

Para concluir, apresento o maior ganho dessa pesquisa, o relacional. Pude conhecer um lugar inspirador, cheio de pessoas incríveis e, através de todo o processo de vivência e contato com as teorias, pude ter uma evolução indescritível enquanto pesquisador e enquanto ser humano. O convívio com outra lógica me forneceu novos entendimentos sobre as relações sociais, sobre o valor reduzido das transações materiais em comparação com as trocas de dádivas, me estimulou a agir de forma mais solidária e, principalmente, a usar das estruturas disponíveis para continuar a reproduzir essas ideias e esse sentimento de solidariedade e de reciprocidade constantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGROSINO, M. V. **Etnografia e Observação Participante**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2009. 138 p.

BOITO JÚNIOR, A. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.12, p.77-104, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v.29, n.2, p.163-190, jun.2009.

BRUNO, M.; CAFFE, R. A economia como objeto socialmente construído nas análises regulacionistas e da Economia Social de Mercado. **Revista de Economia Política**, v.37, n.,1, p.23-44, mar 2017.

CAILLÉ, A. Nem holismo, nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v.13, n.38,1998.

CLIFFORD, J.; GONÇALVES, J. R. S. (Org.). **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 284 p.

COSTA, P. H. F.; GODOY, P. R. T. O capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo. In: Diez años de cambio en el Mundo, em La Geografía y em las Ciencias Sociales, 1999-2008. Anais: X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, 26-30 de maio de 2008.

FARIA, J. H. As organizações coletivistas de produção associada e a autogestão social. **Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais – EPPEO**. 2011. Disponível em: <<http://eppeo.pro.br/as-organizacoes-coletivistas-de-producao-associada-e-a-autogestao-social/>> Acesso em: 28 de set. 2017.

FAZENDEIRO, S. R. **Espiritualidade e subjetividade: um estudo sobre a transmissão dos valores espirituais na comunidade Noiva do Cordeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FRANÇA, G.; DIZIMIRA, S. Economia Solidária e Dádiva. *Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, v.6, n.14, jan/abr. 1999.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, outubro, p. 39-51, 1998.

ITURRIET, A. R. **Do homem smithiano ao homo economicus: egoísmo e dissolução da moral**. 2010. 80f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KISCHENER, M. A.; PERONDI, M. A.; MONTEIRO, M. A. Karl Polanyi e a mercantilização da sociedade. *Anais: III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais e Aplicadas – III CONAPE Francisco Beltrão/PR*, v.1, n.1, p. 1-19, out. 2014.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v.24, n. 69, p. 31-51, 2009.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 45-62, out. 2004.

LISBOA, A. M. A atualidade de Karl Polanyi para a construção do pensamento econômico. **Otra Economía**, v.2, n.3, p.7-26, 2008.

MACHADO, N. M. C. **Sociedade vs. Mercado – Notas sobre o pensamento econômico de Karl Polanyi**. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações) Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. **Economia e Sociedade**, v.21, n.1, abr. 2012.

MAGALHÃES, T. G.; SANTOS, G. L.; BOEIRA, S. L. Etnografia e estudos organizacionais: Análise da produção científica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 3, n. 2, p. 145-170, dez. 2016.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 45-66,dez. 2005.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 175 p.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L.; CASTRO, P. A. (Orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 298 p.

MAUSS, M. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Luís João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução de António Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 1988

PAULILO, M. I. O Peso do Trabalho Leve. Departamento de Ciências Sociais - UFSC. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, 1987.

POLANYI, K. **A grande Transformação – As origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012. 382 p.

ROIZ, D. S. Uma ‘nova’ interpretação das origens do capitalismo? Resenha de “A origem do capitalismo”. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n. 1, 2009.

ROESE, A. Vida sem religião: o caso da “comunidade de mulheres” Noiva do Cordeiro. In: ROSADO, M. J. (Org.). **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. 1 ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2015. 320 p.

ROESE, A.; SCHULTZ, A. Modos de vida alternativos: o caso da comunidade Noiva do Cordeiro. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, nov. 2010.

SANTOS, R.S.; GOMES, F.G.; SANTOS, T.C.S; RIBEIRO, E.M; FILHO, L.M.A. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cadernos EBAPE.br**, v.14, n.4, art.10, out./dez. 2016

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v.13, n.27, p.24-51, 2011.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219, 2011.

SCHULTZ, A. Pós-protestantismo: descrição e análise de um caso de dissidência religiosa na comunidade rural Noiva do Cordeiro, em Belo Vale, MG. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 30, p. 104-123, 2013.

SILVA F. A. G., CALAZANS, D. L. M. S, GONZÁLEZ, J. M. R., SOUZA, W. J. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado cruz (Currais Novos/RN). **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Paraná, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2011.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo. 2ª reimpressão. 2006.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos Avançados**, v.22, n.62, abr. 2008.

SOUZA SANTOS, B.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. **Outra Economia**, v.1, n. 1,p. 1-60, 2007.

TRAVANCAS, I. S. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, J; BARROS, A. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.p.99–109.

ZILIO, L. B., BARCELLOS, R. M. R.; DELLAGNELO, E. H. L.; ASSMAN, S. J. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. **CADERNOS EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.789–803, 2012.